



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LÍLIAM MARGARIDA DE ANDRADE SANTOS

**DO DIAMANTE AO TURISMO,
O ESPAÇO PRODUZIDO NO MUNICÍPIO DE LENÇÓIS**

Salvador
2006

LÍLIAM MARGARIDA DE ANDRADE SANTOS

**DO DIAMANTE AO TURISMO,
O ESPAÇO PRODUZIDO NO MUNICÍPIO DE LENÇÓIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Creuza Santos Lage

Salvador
2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Shiguemi Fujimori, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia

S237 Santos, Líliam Margarida Andrade,
Do diamante ao turismo, o espaço produzido no município
de Lençóis - BA / Líliam Margarida Andrade Santos. _
Salvador, 2006.
205 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Creuza Santos Lage.
Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia.
Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia,
2006.

1. Geografia humana 2. Espaço (Geografia) 3. Geografia
do Turismo - Lençóis (BA) I. Título

CDU 911.3:379.85 (813.8) (043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DO DIAMANTE AO TURISMO,
O ESPAÇO PRODUZIDO NO MUNICÍPIO DE LENÇÓIS**

LÍLIAM MARGARIDA DE ANDRADE SANTOS

Aprovado:

Banca Examinadora

..... Prof. Dra. Creuza Santos Lage (Orientadora)
..... Prof. Dra. Maria Auxiliadora da Silva
..... Prof. Dr. Cid José Teixeira Cavalcanti

Data da Aprovação: 26/06/2006 Grau conferido em:...../...../.....

*A meus pais, Walfredo e Gilta,
a meus filhos, Bernhard e Pedro,
por tanto amor, incentivo e paciência.*

AGRADECIMENTOS

É sempre bom agradecer, a Deus, e a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Inicialmente gostaria de agradecer ao querido Mestre e amigo Délio Pinheiro por incentivar-me a encarar os desafios do Mestrado em Geografia e ensinar-me a compreender a Geografia através da Literatura; a minha orientadora, professora Creuza Lage, por todo o carinho no acolhimento e na exigência em me fazer buscar o melhor de mim; a professora Maria Auxiliadora da Silva, por me apresentar e conduzir ao grande mestre e doutor da Geografia, Milton Santos; ao Professor Sylvio Bandeira, por me apresentar a Geografia do Turismo. A todos os professores do mestrado, agradeço pelos conhecimentos que adquiri, habilitando-me a compor esse trabalho. E um agradecimento especial ao professor Cid Teixeira, pelo sacrifício pessoal ao compor essa banca e à cumplicidade em amar com intensidade a cultura e a história da Chapada Diamantina.

Quero também agradecer aos colegas do mestrado – Selma, Miriam, Isabella, Zezinho, Telma, Perpétua, Adriana, Aline, Alessandra, Patrícia, Cláudia e aos colegas de outras turmas que foram também parceiros e amigos, em especial, Fred Bonsucesso.

Agradeço aos estudiosos da Chapada Diamantina pelos seus trabalhos, especialmente a Ângela Leoni, Francisco Brito e Marjorie Nolasco, autores dos quais utilizei seus estudos para subsidiar este trabalho.

Agradeço a comunidade de Lençóis que me acolheu, especialmente a Mestre Osvaldo, memória viva de Lençóis, a Sr. Olívio, mestre de obras do coronel Horácio de Matos, Heraldo Barbosa, grande porta-voz de Lençóis; e às empresas de turismo que gentilmente cederam informações ou responderam aos questionários e às entrevistas do trabalho.

Agradeço também a minha família pelo estímulo nas horas mais árduas: minha irmã e afilhada, Cristiane, a prima Maria Clara, pela tradução do *abstract* e a amiga e irmã Cristina Bustani pela revisão final.

Finalmente, quero agradecer o apoio dos colegas da Bahiatursa: Aline Zorthea, Taís Mendes, Jorge Lavigne, Luciano Diniz (*in memoriam*) e em especial a Cláudio Taboada, presidente da Bahiatursa, e Paulo Gaudenzi, secretário da Cultura e Turismo do Estado por viabilizarem a oportunidade de galgar novos conhecimentos.

*“Lençóis, não foram somente
tuas ruas, garimpos e recantos
que me ficaram gravados na mente!
Também teus costumes, teus hábitos,
tuas festas e tua gente...”*

Pinto, José Moreira. Lençóis Romântico. (s.d.)

RESUMO

Essa pesquisa trata da análise do espaço produzido pelo turismo no município de Lençóis, pólo turístico conhecido internacionalmente, localizado na Chapada Diamantina, estado da Bahia, sob a ótica da Geografia do Turismo. Esse trabalho fundamenta-se no modelo do Sistema de Turismo, Sistur, criado por Beni em 1997, a partir da Teoria Geral dos Sistemas. O modelo referencial é utilizado para o estudo de caso, permitindo a análise do turismo de Lençóis. Os conceitos de forma e função de Santos (1992) e de Ecoturismo definido pela Embratur e Ministério do Meio Ambiente (1994), são utilizados para identificação do turismo em sua espacialidade e completam a base teórico-conceitual do trabalho. Os resultados obtidos ao longo de dois anos de análises documentais e trabalho em campo demonstram que a atividade turística em Lençóis produziu e reproduziu um novo espaço que substituiu o garimpo, dentro de um ciclo que já se esgotava naturalmente. A atividade turística em Lençóis desenvolveu-se de fora para dentro, de acordo com as políticas públicas traçadas para a região. A instalação do turismo abriu novas perspectivas e atraiu pequenos investidores que reaquecem a economia local. Em sua maioria pessoas de outras regiões e mesmo países em busca de uma vida alternativa. A partir daí surge uma dinâmica desigual provocada pela mudança abrupta da sua atividade econômica tradicional: “do diamante ao turismo” onde, à comunidade tradicional, não foi ofertada a possibilidade de inserção na atividade econômica, a não ser em opções de subemprego da mão de obra desqualificada e despreparada para assumir novos postos, em um mercado de trabalho informal que mais se identifica pela falta de ordenamento e sustentabilidade.

Palavras-chave: turismo, ecoturismo, produção do espaço, Chapada Diamantina, Lençóis.

SUMMARY

This research is about the analysis of the space created by tourism in Lençóis county, an internationally known tourist site located at Chapada Diamantina in Bahia state, under the point of view of the Geography of Tourism. This paper is based on the model of the Tourism System “Sistur”, created by Beni in 1997 from the General Theory of Systems. The reference model is used for a case study, allowing the analysis of tourism in Lençóis. The concepts of shape and function of Santos (1992) and that of Ecotourism established by the “Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) and the Ministry of the Environment (1994), are used to identify tourism in its use of space, and they complete the conceptual –theoretical base of the paper. The results obtained throughout two years of documental analysis and field work, show that the tourist activity in Lençóis produced and reproduced a new space which replaced the mining activity, within a cycle that was naturally finishing. The tourist activity in Lençóis developed from outside to inside, according to the public policies designed to that region. The development of tourism opened new perspectives and attracted small investors who rekindled the local economy; mostly people from other areas and even other countries, searching an alternative way of life. From then on an unequal dynamics develops, caused by the abrupt change in the traditional economic activity: “from diamond mining to tourism”, and where the traditional community was not offered another possibility of taking part in this new economic activity than as unqualified underemployed work force, not prepared to assume new positions in an informal job market better identified by its lack of order and sustainability.

Key Words: Tourism, ecotourism, production of space, Chapada Diamantina, Lençóis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do município de Lençóis	52
Figura 2 – Limite territorial do município de Lençóis	55
Figura 3 – Garimpeiros trabalhando em Lençóis	56
Figura 4 – Garimpeiros no rio Lençóis	63
Figura 5 – Casa de Lapidiação	63
Figura 6 – Paisagem do Serrano	64
Figura 7 – Paisagem do São Félix	64
Figura 8 – Ponte e Praça das Nagôs	65
Figura 9 – Praça Horácio de Matos	65
Figura 10 – Casario em decadência	67
Figura 11 – Casario em decadência	67
Figura 12 – Evolução da população do município de Lençóis.	67
Figura 13 – Reportagem Jornal A TARDE, 16.10.71	68
Figura 14 – Reportagem Jornal A TARDE, 01.11.71	69
Figura 15 – Página do Diário Oficial do Estado da Bahia, 26.12.73	70
Figura 16 – Evolução da População x Processo Histórico	72
Figura 17 – Rua do Lava Pés 1906	75
Figura 18 – Rua do Lava Pés 2004	75
Figura 19 – Conjunto das Relações Ambientais	87
Figura 20 – Unidades de Conservação do município de Lençóis	94
Figura 21 – Cachoeira do Sossego	96
Figura 22 – Gruta do Lapão	96
Figura 23 – Marimbus	97
Figura 24 – Jibóia atravessando a Estrada Velha do Garimpo	97
Figura 25 – Cachoeira do rio Roncador	97
Figura 26 – Cachoeirinha	99
Figura 27 – Mirante	99
Figura 28 – Cachoeira da Primavera	99
Figura 29 – Anúncio da SCT para captação de investidores internacionais	104
Figura 30 – Investimentos privados em hotelaria	105
Figura 31 – Toca de garimpeiro na trilha para cachoeira do Sossego	108
Figura 32 – Jarê de Dona Derina	109
Figura 33 – Rancho do garimpeiro	111

Figura 34 – Seo Cori	111
Figura 35 – Conjunto da Organização Estrutural	118
Figura 36 – BR-324	123
Figura 37 – BR-324	123
Figura 38 – Conjunto das Ações Operacionais	129
Figura 39 – Centro Histórico de Lençóis	139
Figura 40 – Centro Histórico	140
Figura 41 – Residência da família Sá	140
Figura 42 – Quartel general do Cel. Horácio de Matos	140
Figura 43 – Vice-consulado francês	140
Figura 44 – Casa de Cultura Afrânio Peixoto	140
Figura 45 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	140
Figura 46 – Mercado Municipal	140
Figura 47 – Igreja Senhor dos Passos	140
Figura 48 – Ponte sobre o rio Lençóis	140
Figura 49 – Festa do Senhor dos Passos	143
Figura 50 – Marujada	143
Figura 51 – Reisado	143
Figura 52 – Jarê	143
Figura 53 – Artesanato com material reciclado	144
Figura 54 – Artesanato com material reciclado	144
Figura 55 – Praça Horácio de Matos, 1906	147
Figura 56 - Praça Horácio de Matos, 2004	147
Figura 57 – Número de pessoas trabalhando em agências	164
Figura 58 – Origem dos funcionários	165
Figura 59 – Média de idade	165
Figura 60 – Grau de escolaridade dos funcionários	166
Figura 61 – Relação de trabalho	166
Figura 62 – Trabalhadores com carteira assinada	167
Figura 63 – Remuneração dos trabalhadores	167
Figura 64 – Tempo de funcionamento em Lençóis	168
Figura 65 – Formalidade do setor	169
Figura 66 – Origem dos proprietários de operadoras de receptivo	169
Figura 67 – Empresas com matriz ou filial em outra praça	170
Figura 68 – Vendas em outras praças	171
Figura 69 – Produtos que a empresa vende	171
Figura 70 – Produtos da região que as agencias consomem	172

Figura 71 – Mão de obra terceirizada	173
Figura 72 – Serviços terceirizados na região	173
Figura 73 – Origem da mão de obra	175
Figura 74 – Escolaridade	175
Figura 75 – Regime de Trabalho	176
Figura 76 – Tempo de funcionamento em Lençóis	177
Figura 77 – Registro no Mtur	177
Figura 78 – Serviços terceirizados	178
Figura 79 – Origem do proprietário	179
Figura 80 – Matriz ou filial em outra praça	179
Figura 81 – Venda em outros mercados	180
Figura 82 – Produtos que a empresa vende	180
Figura 83 – Produtos que a empresa consome	181
Figura 84 – Um trecho da cidade de Lençóis vista do alto	185
Figura 85 – Praça Otaviano Alves, 2004	185
Figura 86 – A síntese da mutação em uma imagem	187
Figura 87 – Residência	188
Figura 88 – Hotel de Lençóis	188
Figura 89 – Casa do Coronel Sá, 1970	189
Figura 90 – Prefeitura	189
Figura 91 – Praça Horácio de Matos	189
Figura 92 – Praça Horácio de Matos	189
Figura 93 – Praça Horácio de Matos	190
Figura 94 – Praça Horácio de Matos	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo Referencial do Sistor	41
Quadro 2 – População e amostra da Pesquisa	47
Quadro 3 – Investimentos Públicos	106
Quadro 4 – Investimentos Públicos	106
Quadro 5 – Oferta Diferencial: atrativos naturais	138
Quadro 6 – Políticas Públicas para o Turismo	148-150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa da taxa de alfabetização de adultos	113
Tabela 2 – Percentual de pessoas analfabetas e média de anos de estudo da População	114
Tabela 3 – Estimativa de Produto Municipal, renda per capita, índice de renda e IDH	114
Tabela 4 – Nível da Renda	115
Tabela 5 – Desigualdade sócio-econômica	115
Tabela 6 – Percentual de Indigência e Pobreza	116
Tabela 7 – Município segundo serviços e infra-estrutura	117
Tabela 8 – Saúde, segundo quantidade de médicos residentes por mil Habitantes	117
Tabela 9 – Investimentos públicos em Lençóis	128
Tabela 10 – Quem são os clientes/mercados emissores para Chapada Diamantina?	131
Tabela 11 – Qual a receita turística para Lençóis nos últimos 5 anos?	131
Tabela 12 – Qual o tamanho de cada mercado emissor (fluxo e receita)?	132
Tabela 13 – Quais os motivos de viagem e seus respectivos percentuais?	132
Tabela 14 – Perfil do turista nacional	134
Tabela 15 – Características da viagem	134
Tabela 16 – Perfil do turista estrangeiro	135
Tabela 17 – Características da viagem	135
Tabela 18 – Evolução da oferta de leitos	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABN – Arquivo da Biblioteca Nacional

ACVL – Associação dos Condutores de Visitantes de Lençóis

AGERBA – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia

AN – Arquivo Nacional

APA – Área de Proteção Ambiental

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

ASSET – Associação de Empresários de Turismo da Chapada Diamantina

BAHIATURSA - Empresa de Turismo do Estado da Bahia S/A.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BVL – Brigada Voluntária de Combate a Incêndios Florestais de Lençóis

CAR – Companhia de Ação Regional

CONBAHIA – Centro de Convenções da Bahia S. A.

CRA – Centro de Recursos Ambientais

CVC – César Vicente Cesiari

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento

EMTUR – Empreendimentos Turísticos da Bahia

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

GMDI – Gasto Médio Diário Individual

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBBIO – Instituto Barro Branco

IDHM-E – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – fator educação

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MCC – Movimento de Criatividade Comunitária

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONG – Organização Não Governamental

PARNA – Parque Nacional

PDU – Plano Diretor Urbano

PLANTUR – Plano Nacional de Turismo

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PPH/SIC – Projeto Patrimônio Histórico da Secretaria da Indústria e Comércio
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico
PRUA – Plano de Referência Urbanística Ambiental
SCT – Secretaria da Cultura e Turismo
SEI – Serviço de Estatística e Informação
SEINFRA – Secretaria de Infra-estrutura
SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SINART – Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico
SISTUR – Sistur de Turismo
SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SUTURSA – Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador
SUDETUR – Superintendência de Desenvolvimento do Turismo
SUIVEST – Superintendência de Investimentos.
UC – Unidade de Conservação
UHs – Unidades Habitacionais
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VBP – Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	29
1.1	REFERENCIAL TEÓRICO	32
1.1.1.	Algumas abordagens sobre o Turismo	33
1.1.2.	Referencial de análise – O Sistor	38
1.1.3.	Referencial de interpretação – Forma e Função segundo Santos	42
1.1.4.	Hipótese de trabalho	44
1.2.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
1.2.1	População e amostra da pesquisa	46
1.3.	ESTRUTURA DO TRABALHO	47
2.	LENÇÓIS, UMA CIDADE PATRIMÔNIO	51
2.1	DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	51
2.2	O ESPAÇO DO DIAMANTE	57
3.	O SISTEMA DE TURISMO NO MUNICÍPIO DE LENÇÓIS	75
3.1	OS PRIMÓRDIOS DA IMPLANTAÇÃO	76
3.2	O CONJUNTO DAS RELAÇÕES AMBIENTAIS	81
3.2.1	O Subsistema Ecológico	88
3.2.1.1	O Parque Nacional da Chapada Diamantina	95
3.2.1.2	A APA Marimbus Iraquara	96
3.2.1.3	O Parque Municipal da Muritiba	98
3.2.2	Subsistema Econômico	100
3.2.3	Subsistema Cultural	106
3.2.4	Subsistema Social	112
3.3	O CONJUNTO DA ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL	118
3.3.1	Subsistema da Superestrutura	118
3.3.2	Subsistema da Infra-estrutura	121
3.3.3	As ações do planejamento público - o PRODETUR	126

3.4	O CONJUNTO DAS AÇÕES OPERACIONAIS	129
3.4.1	Subsistema de Mercado	129
3.4.2	Subsistema da Demanda	132
3.4.3	Subsistema da Distribuição	135
3.4.4	Subsistema da Oferta	137
4.	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO TURISMO EM LENÇÓIS	147
4.1	OS PRODUTORES DO ESPAÇO TURÍSTICO	147
4.1.1	O poder público	148
4.1.1.1	As ações de planejamento e gestão	151
4.1.2	O poder privado	164
4.1.2.1	As agências de turismo receptivo	164
4.1.2.2	O setor hoteleiro	174
4.1.3	A sociedade organizada	181
4.2	AS VELHAS E NOVAS FORMAS X AS VELHAS E NOVAS FUNÇÕES	185
5.	CONCLUSÃO	193
6.	REFERÊNCIAS	201
7.	ANEXO I	205

1. INTRODUÇÃO

A história do turismo no mundo, a depender do autor, apresenta, em sua origem, variados processos sociais em épocas e localidades distintas, que podem sugerir um “marco zero” no início das Olimpíadas Gregas ou nas romanas estações termais, até as viagens organizadas, comercialmente, pelo primeiro agente de viagens conhecido mundialmente, o inglês Thomas Cook, criador de “pacotes turísticos internacionais” ainda no século XIX.

Seja qual for o momento histórico tomado como ponto de partida, o homem começou a consumir a paisagem como lazer, provocando a instalação e o desenvolvimento do turismo, uma atividade econômica que chegou ao século XXI com indicadores dos mais otimistas: segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo em 2002 essa atividade gerou divisas em torno de US\$ 1,3 trilhão correspondendo a 3,7% do PIB mundial, sendo responsável por 3,1% do total de empregos no mundo, ou seja, 67,8 milhões de postos de trabalho. Sua permanência aponta para a consolidação, apesar de fatores restritivos globais como o atentado terrorista de 11 de Setembro nos Estados Unidos em 2001, a crise econômica na Argentina em seguida (principal mercado emissor na América do Sul para o Brasil) e os conflitos internacionais que influenciam diretamente no fluxo turístico mundial.

O advento do Turismo como atividade econômica geradora de renda e de postos de trabalho em escala mundial e também como atividade consumidora de produtos, sejam eles tangíveis ou não, incluindo particularmente o patrimônio natural, provocou um incremento nas pesquisas científicas sobre Turismo no Brasil. Essas pesquisas se reproduziram em abordagens que denotam a interdisciplinaridade da Geografia com o Turismo e a preocupação com o consumo da natureza.

A partir da década de 70 o turismo de massa, promovido através de campanhas publicitárias no mercado nacional e internacional, foi responsável por uma pressão urbana em núcleos considerados turísticos por causa das características especiais como a riqueza do patrimônio histórico, cultural e ambiental provocando impactos sócio-ambientais de natureza múltipla. Desde então, estudiosos do Turismo, inclusive os geógrafos, têm se dedicado aos estudos desse fenômeno tendo como objeto de pesquisa diversas regiões brasileiras, especialmente, os espaços turísticos no litoral nordestino, no sudeste do país e na Amazônia.

Na medida em que o Turismo é consequência da produção do espaço do e pelo homem, quando este se apropria do ambiente como um grande consumidor da natureza causando diversas implicações, a temática passou a ser trabalhada através da Geografia, tornando-se uma das suas especialidades mais recentes. Nos últimos anos a Chapada Diamantina começou a despertar o interesse de novos pesquisadores (Leony, 2001; Léda, 2003; e Brito, 2005) trataram do tema Turismo sob a ótica da Geografia e da Sociologia. Este trabalho procede a análise da produção do espaço do turismo no município de Lençóis, na Chapada Diamantina, considerando os processos de produção e transformação pelos quais o município passou em cerca de 30 anos e que hoje se apresenta novamente integrado à economia globalizada, em uma região que mais se destaca pela promoção do turismo voltado para a natureza, o ecoturismo em particular.

O Turismo, enquanto atividade econômica, tanto gera oportunidades de desenvolvimento, quanto causa impactos no patrimônio social, cultural e ambiental das comunidades receptoras. A Chapada Diamantina tem sido promovida como principal pólo de ecoturismo da Bahia e o espaço produzido pelo e para o turismo em Lençóis se configura como âncora de um pólo regional, com implicações de variadas ordens que se põem e se contrapõem ao conceito e prática do ecoturismo.

Lençóis é uma cidade turística que vem consolidando sua imagem como destino nacional e, ainda que timidamente, internacional, dentro de um cenário que tem a natureza, como seu principal produto de consumo. Primeiro município da Chapada Diamantina a ser trabalhado como “portão de entrada” desta região - na linguagem do marketing turístico -, ao longo de três décadas Lençóis foi sendo estruturado para o turismo desde a construção da Pousada de Lençóis, marco inicial da ação pública na produção do espaço do turismo no município e desta pesquisa. Entre as ações mais recentes do poder público está a construção de um aeroporto com a segunda maior pista do estado, capaz de receber *boeings*; e da iniciativa privada, a instalação de um hotel de grande porte com 298 leitos.

A atividade turística criou nova configuração espacial no município, substituindo o “Lençóis dos diamantes” ao apropriar-se das antigas formas imprimindo-lhes novas funções que refletem um processo fundamentado em parâmetros internacionais e uma estrutura onde as comunidades tradicionais encontram pouco espaço. Sobre essa metamorfose, Santos, explica:

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (Santos, 1997, p. 77).

É dentro desse contexto que algumas questões formuladas ressaltam a preocupação com a investigação sobre a atividade turística em um pequeno núcleo receptor e suas relações com a comunidade.

Qual a importância do turismo na produção do espaço em Lençóis? Como o turismo influenciou na (re) organização desse espaço? Quais os agentes e fatores responsáveis pela inserção do turismo na organização do espaço do município? Qual o

nível de participação do turismo na dinâmica do município? (transformações e permanências). Quais as repercussões dessa nova organização espacial na comunidade local? A comunidade local participa desse processo?

Responder a estas questões é a finalidade desta pesquisa quando se propõe analisar a importância do turismo na produção do espaço em Lençóis e sua repercussão na dinâmica sócio espacial do município.

A relevância acadêmica deste trabalho consiste em produzir informações que venham a somar na construção desta nova especialidade da “Ciência das Relações”, a Geografia do Turismo, na medida em que analisa as categorias espaciais com seus componentes específicos da atividade turística em área distinta do litoral brasileiro, principal foco dos estudos turísticos.

Esta pesquisa pretende contribuir com o município através de uma análise da atividade turística, suas relações e oportunidades de desenvolvimento local na medida em que identifique no espaço turístico de Lençóis a geração de novos postos de trabalho e de renda para a comunidade local, bem como as implicações e soluções advindas do turismo para a região.

Quanto às administrações públicas municipal e estadual, esta pesquisa poderá fornecer subsídios para a construção de um modelo de gestão alicerçado no planejamento participativo, na medida em que busca a adesão dos diversos agentes sociais, única forma de se atingir o desenvolvimento integrado e sustentável.

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma análise da Produção do Espaço sob a ótica da Geografia do Turismo, no município de Lençóis poderá contribuir para uma melhor compreensão desse espaço

em um contexto geográfico nitidamente demarcado por distintas relações de produção do homem em seu espaço - morada ou mercadoria – movidas pela economia internacional e avaliada em dólares. Ontem, foi o diamante; hoje é o turismo, e amanhã o que será?

A escolha do assunto Turismo para estudo dentro da Geografia provém da necessidade de pesquisas sobre o tema, especialmente do Turismo como atividade que se apropria do espaço para produção e consumo, causando-lhe transformações e implicações, impactos negativos e positivos que lhe farão modificar formas e funções que lhe impingem novos significados ou resignificados. Abaixo se apresentam algumas abordagens sobre esse tema.

1.1.1 Algumas abordagens sobre o turismo

Sousa (1999), afirma que “O turismo tem uma ação efetiva no espaço geográfico em todos os níveis, pois o seu desenvolvimento ou implantação provoca nele reestruturações ou alterações”. Esse espaço é formado de fixos e fluxos (Santos, 1988; 77). Os fixos permitem ações que modificam o próprio lugar. Fluxos novos ou renovados recriam as condições ambientais e as condições sociais, redefinindo cada lugar. Os fixos em turismo correspondem aos centros emissores, receptores e também a equipamentos (*resorts*, campos de golfe) capazes de originar e atrair fluxos turísticos, que inclusive se diferenciam ou segmentam demandas em função dos atrativos e atividades que oferecem. Alguns fixos, como, por exemplo, centros desportivos, pavilhões de feiras, centros de convenções, definem fluxos diferenciados, permitindo a produção de bens e serviços turísticos específicos.

Rodrigues (2001), em sua coletânea de trabalhos apresentados durante o evento internacional “Sol e Território”, em 1995, trata do turismo como fenômeno econômico e social “que se configura materialmente, criando e recriando formas espaciais identificadas”. O objeto da Geografia nesse contexto, o Turismo, é abordado em quatro momentos: Aportes Teórico-Methodológicos à Geografia do Turismo; Turismo como Vetor do Desenvolvimento; Turismo Modelo Sol e Praia; Turismo e Lazer: fenômenos essencialmente urbanos. “A análise do turismo e de sua dimensão territorial é um dos meios de (re) pensar este fenômeno multiforme e irrepreensível, duplamente marcado pelo peso dos interesses econômicos e pelo domínio das abordagens *flus*. As relações entre ‘território e turismo’ podem, muito esquematicamente, ser analisadas de acordo com três tipos de situação: podem existir territórios sem turismo; Pode existir também um turismo sem território... Podem, enfim, existir territórios turísticos”. (Knafou, p.62.)

Barbosa (2001), analisa alguns aspectos do turismo desde o papel da propaganda no uso de imagens para persuadir o consumo, passando pela produção de “não lugares”. “Presencia-se, no turismo, a venda de espaço. O espaço-mercadoria está cada vez mais preso ao universo da troca, fragmentado pelo processo de compra e venda, impondo importantes transformações no plano de uso e consumo do espaço. O espaço do turismo e do lazer são espaços visuais, preso ao mundo de imagens que impõem a redução e o simulacro”.

Garrido (2002), busca estudar e entender a dinâmica da integração entre empresas e setores, com foco especial na atividade turística “a partir de uma análise comparativa de três dos modelos multiorganizacionais mais utilizados para o exame de diversos setores produtivos, buscando identificar qual dentre eles, ou, se a combinação de mais de um deles poderia ser mais representativa do setor de turismo”.

Leone (2001), tratou da dinâmica espacial em uma região turística periférica e protegida, a Chapada Diamantina com foco no município de Lençóis e seus arredores. Conclui que o ecoturismo, apesar das divergências conceituais, pode ser um valioso instrumento para melhoria da qualidade ambiental e de vida das comunidades locais, e, se for implantada de forma planejada e participativa, com orientação clara e objetiva, pode ser uma opção ecologicamente correta, economicamente viável para áreas turísticas, periféricas e protegidas, principalmente em um país como o Brasil, de enorme potencial ambiental e cultural, e características socioeconômicas peculiares.

Bomsucesso (2004), analisa a produção e o consumo turístico de Salvador, e a caracterização da sua sustentabilidade, com base nas infra-estruturas, nos atrativos, nas facilidades e nas acessibilidades. A determinação de colocar a atividade turística como mercadoria, como todas as demais, remete aos estudos do modo de produção capitalista que destrói as próprias condições de produção, no intuito de torná-las “mais consumíveis”. Portanto, mais uma vez a sustentabilidade turística fica implícita na manutenção e guarda da natureza, dos impactos que possam ocorrer, das estratégias de marketing e na resposta de um consumo rendoso. A cidade do Salvador atua como pólo importante no setor da atividade turística no Brasil, e revela um turismo com enorme complexidade cujos conflitos entre os espaços produtivos e as políticas adotadas, evidenciam certo consumo, com vistas na sustentabilidade turística, deixando clara a necessidade de continuação deste estudo para um melhor desenvolvimento da atividade turística na Bahia e conseqüentemente para Salvador.

Faz-se necessário compreender o processo empreendido pelo homem na ocupação do território, em um recorte de tempo e espaço representativo do capital sócio-territorial para entender o papel do turismo no espaço produzido, partindo do local, o município de Lençóis, ao regional, compreendendo a Chapada Diamantina. De

acordo com Silva (2003, p. 158), Christaller prioriza a perspectiva locacional do turismo ao apontar para sua relação típica com as periferias de áreas centrais densamente povoadas, já que o turista prefere, como princípio geral, conhecer áreas diferentes e distantes de seu *habitat*.

O município de Lençóis destaca-se como o centro de um pólo de desenvolvimento, um destino âncora que, a partir de sua centralidade, irradia novas forças produtoras para seu entorno.

Silva (*op. cit.* p.163), afirma que o Brasil tem hoje, apesar da crise, um forte dinamismo no setor de turismo e uma diversificada Geografia Turística no sentido de que o impacto do turismo está se dando em muitas regiões e em um número crescente de lugares, com destaque para o contexto periférico, como o dos estados nordestinos, confirmando as idéias de Christaller. E ainda que o turismo pode ser um meio para se atingir o desenvolvimento econômico em regiões periféricas já que o fluxo de turistas ricos dos centros ‘metropolitanos’ deveria injetar moeda estrangeira e gerar empregos”.(Ioannides, 1995, p. 50, in Silva, 2003, p. 159)

“O encontro do homem com a natureza em seu estado selvagem” foi uma das primeiras definições propostas para o ecoturismo que teve entre seus primeiros estudiosos Ceballos – Lascuráin (1995). Ele conceituou o ecoturismo como “modalidade turística que tem como motivação principal viajar para áreas naturais, pouco modificadas e livres de contaminação, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar ativamente de suas paisagens, plantas e animais silvestres, assim como das manifestações culturais existentes nessas áreas”. No documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (Barros II, 1994) o conceito foi definido como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma

consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações locais”.

Fazendo a interseção desses conceitos com o do desenvolvimento regional, entendido como “um processo localizado de mudanças em um determinado espaço que se insere no contexto nacional e internacional, configurando a superação de problemas econômicos, políticos, sociais, ambientais e espaciais, o que deve se expressar através de uma melhoria generalizada dos padrões de vida da população (Silva, 2003), chega-se a um terceiro conceito, o de Pólo de Ecoturismo definido como sendo áreas aonde as atividades ecoturísticas já vem sendo desenvolvidas com sucesso, sendo promovidas por um número variável de agentes, ou locais com condições naturais especiais, mas poucas atividades devido à falta de infra-estrutura e de organização (Magalhães, 2001.p. 68).

Sendo assim, os estudiosos identificam o Ecoturismo, enquanto atividade econômica, como uma segmentação do turismo de maior crescimento na atualidade, que se caracteriza pela diferenciação desde a produção do espaço até a oferta de produtos e serviços para o consumo turístico. “Isto ressalta a geograficidade do turismo, ou seja, o turismo aposta nas diferenças locais e regionais tão valorizadas na Geografia” (Silva, 2003).

Nesse contexto e partindo do pressuposto básico de que, o processo de desenvolvimento regional depende da dinâmica do funcionamento do sistema econômico-social em nível espacial e de que este funcionamento, por sua vez, é explicado pela localização e interação das atividades econômicas e sociais sobre o espaço geográfico (Silva, 1976), é possível percorrer a ponte que une o Turismo à Geografia sob a ótica do desenvolvimento urbano regional (Silva, 2003, p. 163) onde a valorização da territorialização das ações do turismo, que decorrem das questões locais, na perspectiva do pleno desenvolvimento é fundamental, permitindo uma

integração *in loco* e em rede de todas as questões e perspectivas, resultando em novas formas de desenvolvimento com redução da pobreza.

É possível chegar ao entendimento do incremento da atividade turística como parte de uma política de desenvolvimento a partir de uma perspectiva em que essa atividade seja realmente promotora dos aspectos culturais, sociais e econômicos de uma dada região, e valorize as riquezas locais de uma dada comunidade, devendo estar firmemente orientada por uma política de desenvolvimento que defenda e potencialize o patrimônio da comunidade. Nesse ponto, chega-se ao “tripé mágico” de que fala Silva: Localização, Organização e Territorialização: [...] é fundamental que haja, ao mesmo tempo, um forte enraizamento local e um dinâmico enredamento global das atividades turísticas integradas às demais atividades e setores (Silva, 2003, p.161).

Brito (2005) analisa as contradições do turismo na Chapada Diamantina contribuindo para o estudo do ecoturismo sob a ótica sociológica. Entre suas conclusões destaca-se a constatação de que as primeiras iniciativas visando introduzir o turismo na Chapada Diamantina foram marcadas pela resistência de uma parte da oligarquia local, que mesmo vivenciando a decadência do garimpo, mostrava-se temerosa de perder o controle político de suas cidades. O autor também conclui que o processo de turistificação local repete cada vez mais o garimpo, na medida em que assume o papel de mono atividade, onde 80% da população dependem do turismo para sobreviver.

1.1.2.Referencial de Análise – o Sistur

Bertalanffy (1977, p. 53) afirma que o conceito de sistemas está em todos os campos da ciência e novas tecnologias representam a sua evolução. As relações

entre a sociedade e a natureza passam a ter importância e entram também em jogo inumeráveis problemas, tornando-se necessário um enfoque sistêmico.

Para identificar e caracterizar o espaço como sendo o do turismo no município de Lençóis, entendido como o resultado da ação do homem sobre a natureza através do seu trabalho, optou-se por uma análise da estrutura do Sistema de Turismo sob a ótica da Teoria Geral dos Sistemas através do modelo idealizado por Beni em 1997, o Sistema de Turismo - Sistur.

“A Teoria Geral dos Sistemas afirma que cada variável, em um sistema específico, interage com todas as outras variáveis desse sistema e com as de outros sistemas que com ele realizam operações de troca de interação, explicando e desenhando as configurações aproximadas da dinâmica da vida real. [...] o Turismo, na linguagem da Teoria Geral dos Sistemas, deve ser considerado um sistema aberto que, conforme definido na estrutura dos sistemas, permite a identificação de suas características básicas, que se tornam os elementos do sistema” (Beni. 2002, p. 44).

A obra de Beni (2002) é uma ferramenta para análise do setor turístico revelando a importância do planejamento no processo de desenvolvimento contemporâneo e futuro do Turismo no Brasil suas interfaces com a sociedade, com a economia e a própria política da nação. Uma definição holística para o Turismo, segundo Beni, (2002, p. 37), é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito

por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos.

O autor apresenta pontos de reflexão para tratamento e desdobramentos posteriores dos assuntos abordados, entre esses, o Sistur – Sistema de Turismo. Criado pelo autor a partir da Teoria Geral dos Sistemas, o Sistur se constitui a linha mestra dessa obra, “a fim de conhecer a estrutura dessa atividade, que compreende diversos e complexos conjuntos de causas e efeitos que devem ser considerados”.

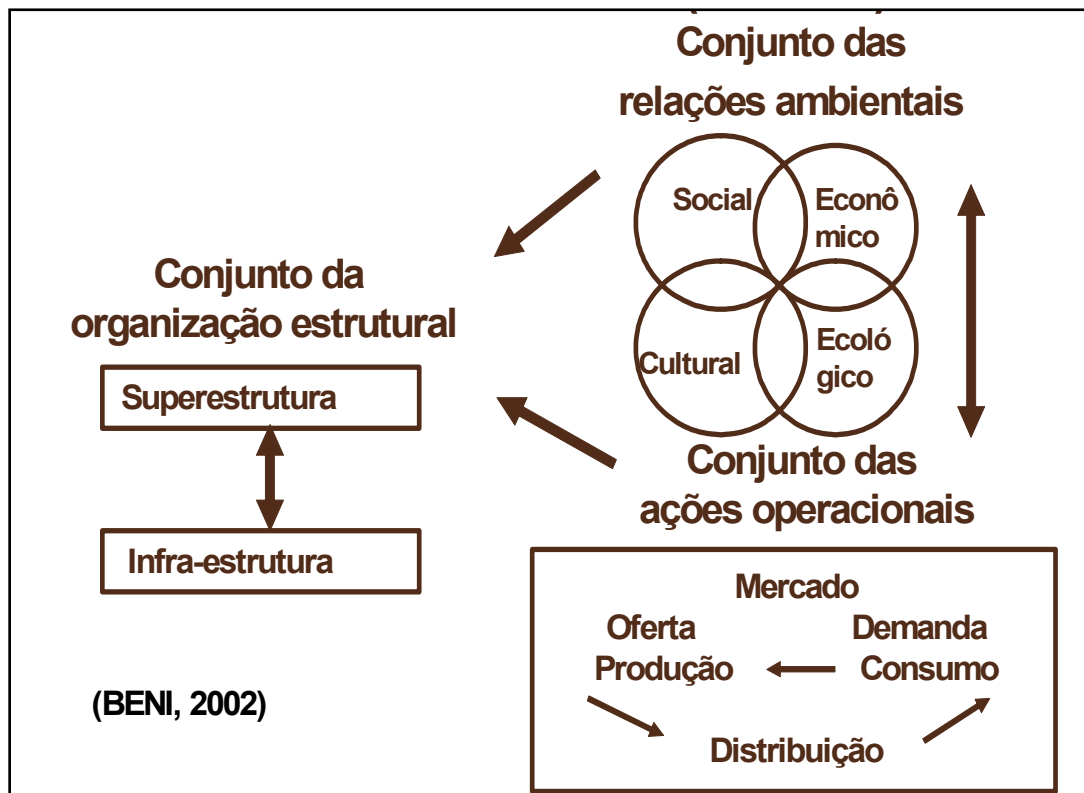
Cada um desses conjuntos irá interagir com outros conjuntos e outros sistemas fazendo-se necessária a utilização do modelo referencial na representação do sistema para o estudo de caso, permitindo a análise das partes até chegar ao todo, neste caso, o espaço do turismo de Lençóis. Santos (1978) define modelo como “representação da realidade, cuja aplicação, ou uso, só se justifica para chegar a conhecê-la, isto é, como hipótese de trabalho sujeita a verificação”. Beni (2002, p. 24) conceitua e justifica a utilização do modelo por ser a

“... representação do sistema [...] Abstração para facilitar o projeto e/ou análise do sistema. É utilizado porque simplifica o estudo do sistema, permitindo a análise de causa e efeito entre os seus elementos para conclusão de maior precisão; e pela impossibilidade de abranger a complexa totalidade das características e aspectos da realidade objeto de estudo”.

Desta forma, a aplicação do modelo do Sistur será apropriado para efetuar essa análise uma vez que, Beni (*op. cit.*, p.44), define o Sistur como “um modelo referencial que situa o Turismo em toda sua abrangência, complexidade e multicausalidade, em um esquema sintetizador dinâmico que demonstra as combinações multifacetadas de forças e energias, sempre em movimento”. A partir do modelo

referencial, o Sistur (quadro 1) permite visualizar três grandes conjuntos: o das Relações Ambientais, o da Organização Estrutural e o das Ações Operacionais, bem como seus componentes básicos e as funções primárias atuantes em cada um dos conjuntos e em interação no sistema total.

QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL



Quadro 1 - Modelo Referencial do Sistur. BENI, 2002.

O modelo referencial do Sistur é composto por três grandes conjuntos: o das relações ambientais; da organização estrutural e das ações operacionais, que interagem possibilitando avaliar situações individuais e inter-relacionadas.

Assim, no conjunto das relações ambientais, o homem, suas relações, seu meio, suas perspectivas de vida podem ser analisados em cada um dos subconjuntos econômico, ecológico, cultural e social, estabelecendo relações diversas, pacíficas ou

conflituosas a depender dos valores em questão na medida em que ele produz o seu espaço.

Fica evidente a hegemonia do subsistema econômico nesse conjunto de relações, onde o sistema capitalista impõe as regras, ainda que para o desenvolvimento de uma atividade que se alicerça no ambiente natural saudável. A paisagem é consumida como mercadoria.

No conjunto da organização estrutural estão concentradas, no subsistema da superestrutura, a organização pública e privada, compreendendo as políticas públicas e sua ordenação jurídico-administrativa, responsável pelo conjunto de medidas de organização e promoção dos órgãos e instituições oficiais, e estratégias governamentais que interferem no setor. Já no subsistema da Infra-estrutura examinam-se as principais classes relacionadas com o Sistur, ou seja, a infra-estrutura de acesso com seus componentes viário e de transportes; e a infra-estrutura urbana que reúne as condições básicas de habitabilidade e apoio aos equipamentos e serviços turísticos.

Finalmente, no conjunto das ações operacionais analisa-se a estrutura de produção da atividade turística composta por bens e serviços, instalações e equipamentos, recursos e atrativos. Também é nesse subsistema em que se avaliam a demanda e o consumo, a partir da pesquisa direta com o consumidor – o turista –, o mercado e a distribuição, ou seja: o que esse turista está consumindo e a concentração da demanda turística no espaço de Lençóis.

1.1.3 Referencial de interpretação – Forma e Função segundo Milton Santos

Analisar a produção do espaço do turismo no município de Lençóis implica em buscar o entendimento para o significado e resignificado de formas que assumiram

outras funções dentro de um processo socioeconômico, caracterizado pela mudança da atividade produtiva, onde a compreensão do espaço enquanto natureza modificada pelo homem através do seu trabalho (Santos, 1992), configura-se como marco da transformação social, como lugar preferencial das identidades, contradições, sonhos e desejos. Ainda segundo Santos (1990), o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

Cumprir apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço.

Os conceitos de Santos na análise das categorias serão utilizados na interpretação das transformações ocorridas em Lençóis. Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado dos objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, tem-se uma mera descrição de fenômenos ou de um dos seus aspectos num dado instante do tempo. Função, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em

direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

1.1.4 Hipótese de trabalho

A produção do espaço pelo turismo em Lençóis caracteriza-se por uma dinâmica desigual em face da predominância do subsistema econômico sobre o ecológico, social e cultural, estabelecendo, desse modo, uma organização espacial onde a superestrutura define a infra-estrutura e o conjunto de ações operacionais.

Objetivo Geral

Analisar a importância do turismo na produção do espaço em Lençóis e sua repercussão na dinâmica sócio espacial do município.

Objetivos Específicos

- Caracterizar o processo de produção do espaço de Lençóis a partir do ciclo do diamante aos dias atuais.
- Identificar e caracterizar os fatores e agentes responsáveis por essa nova organização.
- Analisar as novas funções implantadas pelo turismo no município.
- Avaliar as relações do Sistema Estrutural do Turismo na dinâmica da cidade.
- Avaliar o grau de participação da comunidade local na nova organização espacial criada pelo turismo.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Do Diamante ao Turismo, o Espaço Produzido no município de Lençóis” consiste em um estudo de caso, baseado na realidade de um município identificado como “âncora” para o turismo em uma região do interior da Bahia - Lençóis. Para realizá-lo foram utilizados métodos de procedimento como o histórico, que permitiu o entendimento do processo de implantação e desenvolvimento do turismo; o classificatório, na identificação das condições dos conjuntos analisados no modelo teórico conceitual; e estatísticos, na análise dos levantamentos efetuados e cartografados na representação da espacialidade do fenômeno.

O trabalho foi realizado em três fases:

Na primeira, o levantamento e a análise bibliográfica e documental existente sobre a produção do espaço no turismo propiciaram a melhor compreensão da influência do turismo na produção do espaço em Lençóis. O suporte necessário ao aprofundamento da fundamentação teórica foi embasado no levantamento histórico e documental sobre a origem, desenvolvimento e análise dos espaços atuais do turismo em Lençóis e levantamento dos recursos cartográficos da área de estudo. Ainda nesta fase foi determinada a amostragem e os instrumentos de análise em campo.

Na segunda fase foi aplicado o modelo referencial do Sistur (Beni, 2002, p. 48), para caracterizar o espaço do turismo a partir da sua análise estrutural, identificando os três conjuntos que caracterizam o espaço produzido pelo e para o turismo no município. Isso se fez através da aplicação de questionários e entrevistas.

Na terceira fase da pesquisa, foi de fundamental importância compreender as ações planejadas e (ou) implementadas no município visando o desenvolvimento do turismo através da análise do PRUA – Plano de Referência Urbanística Ambiental dos

Núcleos Urbanos do Circuito do Diamante – município de Lençóis; do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Marimbus – Iraquara; PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia e PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Chapada Diamantina. Visando avaliar o grau de participação dos agentes produtores do turismo da área receptora, foram adotados como procedimentos a aplicação de matriz de observação com os produtores do espaço e realização de entrevistas com personalidades e autoridades do município. O novo espaço de Lençóis foi identificado através da análise de imagens das velhas e novas formas e velhas e novas funções. As conclusões apresentadas têm a finalidade de responder as questões e validar a pesquisa.

1.2.1 População e amostra da pesquisa

A unidade de análise desta pesquisa é a comunidade municipal e os agentes locais que influenciaram a produção do espaço do turismo em Lençóis. No quadro 2, essas populações estão definidas a partir dos elementos representativos do conjunto da oferta: iniciativa privada, setor público, sociedade organizada e terceiro setor.

No quadro do setor público, as fontes de informação foram escolhidas intencionalmente, considerando os representantes de cada escala de poder - autoridades do setor público que representam o subconjunto da superestrutura dentro do conjunto da organização estrutural do turismo - visando o entendimento da organização da superestrutura e sua interferência em nível do turismo local.

Na amostra da população também foram realizadas entrevistas com personalidades representativas e formadores de opinião da sociedade lençoense, escolhidas intencionalmente, visto que se trata de uma amostra qualitativa, em busca do

entendimento de um processo histórico da produção do espaço. Para completar o quadro de amostra, fez-se necessário colher dados e informações de uma Organização Não Governamental dentre as que atuam no município, optando-se por analisar uma organização voltada para o resgate cultural entre a população tradicional.

População útil	Produtores do espaço	Quantitativo	Amostra quantitativa	Percentual (%)
Iniciativa privada	Hotelaria	54	16	29,52
	Operadoras locais	18	11	61,11
	ACVL – presidente	1	1	100
Setor público	Federal (Iphan)	1	1	100
	Estadual – Secretário da Cultura e Turismo	1	1	100
	Municipal - Secretário de Turismo	1	1	100
População local	Personalidades da comunidade e formadores de opinião	10	10	100
Terceiro setor	ONG – presidente	2	2	100

Quadro 2 – População e amostra da pesquisa. Elaboração: Lilian Andrade

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Essa dissertação estrutura-se em 5 capítulos. No primeiro capítulo, o tema é apresentado de forma introdutória, justificando a sua escolha, mostrados os objetivos da pesquisa e as hipóteses lançadas. O referencial teórico-conceitual está embasado no modelo referencial do Sistema de Turismo – Sistor, criado por Beni (1997) a partir da Teoria Geral dos Sistemas. Aqui também são descritos a metodologia, seus procedimentos metodológicos e técnicas utilizadas.

No segundo capítulo, estão delimitadas a área de estudo, o espaço geográfico e a época em que a pesquisa foi realizada. Demonstra-se a dinâmica do

processo de ocupação do território na Chapada Diamantina. As bases que fundamentam a vocação turística da área estudada encontram-se no resignificado de Lençóis como uma cidade patrimônio.

No terceiro capítulo, o modelo referencial de Beni é aplicado para a análise do Sistema de Turismo no município de Lençóis, compreendendo a identificação e interpretação de cada um dos componentes dos conjuntos das Relações Ambientais e seus subsistemas ecológico, social, econômico e cultural; o conjunto da Organização Estrutural, representado pelos subsistemas da Superestrutura e da Infra-estrutura, e finalmente o conjunto das Ações Operacionais integrado pelos subsistemas do mercado, da oferta, da distribuição e da demanda.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados das pesquisas de campo para a identificação da produção do espaço do turismo em Lençóis. Foram escolhidos dois dos segmentos mais significativos da cadeia produtiva local: a rede hoteleira e as empresas operadoras do receptivo turístico para representar os produtores do espaço turístico; e ainda o turista, representando o consumidor desse espaço. Ainda neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa sobre as ações do planejamento federal, estadual e municipal e o Programa de Desenvolvimento do Turismo, criado a partir de 1992 com o propósito de promover o desenvolvimento regional, participativo e incluyente através da vertente econômica do turismo. Apresenta-se o novo espaço de Lençóis através de um estudo comparativo de imagens onde é possível identificar, a partir dos conceitos de Santos sobre forma e função, as velhas e novas formas e funções delineadas pela produção do espaço do turismo.

No quinto capítulo, apresenta-se a conclusão desta pesquisa, após a identificação e análise de como se deu a produção do espaço do turismo em Lençóis, chamando a atenção para os perigos da mono atividade, identificados pela semelhança

da instalação e desenvolvimento da economia do diamante, a economia do turismo, concluindo com uma visão global do turismo em Lençóis hoje, fundamentada em entrevistas e depoimentos de personalidades locais e formadores de opinião.

2. LENÇÓIS, UMA CIDADE PATRIMÔNIO

*Lençóis, tu já possuíste
os diamantes mais famosos
que, em jóias transformados,
foram cantados por menestréis,
ornaram dedos de princesas,
braços, colos de rainhas,
coroas e cetros de reis!*

*E quão difícil foi achá-los
pelo herói da façanha, o garimpeiro!
Quanto afã, quanto trabalho
sem parar o dia inteiro!*

*Quanto esforço! Quanta luta!
travados às vezes em vão
para achá-los nos cascalhos,
desencrava-los das rochas,
desenterra-los do chão!*

*Hoje, vives da lembrança
dos tempos alviçareiros!
És até Cidade Histórica,
Lençóis!*

*Mas uma coisa te falta:
eternizar num momento
esses audazes garimpeiros,
esses autênticos heróis!*
(Pinto, s.d. p.52)

2.1 DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

O município de Lençóis situa-se na parte central do Estado da Bahia, na microrregião da Chapada Diamantina (Figura 01). A população total é de 8.910 habitantes, sendo 6.395 na área urbana e 2.515 habitantes na zona rural, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, de 2000. A distância entre Lençóis e Salvador é de 440 km, e o acesso rodoviário é feito pelas BRs 324 (até Feira de Santana), 116 ou BAs 052 e 488, BR 242 e BA 850. O município está inserido na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu sendo o rio Santo Antonio o seu

principal tributário tendo como afluente o São José, que por sua vez recebe diversos cursos d'água nascentes na serra do Sincorá, entre esses, o rio Lençóis que atravessa a cidade.



Figura 1 – Localização geográfica do município de Lençóis.

Fonte: PDU, 2004.

Elaboração: Lílian Andrade

A área do município é de 1.240 Km², incluindo a sede municipal – localizada a 455 m de altitude, latitude: 12° 33' 47" Sul e longitude: 41° 23' 47" Oeste – e os distritos de Afrânio Peixoto (Estiva), Otaviano Alves (Tanquinho de Lençóis) e os povoados de Remanso, Iuna e Barro Branco. Lençóis limita-se com os municípios de Bonito, Wagner, Lajedinho, Andaraí, Mucugê, Palmeiras e Iraquara (Figura 2). O clima da região possui estações bem marcadas com variações fortes de temperatura, chegando a mais de 30° C no verão e até 8° C no inverno.

A Chapada Diamantina é região de nascentes, faz parte da Bacia do Paraguaçu, rio fundamental para o semi-árido baiano e possui uma biodiversidade riquíssima e parcialmente desconhecida, o que lhe conferiu três unidades de conservação que abrangem o município de Lençóis: o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a Área de Proteção Ambiental Marimbus Iraquara e o Parque Municipal da Muritiba. Sua topografia é bastante acidentada, com vales profundos e estreitos escavados por rios, cercados de imensos paredões e picos que chegam a mais de 1.400 m de altitude. Apesar dessa importância, a região tem sofrido um forte retrocesso, marcado principalmente pelo alto índice de desemprego, com exceção daqueles que têm suas atividades ligadas ao turismo, que, geralmente são pessoas que migraram para a região.

Segundo Funch (2002, p. 38), há mais ou menos um bilhão e meio de anos, a Chapada Diamantina não existia. De fato, esta mesma área era um mar raso, onde desaguavam rios torrenciais, vindos de outras grandes montanhas. Assim iniciou-se a formação da bacia sedimentar do Espinhaço, onde rios, ventos e mares desempenharam o papel dos agentes modificadores daquela paisagem. As inúmeras camadas de arenitos, conglomerados e calcários, hoje expostos na Chapada Diamantina, representam as atividades destes agentes ao longo do tempo geológico. A Chapada é o resultado de uma

inversão do relevo, pois os planaltos são recobertos por sedimentos cujos elementos detríticos foram fornecidos pela dorsal Pré-Cambriana, atualmente deprimida, situada entre a Chapada e o Litoral. Esta inversão já havia sido realizada no Cretácio.

Os rios escavaram seus vales profundos nas formações arenítico-quartzíticas da cobertura, atingindo camadas subjacentes menos resistentes, como os calcários da formação Bambuí e gnaisses e micaxistos Pré-Cambrianos. É através destas gargantas que se tem acesso ao planalto. Revolvendo o cascalho do leito destes rios encachoeirados, garimpeiros extraíram no século XVIII, muitas arrobas de ouro, especialmente na Bacia do Rio de Contas e, no século seguinte, grandes quantidades de diamantes e carbonatos nas nascentes do Paraguaçu (Figura 3).

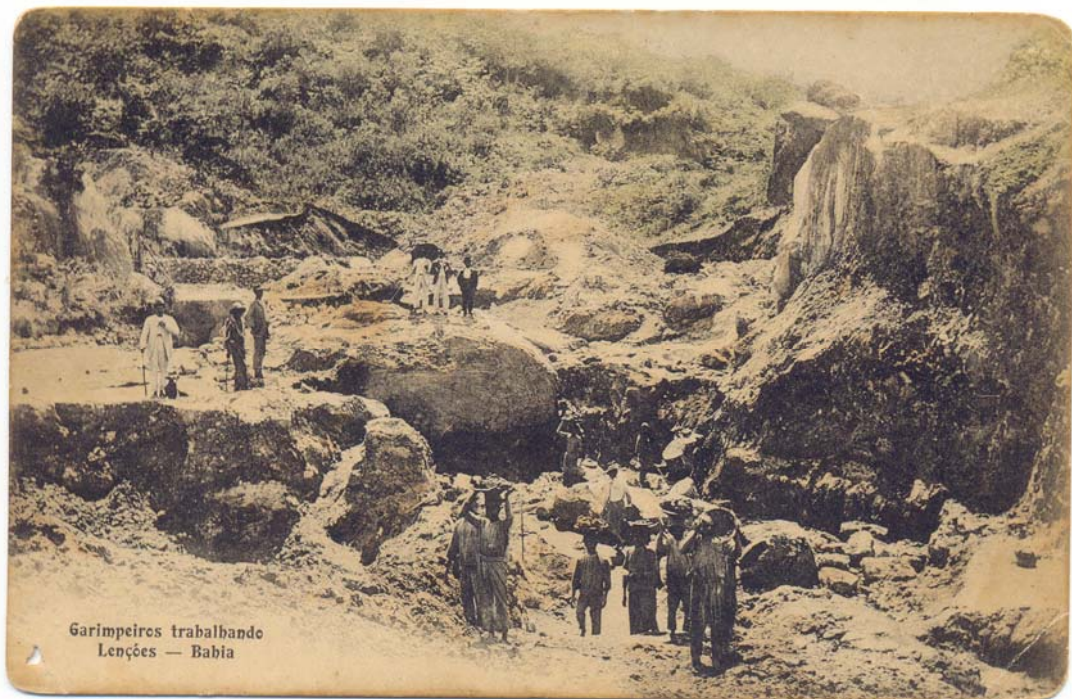


Figura 3 – Garimpeiros trabalhando em Lençóis. Coleção de Mestre Osvaldo Senna, 1906.

A Chapada Diamantina faz parte do sistema orográfico da serra da Mantiqueira que, em território baiano, desdobra-se em duas outras formações, a serra do Espinhaço e a da Mangabeira, de características mineralógicas aluviônicas e geologicamente calcária. As serras da Chapada abrangem uma área aproximada de 38.000 km² e são as divisoras de água entre a bacia do rio São Francisco e os rios que

deságuam diretamente no Oceano Atlântico, como o rio de Contas e o Paraguaçu. Apresenta-se em geral como um altiplano extenso, com altitude média entre 800 e 1200m acima do nível do mar. Nesta cadeia de serras são encontrados os picos mais altos da Bahia, sendo o pico do Barbado, com 2033m, o ponto culminante do Nordeste.

As manchas úmidas na encosta oriental estão recobertas pela floresta subcaducifólia tropical. Sob as copas de pau-d'arcos florescem begônias, orquídeas e fetos. Nas áreas elevadas, de clima semi-úmido, predomina o serrado, mais conhecido como “gerais” e nas encostas e superfícies arrasadas, áreas mais baixas e de clima mais árido, a caatinga.

Apesar da proximidade com o semi-árido, o município apresenta clima ameno Tropical Úmido, temperatura média anual de 23.6°C, com estações chuvosas e quentes alternando-se com estações secas e frias e precipitação de chuvas anuais de 1.363 mm.

2.2 O ESPAÇO DO DIAMANTE

Historicamente, a ocupação do território na Chapada Diamantina caracterizou-se por uma superposição de funções atribuídas ao espaço a partir da dinâmica dos processos produtivos desenvolvidos pelo homem. A análise do espaço geográfico produzido pelo homem na Chapada Diamantina, na área delimitada atualmente pelo município de Lençóis, remete a uma reflexão sobre as formas de ocupação e, conseqüentemente, a antropização do espaço geográfico sendo este “a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho” (Santos, 1990).

Como categoria histórica, o espaço é a própria significação dos objetos, do seu conteúdo e das relações entre eles que muda com a história (Santos, *op. cit.*). No

século XVII, enquanto uma parte dos colonizadores cruzava o rio São Francisco seguindo em direção norte, outra seguia a borda direita do rio em direção à nascente. Em 1663, já estava ocupada por grandes currais de gado toda a margem baiana do rio São Francisco. Os Guedes de Brito subiram o rio levando seus rebanhos até o interior mineiro. Assim sendo, o início da ocupação do espaço na Chapada Diamantina aconteceu com a exploração da pecuária, a partir da expansão das fazendas de gado do Morgado de Guedes de Brito da Casa da Ponte.

Sobre a expansão colonizadora o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, Ipac-BA, registrou que, após o domínio dos Maracás, em 1673, pelo bandeirante paulista Estevam Ribeiro Baião Parente, por solicitação do Governo Provincial, foi imediatamente iniciada a distribuição de terras na faixa situada à leste da Chapada Diamantina, desde Maracás até a Serra do Orobó. Na última década do século XVII, já toda a Bacia do Paraguaçu estava doada a proprietários privados, inclusive a zona de Lençóis. Fechava-se assim, um cinturão de colonização em torno da Chapada Diamantina sem, porém, desbravá-la.

Também as entradas baianas, que perseguiram metais e pedras preciosas, durante os séculos XVI e XVII, contornaram, ou no máximo, tangenciaram a Chapada Diamantina. Dentre estas, podemos citar as duas mais importantes: a de Gabriel Soares de Souza e a de Belchior Dias Moreyra. A primeira, partindo das margens do Jaguaripe, subiu em direção ao norte até Jacobina, onde descobriu o ouro e supostamente prata, dali prosseguindo pelos rios Salitre e São Francisco, em busca da nascente deste último. Belchior Dias Moreyra, que prosseguiu as pesquisas de Gabriel Soares de Souza, explorou uma larga faixa do Sertão, que se estende da Serra de Itabaiana às cabeceiras do Paramirim sem penetrar na região montanhosa, mais tarde conhecida como Chapada Diamantina (IPAC, 1997. 14 e 15).

Conta o historiador Caio Prado Júnior que

[...] à medida que se conquistava ao íncola suas terras, garantia-se a ocupação das mesmas com os currais de gado, ocupação esta que embora rala e cheia de lacunas, não deixou de representar papel dos mais salientes, senão o mais importante, na posse efetiva da maior parte do nosso atual território (1948, vol. I, p. 182).

Estas imensas fazendas ocuparam, gradualmente, os vales dos rios e planaltos, até que a mineração tomasse lugar em pequenas glebas, com lavras e atividades de abastecimento das minas – policultura agrícola e pecuária – desenvolvendo circuitos intra e inter-regionais.

O processo seguinte foi quando no século XVIII teve início o ciclo do ouro, a partir das descobertas auríferas nos rios Itapicuru, de Contas e Paramirim, estendendo-se pela margem esquerda do rio São Francisco, sendo elas responsáveis pela atração de intenso fluxo migratório da própria Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, além da fundação e remanejo de numerosas vilas, criação de Casas de Fundição, desmembramento de freguesias etc. Este ciclo perdurou por quase um século na região, propiciando o envio de riquezas à Coroa Portuguesa e contribuindo para a ocupação e colonização da Chapada Diamantina.

O inventário de proteção ao acervo cultural da Bahia (IPAC, 1997, p. 13) registrou que a descoberta do ouro, nos últimos anos do século XVII, no interior do país, inaugurou um novo ciclo econômico no Brasil e foi fator decisivo na ocupação de seu interior. Da Cordilheira do Espinhaço, que corre paralela ao Atlântico, do centro de Minas Gerais até o Norte da Bahia, brotava a riqueza mineral do país. Entre 1690 e 1770 o Brasil era o maior fornecedor mundial de ouro e diamantes. Mais de 44% do ouro produzido, nesta época, eram brasileiros.

O ouro brasileiro mudaria o curso da história da Europa. Pelo tratado de Methuen, de 1703, Portugal se obrigava a desativar suas manufaturas, inclusive a nascente indústria têxtil, em troca de os ingleses consumirem sua produção de vinho. Por força deste tratado foram para a Inglaterra, via Portugal, aproximadamente 120.000.000 de libras de ouro brasileiro, que serviram para financiar a Revolução Industrial e fazer da Inglaterra uma potência mundial no século XIX. O fausto de Portugal, no século XVIII, deve-se também ao ouro e diamantes brasileiros.

A mineração de ouro na Chapada Diamantina serviu para desenvolver outras regiões limítrofes como o Vale do São Francisco e a Serra Geral com os seus criatórios de gado e lavouras de subsistência que abasteciam os centros mineiros. A Serra Geral já estava ocupada, desde meados do século XVII, pelos currais de Antônio Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte, mas a criação extensiva de gado não propiciou o aparecimento de aglomerados urbanos importantes. Este fato só se concretizou com o fluxo e refluxo de garimpeiros que se iniciou no século XVIII, entre a Chapada Diamantina e as lavras de Minas Gerais, em decorrência da descoberta do ouro baiano. Caetité, situada à margem da mais importante estrada que ligava estas duas regiões, tornou-se ponto de parada obrigatória. Mais tarde, descobriu-se ali ouro e até diamantes.

Com o declínio da produção aurífera e o esgotamento do ouro de aluvião, outro processo se estrutura com o ciclo do diamante muito embora tenha durado apenas 26 anos. Este novo ciclo de mineração foi responsável pelo surgimento de uma nova geração de assentamentos humanos na região. A partir de Mucugê, a lavra de diamantes expandiu-se para o sul, atingindo o Vale do Rio de Contas dando novo alento a vilas como Barra da Estiva, Rio de Contas e Caetité, e para o norte, criando novas povoações como Xique-Xique (Igatú), Andaraí e Lençóis entre outras, até atingir Morro do Chapéu, definindo-se, assim, a região que passou a ser conhecida como Chapada

Diamantina. Em poucos meses, uma população de 25.000 pessoas afluiu para a região. A crise de moradia e a índole nômade dos garimpeiros fizeram com que grutas naturais fossem transformadas em habitação, e famílias inteiras vivessem, durante anos em barracas de pano.

Em 1845, são descobertos os ricos garimpos do rio Lençóis, que despertaram imediatamente o interesse dos compradores de diamantes, instalados em Mucugê. Deslocaram-se para ali garimpeiros, vindos das lavras já em decadência de Minas Gerais, como: Tijuco e o Grão Mogol e da Bahia, como: Jacobina, Rio de Contas e Chapada Velha. Com estes, chegaram também comerciantes da Capital e senhores de engenho do Recôncavo, com seus escravos que construíram seu território à base de uma economia extrativista, instalada de fora para dentro, concentrada em mãos de poucos e regida pelo mercado internacional.. O arraial foi transformado na Comercial Vila de Lençóis, pois, ali se instalaram grandes negociantes, que faziam transações diretamente com mercadores franceses, ingleses e alemães.

A partir da descoberta dos diamantes a diversidade e a rapidez com que o processo de ocupação e, conseqüentemente, de produção do espaço se apresenta no contraforte da serra do Sincorá, onde se localiza a cidade de Lençóis, ao longo do tempo, oferecem uma dinâmica apreendida pelo espaço onde o homem constrói, desconstrói e reconstrói seu território e vai impregnando as velhas formas de novas funções, ao tempo em que novas formas são concebidas para atender novas necessidades de produção e consumo.

Teixeira, (1998; 92) transmite a justa idéia da importância da cidade de Lençóis no ciclo do diamante:

Lençóis, à margem da velha estrada, em demanda do São Francisco, funcionou pela facilidade de tais acessos como a capital do diamante. Lá, a lapidação e o comércio foram atividades exercitadas como num

grande centro de mineração que aquela vila, depois cidade, efetivamente foi. Não era raro encontrar garimpeiros que mal articulavam o português, aprendido sem qualquer escolaridade, discutindo nuances contratuais com experientes compradores e lapidadores de Paris ou de Amsterdã. Ali, inclusive, desenvolveu-se um núcleo urbano que pode ser usado, por sua especificidade, como típico da ‘Arquitetura da Mineração dos séculos XIX e XX, na Bahia’.

Transcorrida apenas uma fase de quase um quarto de século, de 1845 a 1871, suficiente para propiciar uma nova organização espacial na Chapada Diamantina e promover grandes fortunas para uma aristocracia sertaneja, o ciclo do diamante entra em declínio com a concorrência das jazidas sul-africanas, descobertas em 1865. O início dos trabalhos do Canal do Panamá em 1880 provoca uma repentina valorização do carbonado, utilizado na fabricação de brocas para perfurar rochas, fazendo seu preço quase se igualar ao do diamante e promovendo a retomada momentânea de desenvolvimento. A partir daí, a Chapada começa a viver um período de estagnação econômica.

O escritor lençoense, Afrânio Peixoto, escreveu sobre essa relação entre Lençóis e o mundo, dando a entender que, Lençóis foi, há muito tempo, portanto, protagonista e testemunha da globalização econômica.

Não é encantador pensar que minha terrinha humilde do sertão da Bahia é quem permite a Nova Iorque, ou a Londres, ou a Paris, as suas cidades subterrâneas, por onde passam os metropolitanos, e a água, servida ou potável, que são a vida dessas capitais do mundo? Para o escavar na rocha a transpor, e logo perfurada, foi preciso um carbonato de Lençóis. Lençóis concorre assim, poderosa e eficientemente, para a civilização orgulhosa do mundo, que o esquece... (Diamantes da Bahia, s.d.).

O Ipac-BA assim inventariou a cidade:

Lençóis situa-se em um anfiteatro natural na encosta oriental da Serra do Sincorá. A cidade está edificada sobre afloramentos graníticos fortemente erodidos pelo rio Lençóis, afluente do Paraguaçu que corta o núcleo urbano. [...] O assentamento

surgiu e se desenvolveu como um centro de mineração de diamantes e entreposto comercial. Com o declínio das lavras se transformou em área de produção de café [...].

No período de 1859 a 1862 a vila sofreu os efeitos da grande seca que assolou o Sertão [...] A cidade floresceu até 1871. A partir desta época, em consequência da descoberta de diamantes na África do Sul (1865), a cidade começou a decair. Para isto contribuiu ainda a emigração dos garimpeiros para as faisqueiras de Salobro (Canavieiras). Uma retomada de desenvolvimento deu-se, pouco depois, com a repentina valorização do carbonado como abrasivo industrial. Lençóis nasceu como um núcleo de mineração, mas logo arrebatou a Rio de Contas a condição de mais importante entreposto comercial regional, onde era reunida e exportada para a Europa toda a produção mineral e distribuídos produtos de subsistência da Costa e, artigos de luxo importados. Seu período áureo durou apenas 26 anos, de 1845 a 1871.

A lapidação foi outra importante atividade econômica de Lençóis, quando começava a declinar a produção diamantífera. Conta a tradição oral que pessoas da família Senna aprenderam a lapidação com holandeses e instalaram a indústria na cidade, que chegou a possuir três dessas oficinas há cerca de cem anos. A mais antiga, datada de 1880, foi montada nas margens do rio Lençóis, abaixo da ponte, próxima à igreja do Senhor dos Passos (Figura 4) e desapareceu diante das novas formas urbanas. Restou apenas a chamada Casa da Lapidação, no Alto da Estrela (Figura 5), que já

Coleção de Mestre Osvaldo



Figura 4 - Garimpeiros no rio Lençóis e Casa de Lapidação, 1906.

Foto: Steve Horman



Figura 5 - Casa de lapidação com roda d'água, 1970

existia em 1885, com oficina movida a roda d'água, utilizando o mesmo instrumental de origem e empregando a técnica de antanho, no sistema chamado de lapidação holandesa. Esse prédio foi incorporado ao patrimônio de um hotel da cidade.

Como todo assentamento mineiro, Lençóis surgiu e se desenvolveu de forma atropelada. Segundo uma versão popular, seu nome provém do grande número de tendas de pano que caracterizaram a primeira ocupação do sítio. Ainda hoje são encontradas, nas vizinhanças da cidade, grutas transformadas em habitação. O traçado urbano é espontâneo, orgânico, com uma trama irregular de ruas estreitas e enladeiradas. A arquitetura urbana apresenta, em suas linhas e formas, a influência de duas culturas distintas: a dos senhores de engenho do recôncavo e a dos garimpeiros do Serro.



Figura 6 - Paisagem do Serrano, 1906.



Figura 7 - Paisagem do São Félix, 1906.

Há indícios que a povoação se formou, como muitos assentamentos mineiros, a partir de dois núcleos: o Serrano e São Félix (Figuras 6 e 7), locais onde se iniciaram, simultaneamente, a lavra diamantífera, para em seguida se fundirem em um só organismo urbano. O núcleo do Serrano, formado por garimpeiros provenientes da Comarca do Serro do Frio, estava situado em ponto elevado à margem de uma corredeira do rio, e foi se deslocando à medida que o arraial se consolidava em direção à atual Praça Horácio de Matos, de topografia mais amena, indo ao encontro do outro

núcleo, situado mais abaixo na margem oposta do rio. Dezenove anos após a chegada dos primeiros colonizadores, o arraial já era elevado à categoria de Cidade.

A articulação dos dois núcleos se fez, em 1860, com a construção da atual ponte (Figura 8), que ocupou a mão-de-obra ociosa resultante da Grande Seca. É a partir desta época que se constroem os grandes sobrados, que compõem a antiga Praça do Mercado, atual Praça Horácio de Matos (Figura 9). Um destes sobrados serviu como Casa do Conselho, mas foi demolido na década de 1940 para a construção da Agência dos Correios e Telégrafos. Como se vê, (IPAC, 1997, p.201), a tipologia urbana da cidade é composta, porque formada por dois núcleos, separados pelo rio. A trama de ruas é irregular e procura se ajustar aos acidentes do sítio. O piso de algumas destas ruas é constituído pelo próprio afloramento da rocha. Outras apresentam pavimentação de pedras irregulares com "mestras", formando desenhos decorativos.



Figura 8 - Ponte e Praça das Nagôs, 2004.



Figura 9 - Praça Horácio de Matos, 2004.

No início do século XX os diamantes de aluvião tornaram-se escassos e difíceis de garimpar. Paralelo ao ciclo do diamante e intrinsecamente ligado a este, a Chapada Diamantina conheceu um outro ciclo, o do coronelismo, onde famílias poderosas disputavam o poder sobre o território. Esse ciclo teve na figura de Horácio de Matos o maior dos seus representantes. No decorrer da história de apropriação do território de toda a Chapada e, particularmente, na de Lençóis, o “coronel da Chapada”

deixou registrada a sua marca lendária que inspirou títulos de vários autores. Ele instalou-se em Lençóis em 1919 e permaneceu até 1930. Nesse período a cidade viveu momentos de muita luta, mas também de desenvolvimento. Adorado pelos lençoenses, o “Coronel da Chapada” teve grande poder político na Bahia, atraindo a atenção dos governos estadual e federal em diversas ocasiões, tanto nas lutas pelo território quanto contra os governos estadual e federal e ainda na perseguição à Coluna Prestes. Com a proclamação da República, o que restou na região da Chapada começou a ser disputado pelos coronéis que redobram suas lutas pela posse da terra e pelo domínio político. Após a revolução de 1930 e o desarmamento do sertão, Horácio de Matos foi preso e enviado para Salvador onde foi assassinado em 1931, logo após ser solto.

Sem liderança política e sem diamantes, a cidade entra em decadência (Figuras 10 e 11) e muitos habitantes fogem da pobreza, abandonando suas casas e deixando para trás o sonho da riqueza fácil, proporcionada pelo diamante. Mestre Osvaldo Senna, descendente de uma das famílias mais tradicionais de Lençóis, conta que nessa época muitos moradores no afã de ir embora e sem recursos para tanto, colocavam seus imóveis a venda. Os poucos comerciantes estabilizados financeiramente se aproveitavam da situação e, ao invés de comprar o imóvel, compravam portas, janelas e telhados contribuindo para o arruinamento da cidade.

Entre 1987 e 1997 a economia do município é reaquecida com base na extração mecanizada do diamante até a proibição definitiva do uso de dragas e da atividade que causava muito mais prejuízos ao ambiente natural, especialmente nas nascentes e leitos dos rios tributários da bacia do Paraguaçu. A criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina em 1985 elimina definitivamente qualquer possibilidade de garimpo no interior do parque; a atividade, assim, passa para a clandestinidade.

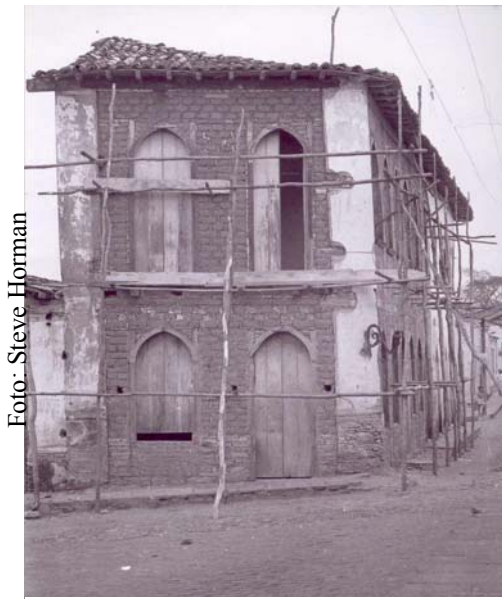


Foto: Steve Horman

Figura 10 - Casario em decadência, 1970.



Foto: Steve Horman

Figura 11 - Casario em decadência, 1970.

Com sua economia decadente, a Chapada Diamantina se estagna e grande parte de sua população emigra. Segundo dados do IBGE, a população de Lençóis que em 1920 era de 7.789, regrediu para 5.101 em 1970. Na Figura 12 observa-se a inversão da concentração populacional que até a década de 90 estava na zona rural e a partir daí a situação se inverte, ocorrendo a concentração populacional na zona urbana.

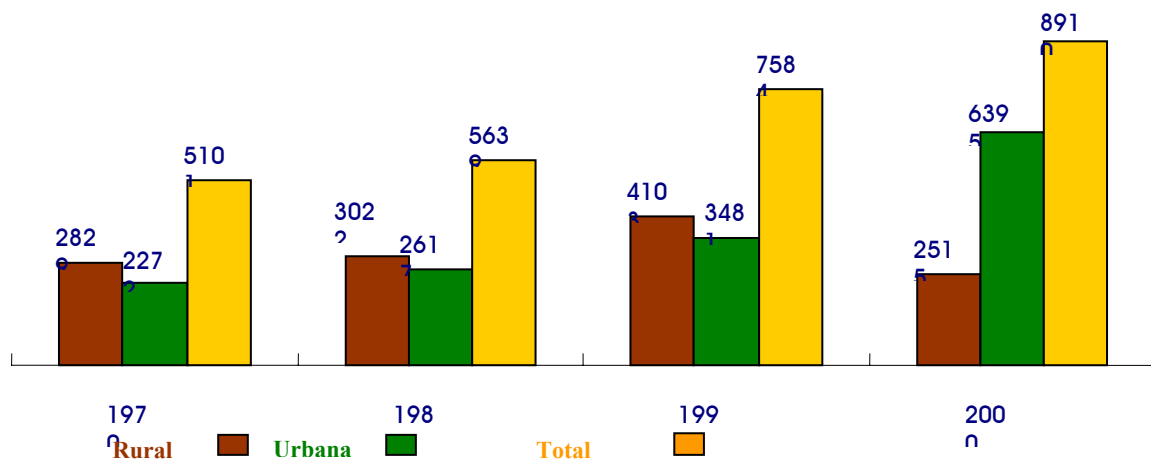


Figura 12 – Evolução da população do município de Lençóis. Fonte IBGE, 2002.
Elaboração: LÍlian Andrade

A imponência e a importância do casario colonial do final do século XIX tornou Lençóis uma Cidade Monumento Nacional. Em se tratando de bens culturais, a cidade representa um entre os quatro Centros Históricos identificados pelo IPAC na região, com 94 monumentos. O tombamento da cidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, em 1973, aconteceu a partir de uma campanha nacional desencadeada pelo Conselho Municipal de Turismo de Lençóis com o apoio de intelectuais e um grupo de jovens do Corpo da Paz. Este grupo foi formado pelos jovens da região com o auxílio de um assistente social, que fazia parte de um programa pago pelo governo americano, chamado Corpo da Paz, e deu início a um grupo de trabalho de várias classes sociais, de várias faixas de idade. Cabe observar essa movimentação através da imprensa que cobriu os acontecimentos em diversas ocasiões como pode ser constatado na seqüência das Figuras 13 e 14.

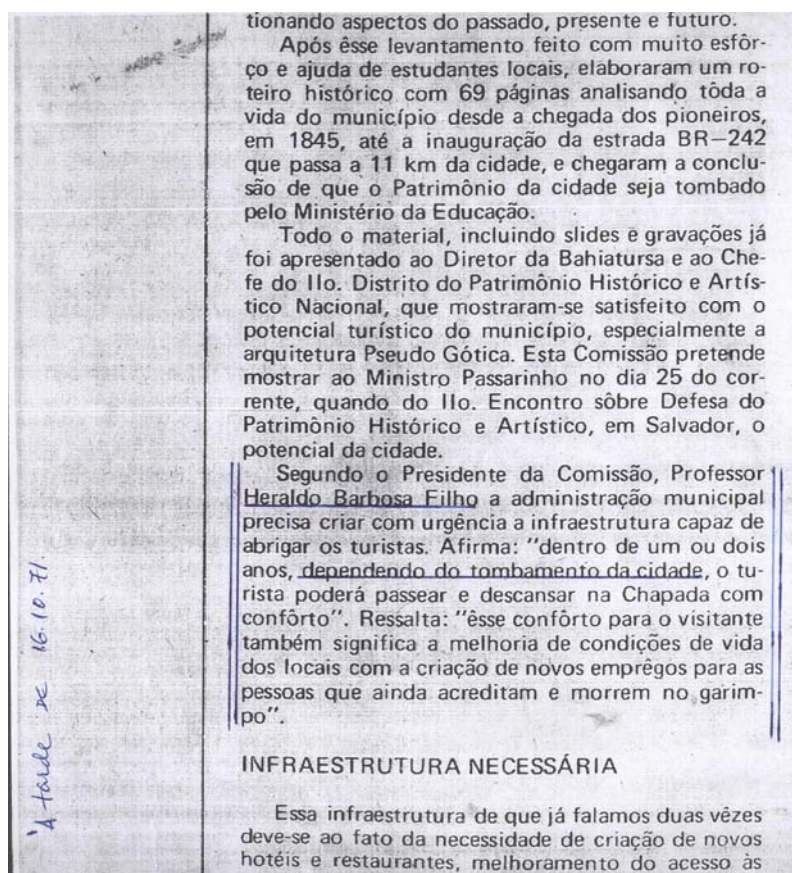


Figura 13 - Jornal A TARDE, 16.10.71

Lençóis poderá ser a nova Cidade-Monumento do País

O II Encontro de Governadores Sobre a Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil recentemente realizado nesta Capital deixou saldo positivo para a Bahia. Uma das recomendações, a criação de museus regionais levou a cidade de Lençóis a empenhar na criação de um Museu Regional das Lavras Diamantinas. São milhares de documentos inéditos que estão amontoados em arquivos empoeirados das Prefeituras daquela região.

A museóloga Lygia Martins Costa, membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) apresentou um trabalho sobre o assunto. Diz ela "falar no patrimônio histórico e artístico móvel do país não é só falar das obras de artes maiores e menores e da documentação ligada aos fatos memoráveis de nossa história. Essas são peças que merecem inventário especial, fichamento individualizado, fotografia ou comentários de vários ângulos; o que vagorosa, mas paulatinamente, vem sendo feito. Disputadas pelos colecionadores alcançam preços que escapam frequentemente as possibilidades aquisitivas do Poder Público para formação de museus; sob o ponto de vista da União, sua preservação preocupa pelo interesse que possam des-

peritar no mercado especializado, contra qual estamos ainda praticamente indefesos, embora já amparados por dispositivo legal".

MUSEU REGIONAL

A defensora do patrimônio nacional é de opinião de que na defesa do patrimônio móvel do país o museu se projeta como fator indispensável, repositório dos valores culturais e naturais que atende, não apenas sua preservação, mas colecionamento, exposição pública, estudo e divulgação. "É a casa da cultura por excelência, em que todo o setor de vivência humana, aspecto da história política e social ou dos fenômenos naturais podem ser focalizados e analisados, valendo-se quando necessário de gráficos, mapas, fotografias, moldagens e filmes para esclarecer o assunto desenvolvido através de peças originais". E o museu regional, ao mesmo tempo que é o ponto de convergência das pessoas culturalmente interessadas, é o foco irradiador de conhecimentos acerca da região na própria comunidade — retrospectiva visual das situações econômicas e sociais mais significativas ou apresentação, em profundidade, de um único tema. "No entanto, diversas peças originais pertencentes a jagunços e heróis

das Lavras Diamantinas acham-se amontoados em arquivos particulares e das prefeituras a espera de uma providência do Poder Público. Do próprio Horácio de Matos que combateu a Coluna Prestes existem centenas destes documentos e peças.

JÁ TEM CASA

Um velho casarão colonial já existe na cidade de Lençóis a espera que seja criado o Museu Regional das Lavras Diamantinas. Mas o Governo deverá tomar providências imediatas, como também visando a conservação daquela cidade monumento que expressa uma época — ciclo de mineração — na Bahia quando Lençóis despontava como grande produtora de diamantes e outras pedras preciosas.

CARACTERÍSTICA

Diz a museóloga Ligia Martins Costa que "a qualidade de um museu e sua atuação independem do seu tamanho. O que realmente importa é o interesse que as autoridades públicas tenham por ele, a qualificação de seu diretor e o perfeito entendimento entre esses dois tipos de autoridades responsáveis". Lençóis poderá ser uma cidade monumento como acontece com Ouro Preto, em Minas Gerais e Parati, no

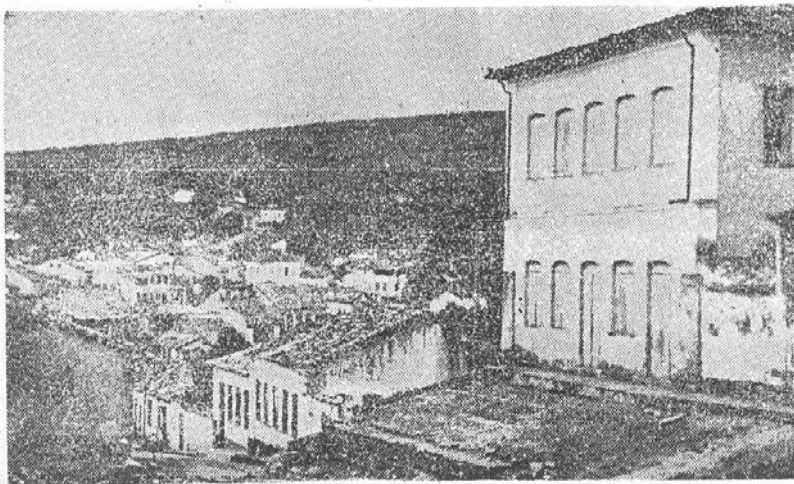
Estado do Rio. A sugestão para transformar Lençóis em Cidade Monumento consta do Compromisso do Salvador e poderá ser concretizada se as providências governamentais forem adotadas.

DESPERTAR

O Governador do Estado do Maranhão, Sr. Pedro Neiva, que esteve presente ao encerramento do encontro do patrimônio afirmou que "o País está despertando seriamente para a necessidade de salvaguardar seu patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural. Dentro desse patrimônio a preservar avultam, com maior significação, as cidades monumentos, muitas delas, hoje, tendo perdido importância econômica (caso de Lençóis) com administrações financeiramente incapazes para a execução de projetos de restauração e recuperação do patrimônio, além de não disporem de estrutura administrativa e técnica para assumirem aquele encargo".

O próprio Governador do Maranhão sugeriu que fosse enviado ao Ministro da Educação, Sr. Jarbas Passarinho, essa sugestão visando conferir aos governos estaduais as responsabilidades da administração das cidades monumentos.

Diversos estados e municípios gostariam de ter o seu museu regional, mas fatores vários desanimam diante da empresa de constituir um acervo expressivo e nas Lavras Diamantinas, este acervo já existe. Só falta ser catalogado e reunido numa casa de cultura. Este trabalho, diz a museóloga Ligia Martins, é de "tal significação cultural que a iniciativa vale muito. Por quase todo o País existem coleções de instituições culturais, de associações de diversos tipos e de particulares que, sem condições normais de manutenção, se ostentam. Poderiam os Governos Estaduais — e no caso o da Bahia — ou municipais tomarem a si o encargo de assumir a defesa dessas coleções e transformá-las em museus atuantes."



Lençóis poderá ser a nova cidade monumento.

Figura 14 - Jornal A TARDE. 01.11.71, pág 04.

Em 26 de dezembro de 1973 o Diário Oficial (Figura 15) e o Jornal A TARDE anunciaram, respectivamente – “O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL DECIDE PROTEGER A CIDADE DE LENÇÓIS” e “LENÇÓIS SERÁ PROTEGIDA COMO CIDADE HISTÓRICA” – e publicaram o parecer do Professor Pedro Calmon, mandando proteger em conjunto a cidade de Lençóis, no Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aprovado na sessão de 14 de dezembro de 1973, Rio de Janeiro.



O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL DECIDE PROTEGER A CIDADE DE LENÇÓIS

INTEGRA DO PARECER DO PROF. PEDRO CALMON

Parecer do professor Pedro Calmon, mandando proteger em conjunto a Cidade de Lençóis, no Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Aprovado na sessão de 14 de dezembro último.

“Tudo porém não passou... Resta Lençóis”. É a frase, a um tempo melancólica e ufana de Afrânio Peixoto. Bugrinha, 10a. ed., organizada por Fernando Sales, pág. 249, transportando para a doce evocação do romance a moldura pítrea da terra natal. Queremos agora que Lençóis não acabe. — Com louvável estudo do arquiteto Fernando Machado Leal, enriquecido de ampla documentação fotográfica, sobe ao Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o processo, encaminhado por Godofredo Filho, chefe do 2.º distrito do IPHAN, em que se solicita — para os efeitos providenciais do Decr.-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento, em conjunto, da Cidade.

Neste sentido pronunciou-se Lygia Martins Costa, chefe da Seção de Arte.

Não somente lhe homologamos o julgamento — porque Lençóis deverá ser preservada na sua arcaica e bela estrutura —, como lhe juntamos argumentos veementes: porque Lençóis deve ser conhecida como um nobre e raro modelo de cidade feita, feita, contrateita ao sabor do povoamento ambicioso, repetindo no século romântico (o XIX) a aventura mineira do século barroco (o XVIII).

Eis um sugestivo polo turístico, instalado nas quebradas da serra, para onde se deslocou em 1843, a paixão do diamante, que um século antes explodira no “serro” de Minas, com a diferença, de que ali eram minas gerais, e aqui foram minas restritas. Não deram para estabelecer uma civilização, como a do ouro. De-

ram contido para criar à sua imagem uma sociedade adventícia em transição para uma cultura agarrada ao solo isolada nas alturas, ciosa da tradição, fiel ao arraijal, que se urbanizou ao léu da escalada, sem pretensões externas, o engenho anterior à engenharia, com aquela amorável desarrumação do acampamento que se transformaria em vila conservando, na irregularidade do traço e na improvisação do casario, a história da conquista. Há por isso uma inevitável semelhança panorâmica com as velhas cidades mineiras. É a cidade típica (exemplarmente representativa) da corrida às falsas, que a decadência, pela exaustão, deixou quase intacta nos seus aspectos inconfundíveis. O que a riqueza construiu, o empobrecimento salvou. Lá estão os quarteirões contemporâneos da matriz; ali e acolá, o sobrado de curiosas janelas em ogiva, que lembram — na versão rústica — o apêndice do gótico, generalizado na década de 50; um nostálgico sentido de atualização, a que a simplicidade sertaneja aliou a feição familiar das casas de fazenda. Praças, vilas, ladeiras, permanecem como as palmilhas, na fase novelesca dos “descobertos”, quando todo esse rincão eram Lavras Diamantinas — a migração balança, saída das mais longínquas terras, respeitadas do povo, como se o progresso, (na acepção de força irresistível, que faz da demolição do antigo a base do moderno) tivesse hesitado em galgar as rampas, saltar as corredeiras, contornar os grãos, atingir a povoação derramada, pelas encostas, primitiva e solitária.

Poderá o núcleo magnífico da mineração de outrora desfigurar-se, ou perecer, sem o consequente desfalque do patrimônio artístico e histórico da Nação? Que contas daríamos a posteridade desse tesouro da “memória” social, se não o socorressemos com os recursos que a Constituição oferece e a Lei discrimina, em analogia com as medidas já prudentemente adotadas para a defesa de conjuntos urbanos — da importância de Ouro Preto, de Parati, de Cachoeira na Bahia, para citar apenas três? Seria perdoável, esquecer Lençóis, na impressionante unidade de sua arquitetura lésca, na multiplicidade formidável de suas condições retrospectivas e poéticas?

Respondemos resolutamente a tais interrogações com a opinião e o voto.

Opinião pelo tombamento em conjunto. Votamos para que seja esse ponto de partida, na série de providências acatadoras e estimulantes, de que necessita a cidade de Urbano Duarte e Afrânio Peixoto.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1973.




Figura 15 - Diário Oficial do Estado da Bahia, 26.12.73

Neste sentido pronunciou-se Lygia Martins Costa, chefe da Seção de Arte.

Não somente lhe homologamos o julgamento – porque Lençóis deverá ser preservada na sua arcaica e bela estrutura –, como lhe juntamos argumentos veementes: porque Lençóis deve ser conhecida como um nobre e raro modelo de cidade feita, refeita, contrafeita ao sabor do povoamento ambicioso, repetindo no século romântico (o XIX) a aventura mineira do século barroco (o XVIII).

Eis um sugestivo pólo turístico, instalado nas quebradas da serra, para onde se deslocou em 1843, a paixão do diamante, que um século antes explodiria no “serro” de Minas; com a diferença, de que ali eram minas gerais, e aqui foram minas restritas. Não deram para estabelecer uma civilização, como a do ouro. Deram, contudo, para criar à sua mensagem uma sociedade adventícia em transição para uma cultura agarrada ao solo isolada nas alturas, ciosa da tradição, fiel ao arraial, que se urbanizou ao léu da escalada, sem pretensões externas, o engenho anterior à engenharia, com aquela amorável desarrumação do acampamento que se transformaria em vila conservando, na irregularidade do traço e na improvisação do casario, a história da conquista. Há por isso uma inevitável semelhança panorâmica com as velhas cidades mineiras. É a cidade típica (exemplarmente representativa) da corrida às faíscas, que a decadência, pela exaustão, deixou quase intacta nos seus aspectos inconfundíveis. O que a riqueza construiu, o empobrecimento salvou. Lá estão os quarteirões contemporâneos da matriz: ali e acolá, o sobrado de curiosas janelas em ogiva, que lembram – na versão rústica – o apetite do gótico, generalizado na década de 50; um nostálgico sentido de atualização, a que a simplicidade sertaneja aliou a feição familiar das casas de fazenda. Praças, vielas, ladeiras, permanecem como as palmilhou na fase novelesca dos “descobertos”, quando todo esse rincão eram Lavras Diamantinas – a migração baiana, saída das mais longínquas terras; respeitadas do povo, como se o progresso (na acepção da força irresistível, que faz da demolição do antigo a base do moderno) tivesse hesitado em galgar as rampas, saltar as corredeiras, contornar os grotões, atingir a povoação derramada, pelas encostas, primitiva e solitária.

O gráfico elaborado por Nolasco (1997) para apresentar a evolução da população na Chapada Diamantina, no período entre 1830 a 2000 (Figura 16), resume todo o processo histórico de ocupação do território, com destaque para fatos marcantes – tanto de âmbito local, como regional até o internacional - que interferiram direta ou indiretamente na expansão ou redução populacional. A partir da descoberta dos diamantes no vizinho município de Mucugê, a população da Chapada Diamantina cresce abruptamente de menos de 10 mil habitantes para 30 mil, chegando a alcançar

aproximadamente 50 mil habitantes durante a exploração do carbonado. Observa-se a interferência da Abolição da escravatura na redução drástica da população que abandona a região. O consumo do carbonado pela indústria bélica, durante a primeira guerra mundial, provoca uma retomada do crescimento populacional. Observa-se também a incidência de doenças e da seca concorrendo para reduzir abruptamente a população, assim como a proibição do garimpo mecanizado. Ao final do gráfico observa-se que as ações protecionistas, em favor do tombamento do patrimônio arquitetônico das cidades, produzem nova motivação de fluxo migratório com o advento do turismo.

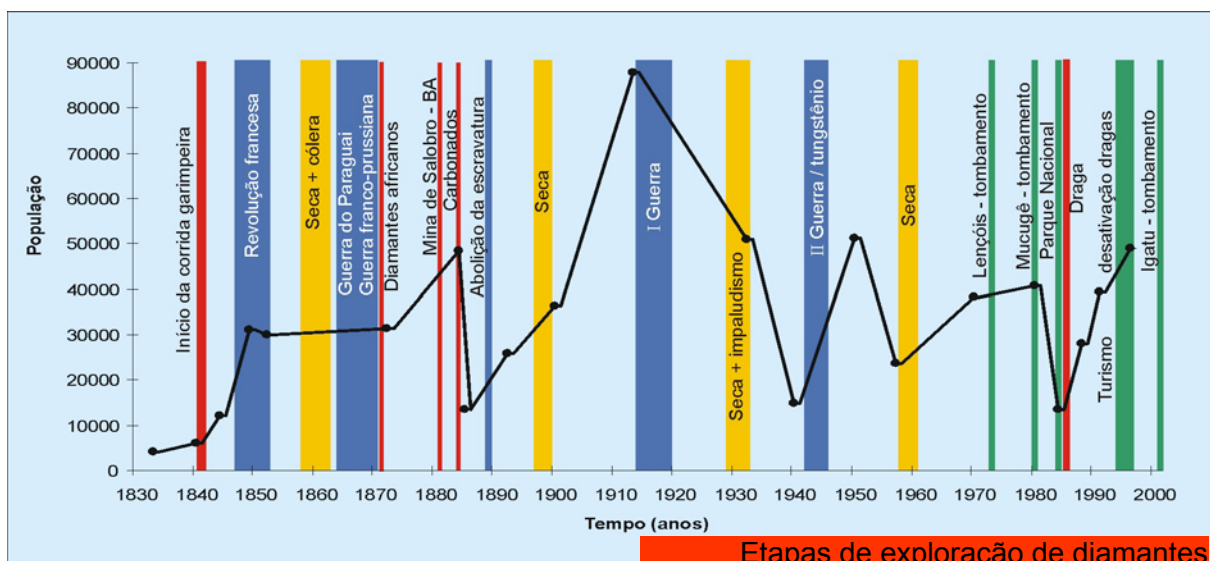


Figura 16 - Evolução da população x processo histórico.

Elaboração: Nolasco, Marjorie Csekö. UEFS, 1997.

Etapas de exploração de diamantes

Eventos históricos

Secas e doenças

Eventos protecionistas

Assim, a totalidade do conjunto arquitetônico de Lençóis, enquanto patrimônio tombado, representa a memória de um ciclo histórico, o dos diamantes, e através da noção do tempo impregnado nas formas, é possível entender a transmutação do processo histórico, como acentua Rodrigues (2001, 75). Os testemunhos do tempo correspondem aos recursos turísticos de notável importância. Os recursos culturais, no

decorrer do tempo, transformam-se em recursos históricos. A observação das antigas formas adquirindo novas funções em uma estrutura passada remete à compreensão dessas categorias espaciais dentro de um período de tempo, em um outro processo que expressa a fusão de vários ciclos históricos. O resultado, longe de expressar a soma dos tempos, é um novo conjunto estético e paisagístico de grande valor em termos de recurso turístico.

3. O SISTEMA DE TURISMO NO MUNICÍPIO DE LENÇÓIS



Figura 17 - Rua do Lava Pés 1906



Figura 18 - Rua do Lava Pés 2004

*[...] Naquele lugar havia um riacho
que era chamado Lavapés.
O povo nele tomava banho
ou simplesmente lavava o rosto
ou lavava os pés!*

*As lavadeiras também lavavam
as suas roupas no Lavapés.
e, ao terminar, aproveitavam
e também lavavam os pés.*

*Mas pouco a pouco foi tudo mudando,
o povo chegando,
as casas surgindo
sumindo os garimpos,
as batéias e os carumbés
e, em pouco tempo, foi se formando
a extensa rua do Lavapés.*

*Mas o povo da redondeza
continuou no Lavapés
a meninada tomando banho,
as lavadeiras lavando roupas
os garimpeiros lavando os pés. (Pinto, s.d. p.9).*

As pesquisas sobre o município de Lençóis em diversos trabalhos científicos sobre o tema Turismo na Chapada Diamantina – Lima, 1997; Leone, 2001; Léda, 2003; Brito, 2005; – ratificam a condição vocacional de destino turístico do lugar. As

paisagens naturais da região, suas diferenças e especificidades tornaram-se espaço de troca, mercadoria inerente à atividade turística. São atrativos que compõem a oferta diferencial para o ecoturismo, segmento do Turismo que se insere no cenário mundial não só na condição de alavancador da atividade econômica, mas, e principalmente, como fator de desenvolvimento urbano-regional em bases sustentáveis.

Neste capítulo pretende-se identificar e caracterizar a produção do espaço do turismo no município de Lençóis tendo como base teórica e conceitual o Sistur, modelo referencial criado por Beni em 1997, a partir da Teoria Geral dos Sistemas; aqui aplicado para identificação dos conjuntos das relações ambientais, da organização estrutural e das ações operacionais, que, remeterá ao espaço produzido pelo Turismo em Lençóis.

3.1 OS PRIMÓRDIOS DA IMPLANTAÇÃO

É sobre o cenário construído pelo ciclo do diamante e as belezas cênicas do município que o Governo do Estado vai criar seu programa de implantação do turismo na região. Os primeiros sinais de um novo rumo para Lençóis surgem na década de 60, mais precisamente em 1962 quando é criado o Conselho Municipal de Turismo de Lençóis que pretende, com a exploração da atividade turística, adotar iniciativas mobilizando a sociedade em reação à decadência provocada pelo declínio do garimpo. Na década seguinte o assunto é manchete nos jornais do estado:

LENÇÓIS VIVE AGORA DE UM NÓVO SONHO: TURISMO

O garimpo é uma atividade egoísta que não permite variações. Todas as atenções estavam voltadas, portanto, para a exploração das pedras preciosas, cujo brilho ofuscava os olhos e a mente dos homens sequiosos de riqueza. A consequência desse egoísmo se vê hoje, na estagnação econômica em que se encontra o município. A situação é tal que de suas terras férteis nada se colhe. A agricultura, mesmo a de

subsistência, nunca existiu. Até o leite, as frutas, ovos e as verduras, em geral, são importadas de outros municípios. No tocante à assistência médico-hospitalar, a população vive “ao Deus dará”. Ali não existe um médico sequer, quando se sabe que Lençóis já possuiu até uma Santa Casa da Misericórdia, dotada de moderno hospital. (Jornal da Bahia, 17/12/70 – primeira página, caderno 2).

O atual secretário da Cultura e Turismo do Estado, Paulo Gaudenzi, em entrevista concedida em janeiro de 2006, lembra que foi ele mesmo a defender o tombamento da cidade pelo IPHAN, durante evento em Brasília: “em Lençóis o governo trabalhou pelo tombamento, eu fiz uma apresentação para o Programa das Cidades Históricas Brasileiras, fui eu por acaso, não trabalhava com nada disso e a Secretaria de Planejamento, na época, me chamou e fui falar sobre Lençóis, sobre a cidade, sobre a história, sua importância arquitetônica”.

No decorrer dos anos 70, com a construção das rodovias federais BR-116 e, principalmente, BR-242, verificam-se impactos portadores de mudanças regionais, que se irradiam para fora da Chapada Diamantina, em função da conexão com a região Oeste e o Planalto Central, possibilitando o escoamento da produção de grãos dos cerrados e, em outra vertente, o desenvolvimento do turismo interno. Lençóis entrou na rota dos turistas do planalto central em trânsito para o litoral baiano.

A partir de 1971, o Governo do Estado estabeleceu o turismo como uma de suas prioridades definindo políticas, estratégias e programas sugeridos pelo Plano de Turismo do Recôncavo, que passou a orientar o turismo na Bahia (Bahiatursa, 1998, p. 25). As metas estabelecidas a partir de um planejamento turístico inicial foram: identificar áreas potenciais; incentivar implantação de novos hotéis; organizar campanhas de promoção turística; e viabilizar meios de transporte até o destino.

O Programa Caminhos da Bahia foi desenvolvido em áreas definidas como prioritárias de acordo com levantamento e diagnóstico das reais potencialidades da

Bahia, visando estabelecer prioridades de investimentos e estimular a interiorização do turismo.

Entre 72 e 73 surge o primeiro informativo para os visitantes, elaborado pelo Conselho Municipal de Turismo de Lençóis que conta a história do nome e da cidade e traz um roteiro turístico que indica 14 monumentos urbanos com seus respectivos históricos: Biblioteca Urbano Duarte, Praça Horácio de Matos, Prefeitura Municipal, Casa de Cultura Afrânio Peixoto, Igreja Matriz, Casa de Jarê, Casa de Lapidação, Campo de Batalha, Casa de Horácio de Matos, Ponte sobre o rio Lençóis, Bairro de São Félix, Quartel General de Horácio de Matos, Igreja do Senhor dos Passos e Casa do Garimpeiro; e os principais pontos de atrações naturais: Baixio, Serrano, Salão de Areia, Queda do rio Lençóis, Praia do rio São José mais conhecida como Zaidan, Ribeirão, Mucugezinho, Morro do Pai Inácio e Gruta do Lapão trazendo também informações sobre o local, necessidade de guia com o respectivo preço do serviço, e o tempo de deslocamento até o atrativo. Vale destacar que, já nesse primeiro informativo há uma preocupação em alertar o visitante quanto à necessidade de precaução para evitar acidentes, com a limpeza do local e o recolhimento do lixo. Finalmente o informativo traz as indicações dos dois únicos meios de hospedagem da cidade: a pensão de Dona Julinha e a pensão de Américo.

O secretário Paulo Gaudenzi, lembra que foi o Governo do Estado que tomou a iniciativa de fazer o primeiro hotel em Lençóis, depois a de ampliá-lo, e asfaltar os 12 km da BA 850, que liga a cidade à BR-242. Em seguida, lembra, “o governo fez uma série de contatos com empresas que trabalham com turismo de aventura, de ecoturismo entre outros, isso tudo foi feito. Com isso alguns empresários apareceram, construíram um hotel bom, que é o Canto das Águas, depois veio outro hotel grande, o Portal de Lençóis; o governo fez um investimento altíssimo no

aeroporto. Não só investiu ali como na região, na estrada para Andaraí, na cidade de Mucugê; o próprio Banco de Desenvolvimento do Estado financiou a hotelaria, os meios de hospedagem da região. Então a ação do governo não foi uma ação pequena. A ação do governo foi uma ação grande”.

Dessa forma, deu-se início ao desbravamento da Chapada Diamantina com a construção da Pousada de Lençóis, inaugurada em 1979. Em 1985 é criada a primeira unidade de conservação na região, o Parque Nacional da Chapada Diamantina, por decreto federal nº 91.655; um ato em defesa das nascentes do rio Paraguaçu que desperta a consciência preservacionista em defesa de ecossistemas frágeis e de beleza ímpar. Tem início a prática de um novo segmento da atividade turística: o ecoturismo.

Com a instalação dos primórdios do que viria a ser, mais tarde, a infraestrutura básica, o acesso, associado ao maior potencial turístico natural do estado representado por rios, cachoeiras, cavernas, fauna e flora singulares, ao lado de ruínas de antigos povoados e patrimônio histórico urbano preservado, o turismo começa a despontar como atividade econômica de importância crescente para a região, pela capacidade de gerar trabalho e renda. Esses elementos impõem novas funções ao cenário ambiental que se transformam em atrativos turísticos, ou seja, elementos de valor singular capazes de atrair um crescente fluxo de visitantes. Nessa ocasião, a Rede Globo de Televisão produz uma novela cuja história se passa na Chapada Diamantina tendo como cenário os diversos atrativos turísticos da região, a exemplo do salão de areias coloridas, no Parque da Muritiba. A novela é exibida em horário nobre, 21 horas, o que transforma a Chapada Diamantina em destino turístico “da moda”.

No entanto, para a comunidade tradicional da cidade, existe um outro marco divisório da história de Lençóis depois dos diamantes e antes do turismo: foi o filme *Diamante Bruto*, do cineasta lençoense Orlando Senna, baseado no romance *Bugrinha*

de outro lençoense ilustre e imortal, o escritor Afrânio Peixoto. Produzido e rodado na cidade e tendo como protagonistas além do ator convidado José Wilker, a própria população lençoense, o filme resgata a auto-estima da comunidade tradicional que se vê contando e fazendo a sua própria história. Duas décadas depois, o documentário *Brilhante*, de Conceição Senna, aborda o outro lado da história, ou seja, a realização do primeiro filme e os questionamentos sociais acontecidos com a mudança da atividade econômica do diamante para o turismo, desde a identificação da necessidade da cidade dispor de um bom hotel para acolher seus visitantes até a falta de perspectiva de trabalho com a proibição do garimpo pelo Governo Federal sem oferecer outra opção de sobrevivência para famílias inteiras.

A partir da década de 90 há um incremento de ações de *marketing* pelo Governo do Estado, através da Bahiatursa que promove a Chapada Diamantina como o principal pólo de ecoturismo da Bahia. Em consequência, a iniciativa privada parte para novos investimentos no espaço que, em 2004, detém a oferta de 4.847 leitos em 12 municípios, sendo que 1.933 leitos estão em Lençóis (fonte: MTur – Regional Bahia). Desta forma, o município de Lençóis é eleito o portão de entrada para a Chapada Diamantina e se insere como destino âncora, sendo a cidade-sede mais cosmopolita da região em razão da sua vinculação com o mercado turístico nacional e internacional.

3.2. O CONJUNTO DAS RELAÇÕES AMBIENTAIS

Entendendo o ambiente do sistema como tudo aquilo que está situado fora dele e que é formado por coisas e pessoas que são “fixadas” ou “dadas” do ponto de vista do sistema, o ambiente além de ser “alguma coisa que está fora do controle dos sistemas, é também algo que determina, em parte, seu funcionamento”. O entendimento de cada um dos seus componentes permitirá verificar se o mesmo está operando corretamente e o que deve ser feito para aperfeiçoá-lo.

A interpretação do espaço, seus significados, funções, formas e suas transformações, não podem prescindir de um entendimento mais amplo da realidade. No contexto da globalização, para compreender um lugar há necessidade de serem considerados aspectos como a supervalorização do consumo, a massificação ideológica, a extrema competição e a tendência à homogeneização e fragmentação espacial. No movimento da sociedade regida por esses princípios, os territórios repercutem os conflitos de interesses dos diferentes agentes e segmentos que o constituem e, assim, se compartimentam e, simultaneamente, se articulam. Conforme Santos (2003), nos tempos de globalização, o espaço incorpora uma nova importância na medida em que as características da localização em muito determinam a eficácia das ações e sua forma de integração à totalidade social.

O turismo, fenômeno social, cultural, político e econômico, deve ser considerado a partir desses pressupostos. Atividade que teve um crescimento bastante acentuado justamente na era dita globalizada, onde se verifica uma tentativa de homogeneização dos interesses, idéias, das emoções e dos espaços, da rapidez e fluidez das informações, se vale essencialmente daquilo que é particular ao lugar. Em princípio, são as diversidades, as peculiaridades que estimulam as pessoas a se deslocarem de suas

casas, no seu tempo de lazer, em busca de outros espaços. Um local para ser atrativo em termos turísticos, portanto, dentre outras coisas, precisa participar da dinâmica global sem renunciar à sua identidade, preservando-se da tendência da homogeneização e do risco da aculturação — o que seria prejudicial, sobretudo para os seus habitantes.

Em outros termos, na ânsia de tornar um local mais atrativo ao turista, muitas vezes os agentes produtores dessa atividade, indiferentes aos interesses e características da sociedade que o construiu e que nele vive, tentam torná-lo mais “global”, mais assemelhado a outros lugares e com isso gradativamente extinguem o que lhe é específico. O espaço torna-se uma imagem estanque, desvinculado da sociedade, objeto de consumo; uma fotografia da realidade que não a significa. Com isso, do mesmo modo que para outras atividades sociais, ao tratá-lo enfatizando a vertente econômica, pode-se gerar efeitos negativos na comunidade residente, na cultura, no meio ambiente, neutralizando suas especificidades, destruindo sua identidade.

Muricy (2001) chamou a atenção para o fato de que, em função da atividade turística, o espaço é modificado tanto na sua aparência como no seu significado. Sabendo que qualquer situação ou elemento, desde que percebido como extraordinário, pode se constituir em objeto de contemplação para o turista, o espaço é recodificado de modo a assumir um caráter que rompa com a experiência cotidiana do visitante. Para a autora, tal caráter “[...] passa a ser determinado pela indústria turística e pela publicidade, que buscam conferir singularidade aos objetos, situações ou elementos da paisagem natural ou construída, transformando-os em experiências extraordinárias” (Muricy, *op cit*, p. 187). Acrescente-se que o turista que vai ao encontro do “inusitado”, é o mesmo que compra um pacote com roteiro pré-definido, quer um hotel com o conforto urbano e não quer correr riscos.

É importante salientar que uma paisagem só se torna turística, ou seja, atrativa a um visitante quando a sociedade assim a elege por conta de determinados atributos. Mais especificamente, as características de uma determinada paisagem — seja ela natural ou não — adquirem significados a partir da forma como são vivenciados pela comunidade local e valorados pela sociedade mais ampla. Sendo transformada em produto turístico, a paisagem torna-se mercadoria e é re-significada assumindo novas características, sejam elas materiais ou simbólicas. Eis um aspecto a ser destacado: o turismo converte o espaço em mercadoria.

Para tratar do ecoturismo, um segmento do turismo que vem atraindo crescente interesse, é preciso considerar as idéias acima mencionadas. Antes mesmo de defini-lo e caracterizá-lo, observe-se que a associação do tempo de lazer com a necessidade do contato com a natureza emerge num momento de acentuada urbanização da sociedade em escala mundial, com a cultura urbana se expandindo vorazmente. Ao mesmo tempo, a amplitude dos problemas gerados por esse modo de vida aumenta. Isso tem produzido um outro paradigma, o da contra-urbanização, da necessidade do retorno às origens, de aproximação da natureza, esta simbolizando a pureza e a paz. É importante questionar, contudo, em que medida esse retorno à natureza não reflete também uma necessidade construída pela ideologia urbana; “[...] a vida cada vez mais virtualizada; concomitantemente, está sendo bombardeada pela mídia a necessidade de períodos de retorno à natureza, de prática do ecoturismo, da necessidade de consumir o natural” (MAGALHÃES, 2001, p. 22). De acordo com esse trabalho, a natureza, que aparece como oposição aos valores urbanos, se converte num ideal que finda por se inserir na própria lógica das grandes cidades.

Em outras palavras, a aproximação da natureza não significa essencialmente um desapego aos valores urbanos, um questionamento do *modus vivendi* das grandes

idades. O turismo ecológico pode ser, como os demais tipos de turismo, tratado pelos agentes econômicos como, simplesmente, mais uma atividade rentável. O ecoturismo e o culto à natureza, no mais das vezes, têm se convertido em um movimento da moda, símbolo de *status* social e de “engajamento” político-ecológico. Essa situação contrasta com a idéia explicitada no conceito brasileiro oficial de ecoturismo:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (EMBRATUR - IBAMA, 1994, p. 19).

No nível legal e ideal, o ecoturismo é uma prática associada à conservação, à educação ambiental, ao desenvolvimento humano, social, infra-estrutural e econômico, sendo o meio ambiente colocado em primeiro plano com vistas à sua preservação. Efetivamente, é possível que essa atividade promova a integração do turista com o entorno, convivendo com os moradores locais e experimentando outras formas de viver. Nesse “reencontro do homem com a natureza” pretende-se possibilitar o conhecimento e o uso dos recursos naturais e socioculturais de uma localidade e suas possibilidades de uso sustentável. A suposição é que o ecoturista, além de contemplar a paisagem, compreenda a importância de preservá-la tanto pela sua beleza, quanto pelo aspecto histórico, cultural e para o equilíbrio da vida no planeta.

Esse aprendizado permite que o turista tenha a possibilidade de transformar e renovar seu comportamento cotidiano. A realidade urbana, com a qual o turista convive rotineiramente, passa a ser questionada gerando reflexões sobre poluição destes grandes centros, manutenção de áreas verdes, destinação e reciclagem de lixo e qualidade de vida. Objetiva-se, assim, a incorporação e tradução dessas reflexões na forma de comportamento e posturas no seu ambiente de origem (SALVATI, 2004, p. 2).

Ademais, deve-se apreender que tal ambiente participa de uma sociedade específica, tendo um significado para a mesma na medida em que foi mantido ou modificado dentro do seu processo de desenvolvimento.

Nos “tempos modernos”, no ecoturismo que se afirma a partir da consciência ecológica, o espaço convertido em produto turístico deixa de ser espaço vivido para ser espaço consumido: ele, seus moradores, cultura, equipamentos, etc. compõem um pacote a ser vendido no mercado. A natureza como cenário não precisa gerar identidade com o turista ou que ele se aproprie dela. Ou seja, a pressão do cotidiano urbano fez com que a natureza “preservada”, “intocada” seja valorizada socialmente e se converta em excelente estratégia de marketing, o paraíso pronto para ser consumido.

A natureza ganha valor intrínseco ficando ‘personificada’ por sua diversidade animal e vegetal.

Assim, o ecoturista carrega em si a própria contradição; de um lado deriva de um discurso ecológico apresentado como crítica à modernidade ao se opor ao mundo urbano-industrial. Por outro lado, é uma prática turística inserida na lógica dos mercados (SANTANA, 1999, p. 178).

Com essa perspectiva, Santana (1999), contesta a possibilidade do turismo ecológico ter como foco a preservação do meio ambiente e a reflexão sobre o modo de vida urbano. Argumenta que a paisagem natural é mitificada para ganhar outro uso e ser consumida dentro da lógica urbana, até mesmo por oposição (aparente) a ela. A ecologia se torna uma necessidade na sociedade de consumo, onde a questão ambiental é uma reivindicação.

A chamada ecologia profunda, com sua valorização da natureza e pondo em questão seu valor de utilidade, sugere sua substituição por valores éticos, adota uma postura ingênua ao não enfrentar as relações de propriedade privada mediadora da relação homem e natureza, como é o caso do ecoturismo. Isso implica na tentativa de retirar qualquer valor de uso que a natureza possa ter e valorizá-la pelo que ela é e não pelo que ela possa proporcionar ao homem. Entretanto, ao se tornar mercadoria ecoturística, não só lhe é dado valor de uso como lhe é atribuído valor de troca aparentemente sem que se adicione trabalho, porque o valor que lhe é dado está em função de sua preservação (SANTANA, 1999, p. 178).

Para esse autor, no momento em que os bens naturais — em princípio, livres e públicos — vão se tornando raros nas cidades passam a servir à reprodução do capital, pois podem ser convertidos em mercadoria. Assim, a paisagem natural adquire outra utilidade e o bem que era livre passa a ser privado.

Essa argumentação converge com a visão de Cunha (2001) ao afirmar que visando atender a interesses diversos, o turismo é a única atividade humana que faz uso da natureza, de sua beleza e seus recursos, de modo econômico. Às peculiaridades da natureza são atribuídas outras características para que se tornem atrativas ao turista, o marketing transforma-a em espetáculo.

Nos últimos 30 anos, Lençóis tornou-se território fértil para o desenvolvimento desta nova atividade econômica, o Turismo e, mais especificamente, o Ecoturismo identificado como alternativa capaz de promover o desenvolvimento regional, na medida em que acena para a possibilidade de incluir uma população economicamente falida e sem opções, desde a escassez do diamante e conseqüente decadência do garimpo na região. Apesar dos riscos que ainda representa, especialmente ao ambiente natural pelo uso intensivo dos atrativos e ordenamento da atividade, o Ecoturismo hoje é uma das principais alternativas de desenvolvimento entre os segmentos motivacionais do Turismo na região.

Dentro desse contexto aplica-se como modelo referencial o Sistur (Beni, 2002), como explicativo da estrutura e da dinâmica do Turismo em Lençóis. O Sistur, como explicado anteriormente, entende o espaço dessa atividade formado por três grandes conjuntos em interação constante: o Conjunto das Relações Ambientais, o Conjunto da Organização Estrutural e o Conjunto das Ações Operacionais.

O Conjunto das Relações Ambientais (Figura 19) é considerado fundamental dentro do sistema aberto que é o Sistur e em seu redor se aglomeram os demais, mantendo, segundo Beni (2002) “um processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio circundante”. Em se tratando especificamente de Turismo, Beni identificou a composição desse conjunto por quatro subsistemas: o ecológico, o econômico, o social e o cultural. Esses subsistemas atuam dentro do conjunto como antecedentes e controladores, com ações específicas que influenciam decisivamente a atividade do Turismo.



Figura 19 - Conjunto das Relações Ambientais. Beni, 2002.

3.2.1 O Subsistema Ecológico

Termo utilizado pelo biólogo alemão Ernest Haeckel, na segunda metade do século XIX, a Ecologia, em sua origem, é uma disciplina científica que estuda a relação entre indivíduos de uma espécie, a atividade organizada desta espécie e o meio-ambiente, sendo ao mesmo tempo condição e produto da atividade, portanto condição de vida daquela espécie. Lipietz (2000) afirma que aplicada aos homens, a ecologia torna-se o estudo da relação da humanidade com o meio-ambiente, a maneira como se transformam mutuamente e como o meio-ambiente permite que a humanidade viva. Da mesma forma que o meio-ambiente dos castores não se limita a florestas e a rios, o meio-ambiente dos homens não é apenas natureza selvagem, incluindo também a natureza transformada por eles. A ecologia humana é, portanto, a interação complexa entre meio-ambiente (o meio em que vive a humanidade) e o funcionamento econômico, social e político das comunidades humanas.

Santos (1985), enfatizou a importância do meio ecológico compreendido como “o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano” no estudo do espaço do turismo, especialmente aqueles ainda pouco explorados pelo homem.

No período atual, os grandes ecossistemas até então preservados do mundo tropical, em particular dos continentes africano e latino-americano – espaços de reserva de valor -, são agora chamados a entrar em cena. No Brasil, onde existem ainda expressivas reservas ecológicas nas regiões Norte e Centro-Oeste, os projetos são justificados com base no chamado turismo sustentável que pretende respeitar o ambiente, atenuar os desequilíbrios regionais (como se este fato não fosse determinado pelo capitalismo hegemônico), assegurar a distribuição da renda e a melhor qualidade

de vida às populações envolvidas – palavras do discurso oficial. Também o meio ecológico é responsável pela ocorrência de paisagens notáveis, muito valorizadas no ideologismo do turismo ecológico, que se pretende implementar nas unidades de conservação, como estratégias de proteção ao patrimônio natural – proposta no mínimo romântica -, a não ser que as comunidades locais, diretamente envolvidas no processo, desafiem os agentes hegemônicos e imponham “irracionalidades”, ou seja, “contrafinalidades”, fazendo valer seus interesses, reforçando as “horizontalidades” (Santos, 1994a: 94 e 55 in Rodrigues, 2001, 70 e 71).

Dentro do Sístur, a ecologia ganha uma conotação de grandes proporções na medida em que o ambiente natural é matéria prima para o turismo e do seu estado de conservação depende toda a cadeia produtiva do mesmo; desta forma, torna-se de fundamental importância a inclusão da perspectiva ecológica em todas as etapas do processo de planejamento turístico.

Neste sentido, constata-se que as primeiras transformações da natureza pelo homem, no que seria mais tarde o município de Lençóis, aconteceram a partir da descoberta de ricos garimpos no rio Lençóis, já atendendo a interesses da hegemonia capitalista, até a proibição definitiva da atividade pelo Ibama que, não oferecendo alternativa de sobrevivência para a população tradicional, provocou o êxodo rural e, aos que ficaram, a busca desesperada por outro meio de sobrevivência, o que veio a acontecer, mais tarde e em parte, com o turismo.

Segundo Beni, (2002, p. 55) o subsistema ecológico abrange, em grande medida, também o subsistema cultural. Tem como principal elemento a contemplação e o contato com a natureza. Nele são analisados os fatores: espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; atrativos turísticos e conseqüências do turismo

sobre o meio ambiente, preservação da flora, fauna e paisagens, compreendendo todas as funções, variáveis e regras de consistência de cada um desses fatores.

Na medida em que o stress do cotidiano nas grandes cidades tem levado milhões de pessoas, em todo o mundo, a buscar novos horizontes junto à natureza, a fim de reencontrar suas origens mais puras e seu equilíbrio interior, surge uma nova modalidade de lazer, o turismo voltado para a natureza ou, em linguagem atual, o ecoturismo. Para identificar e caracterizar o subsistema ecológico no município de Lençóis deve-se buscar a sua estreita relação com o ecoturismo, principal demanda turística para a Chapada Diamantina.

A existência de um conceito oficial de ecoturismo não implica que haja consenso entre aqueles que o estudam. Em verdade, o conceito de ecoturismo ainda está em formação e, a depender do autor, são consideradas diversas variáveis que compõem e definem a atividade. Fennel (2002) afirma que foi Hertzler, em 1965, o primeiro autor a utilizar o termo ecoturismo para explicar “o intrincado relacionamento entre turistas e os meio ambientes e culturais nos quais eles interagem” identificando a noção de impacto ambiental mínimo; o impacto mínimo em..., e respeito máximo às culturas anfitriãs; máximos benefícios econômicos para as comunidades de base do país anfitrião; e a satisfação recreacional máxima para os turistas participantes, como sendo os pilares fundamentais para o exercício do turismo responsável.

Ainda é Fennel, (*op cit*, p. 41) quem afirma que

Ceballos-Lascuráin [...] definiu [ecoturismo] como ‘viajar para áreas naturais relativamente não perturbadas nem contaminadas com o objetivo específico de estudar e admirar o cenário e seus animais e plantas selvagens, assim como quaisquer manifestações culturais (passadas e presentes) encontradas nessas áreas’.

Goodwin (1996) enfatizou a diferenciação entre turismo na natureza — entendido como a viagem com o objetivo de apreciar as áreas naturais não desenvolvidas ou a vida selvagem — e ecoturismo como o turismo *in nature*, de baixo impacto, que busca a manutenção de espécies e de *habitats*, contribui à conservação, indiretamente, produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda.

Desta forma, o conceito de ecoturismo ainda se encontra em processo de construção. Contudo, o desenvolvimento da atividade em áreas protegidas, o interesse pela natureza, a contribuição à conservação ambiental, a preocupação com os benefícios para a população local em longo prazo, a gestão ética e responsável, o baixo impacto, a sustentabilidade, a valorização da educação e do estudo, o turismo em pequena escala, cultura e aventura são alguns princípios que integram a maior parte das definições existentes sobre ecoturismo. Ademais, na medida em que os estudos sobre essa atividade evoluem, vão absorvendo novos elementos que lhe dão esse suporte, a exemplo de:

Desenvolvimento Sustentável - Processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (Relatório Brundtland, 1987).

Turismo Sustentável - Reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade (Swarbrooke, 2000).

Ecoturismo Sustentável – Reúne os objetivos sociais, econômicos e ambientais em um modelo de valores e princípios que requer benefícios em longo prazo, responsabilidade e comportamento moral e ético, e esclarecimento. (Sadler, 1990 e Wight, 1993).

Educação Ambiental - Processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades e que garante um compromisso com o futuro. Uma ação entre missionária e utópica destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. Novo ideário comportamental individual e coletivo (MMA, 1994).

Capacidade de Carga - Número máximo de visitantes (dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações no meio físico e sociocultural (Boo, 1990). É ainda, ferramenta de planejamento que sustenta e requer decisões de manejo. Trata-se de uma decisão humana que está sujeita a todo tipo de pressões sociais, econômicas ou políticas que podem até desvirtuar a utilidade do cálculo. (Cifuentes, 1992).

Área Protegida - Área dedicada primariamente à proteção e usufruto do patrimônio natural ou cultural, ou manutenção da biodiversidade e, ou, serviços de apoio à manutenção da vida ecológica (Iucn, 1991 in Irving, 2002).

Percebe-se na área de estudo em questão, uma carência de informações e divulgação desses conceitos assim como a sua aplicabilidade uma vez que o subsistema ecológico somente atingirá seu principal elemento - a contemplação e o contato com a natureza - se seu nível de conservação e preservação atenderem os níveis de satisfação exigidos pelo ecoturismo. Entretanto, acima desse segmento da atividade turística, o meio ecológico abrange muito mais que os objetos naturais; ele compreende o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano e aí está toda

a base do conflito entre os remanescentes de uma sociedade tradicional com economia proveniente da extração dos diamantes e a nova ordem econômica embasada no ecoturismo e cujos agentes representam uma nova sociedade estabelecida há não mais que 30 anos.

O subsistema ecológico, no Sístur de Lençóis, tem como representatividade três Unidades de Conservação que ocupam grande parte do território do município de Lençóis (Figura 20): O Parque Nacional da Chapada Diamantina, a Área de Proteção Ambiental Marimbus – Iraquara e o Parque Municipal da Muritiba, criados com a finalidade de preservar a biodiversidade e ecossistemas frágeis e que reforçam a vocação ecoturística de toda a região, na medida em que os principais atrativos naturais estão inseridos nessas áreas.

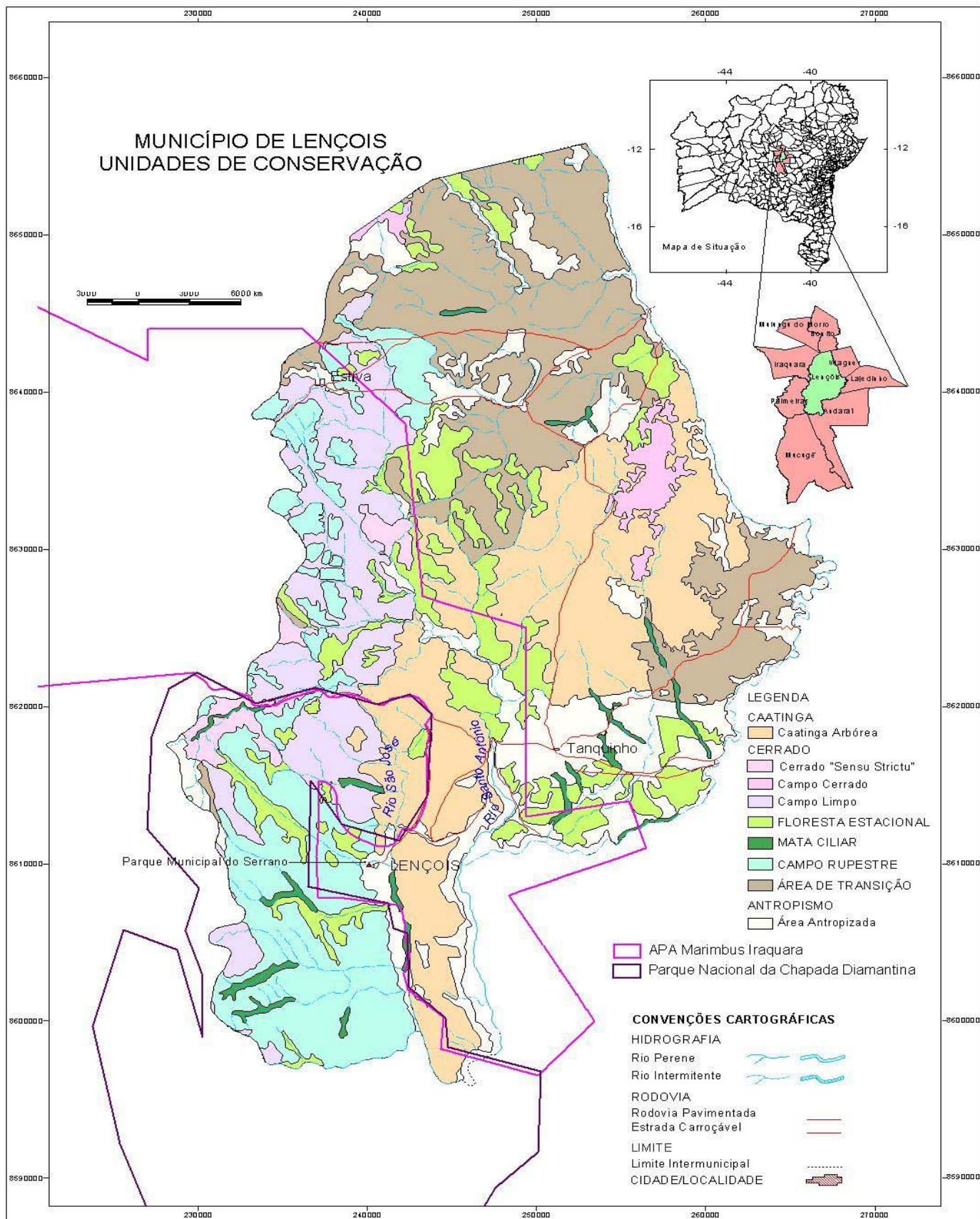


Figura 20 - Unidades de Conservação no município de Lençóis. Fonte Semarh, 2004.

3.2.1.1 - O Parque Nacional da Chapada Diamantina

Criado em 1985, pelo Governo Federal, esse parque possui uma área de 152 mil hectares, distribuídos entre os municípios de Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê, Itaetê e Ibicoara. De acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, SNUC, um parque nacional é uma categoria de proteção integral que tem como objetivo primário propiciar recreação, educação ambiental e pesquisa científica; como objetivos secundários proteger os recursos hídricos e estimular o desenvolvimento regional; e ainda manejar recursos de fauna e flora e proteger sítios abióticos.

Apesar dos seus 20 anos de existência e diversos estudos científicos, o parque ainda não possui um plano de manejo e a questão fundiária não foi resolvida; há diversas comunidades tradicionais no seu interior e nenhuma indenização foi realizada, o que acarreta outros problemas de maior gravidade associados à falta de fiscalização pelo IBAMA – órgão responsável pela administração da área – como as queimadas criminosas, o garimpo clandestino, a criação de gado, desmatamento, caça, etc. Nos últimos anos, foi criado um Conselho Consultivo para o Parque Nacional (PARNA) da Chapada Diamantina, composto por cerca de 30 representantes de instituições públicas, privadas, sociedade civil organizada e ONGs, que se reúnem em sessões ordinárias quatro vezes por ano. Apesar dos esforços em busca do uso público sustentável para o parque, muito pouco se avançou uma vez que, qualquer ação efetiva em sua direção depende do plano de manejo que ainda não está concluído.

O município de Lençóis detém, aproximadamente, 12 por cento da área do parque e nela localizam-se alguns dos principais atrativos naturais mais visitados a partir da cidade de Lençóis, a exemplo das trilhas de longa duração como a da cachoeira da Fumaça por baixo e a Lençóis – Capão; a cachoeira do Sossego e a gruta do Lapão. (Figuras 21 e 22). Esses atrativos não são monitorados e à época de alta estação turística

sofrem grande impacto proveniente da visitação descontrolada. Além disso, essa paisagem é consumida gratuitamente o que impede a geração de receita e, conseqüentemente, a falta de investimentos na UC que necessita de infra-estrutura e equipamentos adequados ao seu funcionamento.



Fotos: Lílian Andrade, 2004.



Figura 21 – Cachoeira do Sossego.

Figura 22 – Gruta do Lapão.

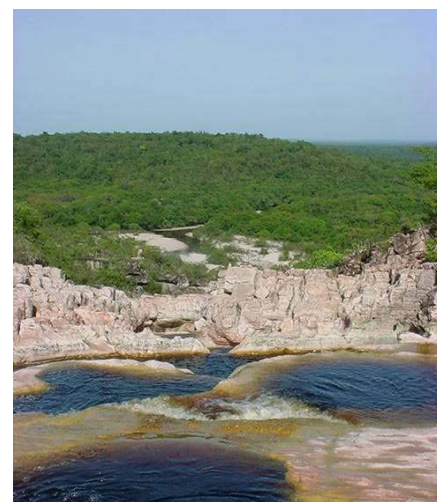
3.2.1.2 A Área de Proteção Ambiental Marimbus – Iraquara

Com 125 mil hectares, a APA Marimbus – Iraquara foi criada pelo Governo do Estado, através da Bahiatursa, em 1993, motivada por interesses turísticos, especialmente o de desenvolver atividades sustentáveis, e proteger atrativos naturais que ficaram fora do parque nacional a exemplo do Morro do Pai Inácio, Morro do Camelo, do complexo cavernícola de Iraquara e da área do marimbus. Abrange os municípios de Iraquara, Palmeiras, Lençóis, Seabra e Andaraí. De acordo com o SNUC, a Área de

Proteção Ambiental, APA, é uma categoria de manejo sustentado com o objetivo primário de proteger recursos hídricos, paisagens e belezas cênicas, propiciar recreação, incentivar o uso sustentável dos recursos naturais, estimular o desenvolvimento regional e servir como zona-tampão a uma outra área protegida, neste caso, o parque nacional.

Tem ainda como objetivos secundários preservar a diversidade biológica, preservar e restaurar amostras de ecossistemas, propiciar fluxo genético, manejar e preservar recursos de fauna e de flora, contribuir para o monitoramento ambiental, proteger espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção e proteger sítios abióticos (esses três últimos itens onde for possível). Atualmente a APA Marimbus Iraquara é administrada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através da Superintendência de Unidades de Conservação que mantém um administrador na área desenvolvendo atividades de licenciamento e fiscalização.

Entre os principais recursos naturais de uso turístico estão: a área do marimbus (ondulante bosque aquático aglutinando lama, folhas e hastes no pântano para em seguida se fundir na mata - Salles, Herberto. Além dos Marimbus. p.11) com travessia de barco a partir do povoado quilombola do Remanso até o rio Roncador; a Estrada Velha do Garimpo (Figuras, 23, 24, 25); o balneário do rio Mucugezinho e o poço do Diabo.



**Figura 23 - Marimbus; Figura 24 - Jibóia atravessando a Estrada Velha do Garimpo; Figura 25 - Cachoeira do rio Roncador.
Fotos: Lílian Andrade, 2004.**

3.2.1.3 O Parque Municipal da Muritiba

Com 60 hectares, o Parque Municipal da Muritiba é uma unidade de conservação criada pela Prefeitura Municipal de Lençóis em 1986, através da Lei 353/86, com o nome original de Parque Recreativo Municipal de Lençóis, para garantir a preservação do ambiente natural, especialmente as nascentes, a fauna, a flora e seus atrativos turísticos, objetivos similares aos do parque nacional; à época de sua criação foi formado um conselho com representantes da comunidade que se encontra inativo. Situado contíguo à área urbana, às margens do rio Lençóis, o Parque inclui atrativos turísticos como os poços do Serrano, o Salão de Areias Coloridas, a Cachoeirinha, Mirante, a Cachoeira da Primavera (Figuras 26, 27, 28), o Grisante, a Prainha e o Poço Haley, Fonte da Água Branca, além da Fonte da Muritiba, de água mineral.

A facilidade do acesso e a privilegiada localização, ainda na área urbana, fez do parque o principal atrativo natural da cidade, provocando um uso intensivo por parte da população - que tem nessa unidade de conservação a principal área de lazer da cidade - e dos turistas que freqüentemente o visitam por mais de uma vez. O nome original, quando de sua criação, era Parque Recreativo Municipal de Lençóis, em seguida Parque Municipal da Muritiba. Recentemente foi proposta a mudança do nome para Monumento Natural do Serrano, uma vez que “o Serrano” é a nomenclatura de uso mais popular tanto entre a comunidade local, quanto entre os turistas que o visitam.

Apesar de criado há 20 anos, o parque ainda não dispõe de plano de manejo próprio - essencial para a adequação de sua utilização pública - uma vez que sua área está inserida em outra UC, a APA Marimbus - Iraquara, que já dispõe de um. Não há qualquer instrumento aplicado para gestão e monitoramento. Ainda assim, a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Lençóis estima que em dias de pico passem por ali por

volta de 500 pessoas, chegando a uma média de 5.000 visitantes/mês. Devido ao uso intensivo das trilhas para os atrativos, estas já se encontram bastante alteradas.

A partir desse panorama, é perceptível a intenção e a preocupação da gestão pública, nas três escalas, para com o uso sustentável das áreas naturais com o mínimo impacto. No entanto, a gestão dessas UCs ainda acontece – quando acontece – de forma bastante incipiente, ficando evidente a necessidade de um planejamento estratégico. As necessidades e carências para o uso turístico efetivo dessas áreas ainda são muito grandes. Faltam recursos humanos para a gestão, monitoramento e fiscalização; faltam recursos financeiros para investir em infra-estrutura de apoio ao uso público; falta sinalização turística e, principalmente, mão-de-obra capacitada para conduzir visitantes nesses locais. Beni, (2002, p. 62) afirma ser inadiável, urgente, que o setor de Turismo se coloque na vanguarda da conservação dos recursos turísticos naturais, apesar de ele não ser o único ou o maior responsável por sua deterioração.



**Figura 26 - Cachoeirinha; Figura 27 - Mirante; Figura 28 - Cachoeira da Primavera, 2004.
Fotos: Lílian Andrade**

3.2.2 Subsistema Econômico

Pinho e Benevides in Beni, (2002, p. 62) afirmam que “as profundas modificações sócio-econômicas, culturais e políticas, que caracterizaram o início dos tempos modernos, criaram condições para o predomínio do sistema capitalista em substituição ao sistema econômico urbano-artesanal”. Em se tratando de Lençóis, a transformação para o modelo capitalista pode ser observado no resultado da produção do homem em seu território, baseada no extrativismo do diamante e exercido por garimpeiros, comerciantes da capital e senhores de engenho do Recôncavo, com seus escravos. Todos esses agentes imprimiram características marcantes desse sistema em que a força do capital determina o poder da propriedade privada dos meios de produção.

A área objeto de estudo tem sua história relacionada a momentos relevantes da História nacional, como o de exploração do garimpo nos séculos XVII, XVIII e XIX, o coronelismo e ainda a passagem da Coluna Prestes no início do século XX e chega ao século XXI com sua economia baseada no turismo - que começou a se desenvolver principalmente a partir da década de 90 - , na agricultura e na pecuária. O PIB municipal é da ordem de R\$ 23,4 milhões que corresponde a 14,5% do PIB regional da zona turística Chapada Diamantina e apenas 0,05% do PIB estadual, ocupando a 241ª posição no ranking do estado (SEI, 2000). A área colhida no município foi de 1.993 hectares em 2002, sendo 1.533 ha com culturas permanentes (essencialmente o café, com 1.500 ha) e 460 ha com culturas temporárias, com predomínio do feijão e da mandioca, ambos ocupando 200 ha (Pesquisa de Produção Agrícola Municipal, IBGE). Segundo o Censo Agropecuário 1995/96 (IBGE) existiam 475 estabelecimentos agropecuários em área equivalente a 53.535 hectares. O Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária na safra foi de R\$ 2,15 milhões. Existiam 399 estabelecimentos familiares (84,0% do total), ocupando uma área de 6.043 ha (11,3% do total), responsáveis por R\$ 525 mil do VBP

total (24,4%). O percentual de estabelecimentos familiares no município (84,0%) era inferior a média estadual (89,1%). A área média dos estabelecimentos familiares (15,1 ha) era cerca de 46 vezes inferior à dos patronais (697,8 ha), uma vez que apenas 68 estabelecimentos da categoria patronal detinham 47.451 ha (cerca de 88,6% da área total). A mandioca era o principal produto da agricultura familiar já que respondia por 45,0% do VBP total familiar, cultivada em 77,7% dos estabelecimentos. Em seguida o café com 12,2% do VBP familiar, em 53,9% dos estabelecimentos.

A atividade turística encontra na região um diversificado cenário e seu desenvolvimento causa efeitos positivos e negativos relacionados às comunidades e ao meio ambiente. Seu desenvolvimento seguiu o padrão dos ciclos econômicos ocorridos no interior baiano, tendo seu início com a introdução da pecuária extensiva na região, no século XVI. O ciclo econômico mais relevante para a região da Chapada Diamantina iniciou-se com a descoberta de diamante na região da Serra do Sincorá, o que deu início ao ciclo do diamante. Com o início do declínio da produção diamantífera na Chapada em 1866, outro tipo de atividade mineradora surgiu como opção econômica, a extração de carbonato, que perdurou até a década de 40. A partir de então, a região atravessou uma forte estagnação econômica observando-se, inclusive, um grande êxodo populacional, só melhorando sua situação na década de 90, com o desenvolvimento de uma agricultura de ponta e da atividade turística, ainda que de fora para dentro, do ponto de vista do planejamento estratégico do Turismo.

Levando-se em conta que o Turismo teve origem e predominância no sistema capitalista, entende-se os investimentos públicos iniciais e atuais como uma forma de atrair capital privado e, conseqüentemente, provocar a geração de renda e trabalho para a região, porém não necessariamente para a população tradicional, uma

vez que, como se verificará a seguir, a mesma não foi devidamente preparada para um novo ciclo econômico no município e para ser inserida neste.

Visto como atividade econômica, o Turismo compreende uma série de serviços que são oferecidos ao viajante, que se desloca de sua cidade de origem e permanece em outra destinação por motivos profissionais, férias, negócios, atividades esportivas, de saúde, assuntos de família, culturais, ou por qualquer outra razão. O conjunto de serviços efetivamente colocados no mercado constitui a cadeia de sua produção, distribuição, consumo e valor. Analisa as alternativas de utilização dos recursos existentes para a produção turística nos destinos turísticos, a distribuição e circulação de renda gerada pela atividade e como e por que se processam os períodos de expansão e retração dos fluxos nacionais e internacionais de turistas. Estuda, também, por um lado, a lógica do comportamento econômico dos viajantes (a decisão de viajar, o deslocamento, a hospedagem, a realização dos motivos da viagem, a permanência e os gastos) e, por outro, o comportamento das empresas e agentes públicos que operam nas localidades emissoras e receptoras (Beni, 2002, p. 64 e 65).

O subsistema econômico em face do Turismo pode ser analisado através da análise estrutural da renda turística ou através do estudo do financiamento do setor. Diante da dificuldade em coletar dados sobre a renda das atividades ou dos ramos produtivos que são plenamente de Turismo a exemplo de hotelaria, equipamentos de alimentação, agências de viagens e operadoras entre outros, por causa da informalidade da atividade em Lençóis, optou-se por estudar o financiamento do setor, observando a classificação dos investimentos, segundo o grau de pertinência do setor a partir das seguintes categorias (Beni, *op. cit.* p. 66 e 67):

Investimentos setoriais – aplicados em empresas plenamente turísticas: alojamentos, equipamentos complementares,

instalações turístico-recreativas, agências de viagens e operadoras de turismo, de propaganda e publicidade, e outras (Beni, *op. cit.* p. 66 e 67).

Lençóis, o principal destino turístico da Chapada Diamantina, é procurado constantemente por empresários interessados em investir no setor turístico local. Os dados da Superintendência de Desenvolvimento Turístico, Sudetur, sobre investimentos em Lençóis indicam que a cidade detém, sozinha, 77% do total de US\$17.260.500,00 investidos entre 1994 e 2002 na Chapada Diamantina.

No período entre janeiro de 1991 e dezembro de 2004 os investimentos privados em Lençóis somaram um total de US\$ 8.912 milhões concentrando-se na construção de 27 equipamentos hoteleiros e ampliação de um (o primeiro, construído pela Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A., Emtur) que compõem a atual oferta, no computo oficial, de 735 unidades habitacionais e 1.933 leitos. Até 2020 está previsto mais um investimento privado de US\$ 115 milhões com a implantação de um empreendimento hoteleiro com 150 unidades habitacionais e 300 leitos (Figura 29).



PARQUE DE LENÇÓIS



CHAPADA DIAMANTINA

Empreendimento inserido no contexto de PARQUE DE LENÇÓIS - Empreendimentos Ecológicos. Complexo turístico de grande porte na região da Chapada Diamantina. Constitui-se num Hotel de Montanha com características de padrão internacional, com 150 apartamentos para 4 ocupantes cada, 3 restaurantes e bares em três ambientes, centro de convenções para 400 participantes, quadras poliesportivas, parque aquático, esportes equestres, passeios em trilhas, cavernas e grutas, serviços e lojas de conveniência, numa concepção inspirada nas condições exóticas de relevo e vegetação existentes na região, cujo patrimônio ambiental de montanhas, vales, canyons, rios e cachoeiras o credenciam como o mais promissor destino ecoturístico da Bahia.

Localizado em Lençóis - Ba, cidade histórica com arquitetura colonial desenvolvida durante o ciclo de mineração do ouro. Dista 400 km de Salvador por estrada asfaltada (BR-242), possuindo aeroporto para linhas regulares de vôos nacionais de grande porte, dotado de toda infra-estrutura e serviços afins.

Projeto em fase de elaboração, dispondo de todos os requisitos e licenças legais para a sua implantação, inclusive aqueles que lhe atribuem caráter conservacionista com relação a impacto ambiental. Com isenções fiscais (ISS e ICMS s/energia) previstas.

Informações sobre a empresa responsável:

A BAHEMA S.A., empresa responsável pelo empreendimento, é uma empresa de capital aberto, fundada em 1953, em Salvador - Ba, cujas ações são negociadas nos maiores mercados do País e que representa e comercializa tratores e máquinas da Caterpillar, detém o controle de franquia de fast food da Arb's Inc. para o Brasil e Uruguai, possui vários projetos de criação de gado de raça, culturas agrícolas irrigadas, participa com 6,7% do Capital Social votante do UNIBANCO Holding, o 4º maior Banco privado nacional, sendo também acionista votante da MANAH, líder na produção de fertilizantes no País. A empresa busca parceria para viabilizar o empreendimento, através do Sr. Jucelino Lemos Santos, tel: 55 71 255-7502 e Fax: 5571 255 7575.



INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

SUDETUR - Superintendência de Desenvolvimento do Turismo

SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA

Av. Tancredo Neves, 776 - A. C. - Salvador - Bahia - BR 4120 - C. P. 41222-900 - Tel: 55 71 310 1160 - Fax: 55 71 310 1161

Figura 29 - Anúncio da SCTI para captação de investidores internacionais. SCTI/Sudetur.

No total, os investimentos privados somam US\$ 123.912 milhões, aplicados na construção de 608 unidades habitacionais (UHs) e 1542 leitos, segundo informações da Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos da Secretaria da Cultura e Turismo (Figura 30).

	UHs	leitos	US\$ milhões
Em projetos	150	300	115
Concluído	458	1242	8.912.469,00
Total	608	1542	123.912.469,00

Figura 30 - Investimentos privados em hotelaria. Fonte: SCT/ Suinvest 2004. Elaboração: Lilian Andrade.

Vale destacar que, de acordo com o cadastro dos meios de hospedagem da Gerência de Atividades Descentralizadas do Ministério do Turismo, o município apresentava em 2002, 39 meios de hospedagem com um total de 1.679 leitos, número este inferior ao da pesquisa realizada por Leone (2001) que, no ano de 2.000, computou 1.900 leitos em 46 estabelecimentos de hospedagem. É possível que esta diferença demonstrada, resida exatamente entre aqueles micro-investidores que não buscaram financiamentos para desenvolver seus negócios.

Investimentos complementares são motivadores dos primeiros, sem os quais dificilmente se poderia desenvolver a atividade: investimentos no conjunto de atrativos turísticos, estradas turísticas, equipamentos de recreação e lazer, obras de melhoramento da oferta natural e cultural, restauração de monumentos, implantação de museus e outros. (Beni, 2002, 66 e 67).

Os investimentos de efeitos indiretos reúnem todas as obras de infraestrutura que, embora não sejam setoriais, são básicas como suporte a toda atividade do

setor: terminais de transportes, vias de acesso, saneamento básico, energia, comunicações e outras. (Beni, 2002, 66 e 67). Este assunto será detalhado adiante, no Conjunto da Organização Estrutural. Na categoria investimentos complementares registram-se os investimentos públicos realizados pelo Governo do Estado (Quadros 3 e 4), que serão melhor detalhados adiante, no Conjunto da Organização Estrutural.

Investimentos Públicos (1991 – 2020)	Valor
Concluídos	(US\$ Milhões)
Aeroporto Coronel Horácio de Matos	7.469
Recuperação do Patrimônio Histórico	663
Recup. Urbanística Planos Ref. Urbanística Chapada	94
Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da sede	1401
Ampliação do Sistema de Energia Elétrica	1191
Recuperação do Hospital Municipal	263
Total	17.021

Quadro 3 – Investimentos Públicos. Fonte SCT/Suinvest, 2004.

Investimentos Públicos (1991 – 2020)	Valor
Em Projeto	(US\$ Milhões)
Terminal Rodoviário e melhoria da malha rodoviária Regional	5.940
Recuperação Urbanística da sede e de Tanquinho	500
Iluminação Especial de Monumentos Históricos	530
Sinalização Turística da Chapada Diamantina	1.130
Implantação de Centro Turístico - Ambiental do Mucugezinho	382
Implantação de Centro de Informação Turístico – Ambiental	80
Implantação da APA Marimbus / Iraquara	500
Elaboração e implantação de PDLU e Aterro Sanitário	75
Sistema de Esgotamento Sanitário – sede	1.800
Total	10.937

Quadro 4 - Investimentos Públicos, Fonte SCT/Suinvest, 2004.

3.2.3 Subsistema Cultural

No estado capitalista, a produção e o consumo da cultura obedecem a lógica de classe e a lei da estratificação social. Por mais democrática que seja a sociedade, por mais ativa que seja a participação do estado na produção cultural, a lógica de classe

separa o consumo da produção cultural. Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, “Cultura é o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade”. Sendo assim, entende-se por turismo cultural todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange. A procura é pela cultura atual e também pela passada.

O espaço cultural é aquela parte da superfície terrestre que teve sua fisionomia e “aura” originais mudados pela ação do homem. É consequência da invenção do trabalho físico e mental do homem no espaço natural. Os recursos turísticos culturais são, pois, os produtos diretos das manifestações culturais. Como não existe uma cultura apenas – já que cultura pode ser entendida como conjunto de crenças, valores e técnicas para lidar com o meio ambiente, compartilhado entre os contemporâneos e transmitido de geração em geração [...] dependendo do grupo que dominar a sociedade, a subcultura dele será a respectiva dominante. Por sua extrema importância, esse conceito deve estar sempre na base de todo desenvolvimento ulterior, principalmente no estudo do subsistema cultural.

O turismo estimula os países a proteger suas civilizações e heranças culturais, como as operações de salvamento realizadas em consequência dele [...] Pode-se afirmar assim, que o turismo é, em certo sentido, o instrumento que serve de veículo à reabilitação das culturas, contribuindo em grande medida para sua difusão mundial. (Beni, 2002. 86 a 88).

A cidade de Lençóis é um exemplo de lugares que vinham sofrendo progressiva deterioração, mas que projetos turísticos levaram à revitalização e ao

resgate da cultura tradicional, das manifestações religiosas e folclóricas. No entanto, sendo a relação turismo e cultura cada vez mais forte no mundo, são grandes as preocupações com o impacto do turismo sobre as populações receptoras e os bens culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis.

Já foi dito em tópico anterior, que o surgimento do assentamento humano que deu origem a Lençóis foi fruto de correntes migratórias não só de garimpeiros do norte de Minas Gerais como também de ricos comerciantes da capital, senhores de engenho do Recôncavo com seus escravos, negociantes estrangeiros e até aventureiros e foragidos da Justiça, todos unidos pela ilusão da riqueza fácil. Se, de um lado, o grupo dominante – político e economicamente – imprimia suas marcas na arquitetura dos belos sobrados, nos refinamentos dos saraus animados por pianos de calda importados da Europa, onde as “sinhazinhas” exibiam a última moda parisiense; por outro lado, a cultura do garimpeiro se perpetuava no seu *habitat*, nos seus hábitos, crenças e tradições.

Da maior importância é a arquitetura vernácula da região, constituída por “locas” ou “tocas” (Figura 31) e ranchos de alvenaria de pedra seca, recobertos por palha de pindoba. Estes dois tipos de habitação estão entre os mais primitivos existentes no país. O primeiro é um tipo de habitação rupestre do mesmo gênero das habitações trogloditas encontradas na Ásia, Europa e América do Norte, embora as nossas datem da segunda metade do século passado. As “locas” ou “tocas” da Diamantina são grutas naturais com adições, transformadas em habitações temporárias, à margem dos garimpos. (IPAC, 1997)

Foto: Lílian Andrade 1



Figura 31 - Toca de garimpeiro na trilha para a cachoeira do Sossego, 2002.

O ciclo do diamante, através dos seus agentes, deixou um legado cultural, aqui entendido como bens ou manifestações culturais que têm a capacidade de evocar o passado, e desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro, garantindo a continuidade daquela civilização no tempo. Esse patrimônio imortalizou-se na arquitetura, dança, literatura, teatro, música, culinária, manifestações folclóricas e religiosas, mas não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os seguimentos da sociedade.

Um simples hábito dos garimpeiros de lavar os pés antes de entrar na cidade, deu nome a um rio, em seguida, a uma rua, e tornou-se fonte de inspiração para um poeta lençoense. Mas quem conhece esse hábito, essa rua, ou esta poesia? (ver no início do capítulo).

O jarê (Figura 32), espécie de candomblé da linha de angola, trazido pelos escravos do Recôncavo, sempre esteve intimamente ligado à cultura garimpeira. Contam os mais antigos que para ter sorte no bamburrio o garimpeiro mandava “bater os couros” (tocar). Na seqüência da proibição do garimpo, veio a gradual extinção do jarê uma vez que não há mais motivação para a cerimônia. Dos mais de 10 terreiros existentes em Lençóis, poucos resistem, a exemplo de Dona Derina, 50, mãe de santo, e também responsável por um dos Ternos de Reis mais antigos de Lençóis.



Foto: Lillian Andrade

Figura 32 – Jarê de Dona Derina em Tanquinho, 2004.

Em Lençóis nasceram importantes figuras nacionais como Urbano Duarte (1855), fundador da Academia Brasileira de Letras e homenageado através de uma biblioteca que leva o seu nome; Herculano Martins da Rocha, que lutou no Paraguai; Afrânio Peixoto (1876), médico e romancista que empresta o nome à Casa de Cultura, museu, biblioteca e galeria de arte. Ali viveu, também, Horácio de Matos, o coronel dos coronéis do Sertão Baiano.

Apesar da diversidade e da riqueza cultural local, o processo de globalização do lugar turístico e o desenraizamento cultural da atual comunidade lençoense comprometem a valorização desse patrimônio provocando, conseqüentemente, uma baixa auto-estima dessa comunidade e de suas peculiaridades. O Jarê, os Ternos de Reis, a Marujada, as festas juninas – manifestações da cultura popular da região - ao lado da casa onde viveu Horácio de Matos, a festa e a Igreja Senhor dos Passos, padroeiro dos garimpeiros, não se apresentam como motivação capaz de gerar fluxo turístico para Lençóis. O resultado é que o turista, desinformado, olha, mas não vê o significado desse patrimônio.

No passado recente, a relação turismo e cultura encontrava fortes resistências em algumas áreas que, historicamente consideravam o turismo um agente de depredação – massificador e folclorizante – das manifestações da cultura, promovendo sérios riscos de comprometimento da identidade cultural. Hoje essas resistências tendem a se esvaír, na medida em que as políticas de desenvolvimento turístico perseguem o caminho da sustentabilidade.

Há uma necessidade premente da comunidade conscientizar-se da importância da sua cultura e dela se orgulhar, buscando preservar suas manifestações e valores, dos empresários reconhecerem a importância da cultura para o turismo, além do governo promover condições para que essa cultura tenha no turismo um importante

suporte de ampliação e fortalecimento e por sua vez, o turismo tenha na cultura a principal fonte de diferenciação do produto turístico.

Beni (2002, 88) afirma que muitos bens culturais foram assim salvos da destruição, e isso devido muito mais ao Turismo do que ao valor que lhes era atribuído pela população local. Um exemplo recente que sinaliza para a preservação da cultura do garimpo enquanto patrimônio intangível é a nova atração turística da cidade: O Rancho do Garimpeiro (Figura 33) de Coriolano Rocha de Oliveira, mais conhecido como Seo Cori (Figura 34).

Filho de pai garimpeiro, família natural de Lençóis, Seo Cori nasceu em 1927 e aos 12 anos começou a trabalhar no garimpo, casou-se, teve sete filhos dos quais muito se orgulha por tê-los criado com o trabalho no garimpo. Garimpeiro aposentado há seis anos, a saudade do garimpo fez com que Seo Cori ambientasse o fundo do quintal como um rancho do garimpeiro completo, onde não faltam o rancho propriamente dito – uma casa de feita taipa - e o desvio de água do rio para o bambúrrio.



Figura 33 - Rancho do Garimpeiro; Figura 34 - Seo Cori demonstra como é o garimpo na serra. Foto: Lillian Andrade, 2005.

A apresentação organizada no quintal de sua casa na Rua dos Negros, já atrai turistas nacionais e internacionais que Seo Cori acolhe com muito carinho. Ao final da apresentação que já lhe rende um faturamento extra (ele não cobra ingresso, mas aceita doações), o turista fascinado com as histórias e o processo do garimpo, até “acha” um diamante em meio ao cascalho.

3.2.4 Subsistema Social

Um turismo ecologicamente correto deve preservar e beneficiar o meio ambiente como um todo, e dentro deste estão as comunidades anfitriãs. Elas devem participar ativamente do processo de implantação do turismo, a partir da sua estruturação, para que se garanta uma melhoria na qualidade de suas vidas de maneira que os inevitáveis impactos negativos de ordem socioeconômicos e ambientais sejam minimizados. Neste sentido, é fundamental uma retrospectiva histórica da formação da sociedade lençoense que apresenta uma característica típica das cidades que surgiram no ciclo do diamante: a diversidade social em função do deslocamento de representantes das mais diversas regiões e classes sociais atraídas pela riqueza fácil e rápida promovida pelo diamante.

Para a formação da cidade contribuíram dois tipos de contingentes humanos: os garimpeiros, vindos do Serro do Frio e do Alto Sertão e os comerciantes da capital e do Recôncavo, que financiavam a mineração e controlavam sua exportação. Estes dois grupos se estabeleceram como partidos políticos, em 1860. Os primeiros se designando de "Serranos" e os segundos, de "Baianos", mais tarde, vindo a ser conhecidos como "Pinguelas" e "Mandiocas". Além desses, ali se instalaram grandes negociantes, que faziam transações diretamente com mercadores franceses, ingleses e

alemães. Finalmente, os escravos, acompanhando os senhores de engenho do Recôncavo, completaram o que viria a ser a formação miscigenada da sociedade lençoense.

Nos dias atuais, nota-se que a sociedade que se formou em torno da atividade turística guarda pelo menos uma característica idêntica à primeira: a multiplicidade de raças, crenças e credos, ratificando que o Turismo hoje - assim como o garimpo ontem - é uma das formas mais importantes de mobilidade no espaço geográfico. Hoje, como antigamente, a comunidade lençoense é formada por representantes de várias regiões do estado, do país e do mundo. Nas duas, as mudanças sociais se produziram sem a contrapartida de uma estrutura socioeconômica adequada.

Com base na Tabela 1 abaixo, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – fator educação, IDHM-E, de 0,750 posiciona Lençóis como município de médio desenvolvimento humano quanto este indicador considera, isoladamente, a situação da educação em nível fundamental e médio. Esta situação se confirma com o alto percentual de frequência escolar 82,09%, superior à média estadual de 81,68%. Analisando a taxa de alfabetização de adultos, esta também se encontra em situação positiva, embora a média estadual, neste caso, seja superior à de Lençóis.

Tabela 1 - Estimativa da taxa de alfabetização de adultos, taxa bruta de frequência escolar e índice de educação 2000.

<i>Município</i>	<i>Taxa de alfabetização de adultos (%)</i>	<i>(%) Taxa bruta de frequência escolar</i>	<i>Índice de educação (IDHM-E)</i>
Bahia	76,86	81,68	0,785
Lençóis	71,47	82,09	0,750

Fonte: www.undp.org.br

Ainda com relação a educação, na Tabela 2, identifica-se a porcentagem de pessoas analfabetas, pertencentes a um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário, revelando que a situação se agrava para o grupo com idade igual ou superior a 25 anos, quando o percentual de pessoas analfabetas é elevado e a média de anos de estudo muito baixa. Os índices de Lençóis, para todos os itens da tabela, são superiores a media estadual, representando uma situação de desvantagem para essa população.

Tabela 2 - Percentual de pessoas analfabetas e média de anos de estudo da população, ano 2000.

<i>Município</i>	<i>% de crianças de 10 a 14 anos analfabetas</i>	<i>% de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas</i>	<i>% de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas</i>	<i>Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade</i>
Estado da Bahia	10,00	9,99	28,50	--
Lençóis	13,71	14,63	34,25	4,11

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A educação reflete na economia. De acordo com a Tabela 3 o IDH-Renda de 0,572, abaixo da média estadual, configura situação de médio desenvolvimento humano com base no indicador econômico da renda per capita, embora muito próximo de baixo (0,500). Verifica-se ainda que a perda per capita é também inferior à média estadual e o PIB municipal equivale a 0,05% do PIB baiano.

Tabela 3 - Estimativa de Produto Municipal, renda per capita, índice de renda e IDH, 2000

Município	PIB Municipal (RS milhões)	Renda per capita (em RS)	Índice de Renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)
Estado da Bahia	48.197,17	160,19	0,620	0,688
Lençóis	23,43	119,90	0,572	0,614

Fonte: www.undp.org.br, www.sei.ba.gov.br.

De acordo com a Tabela 4, apresenta-se a proporção dos indivíduos com idade de 0 a 14 anos que têm renda domiciliar per capita inferior a R\$ 37,75 e a proporção dos indivíduos com idade de 0 a 14 anos que têm renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50. O universo desses indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Mais uma vez, Lençóis se encontra em condição menos favorável que a média dos baianos.

Tabela 4 - Nível da Renda, 2000.

Município	% de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75	% de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50
Estado da Bahia	31,13	55,32
Lençóis	36,62	61,72

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Em seqüência, na Tabela 5 verifica-se que Lençóis possui menor percentual de concentração de renda que a média estadual, embora esta diferença seja pequena e não demonstre uma situação confortável aos 40% mais pobres que detêm cerca de 6% da riqueza gerada pelo município.

Tabela 5 - Desigualdade sócio-econômica, 2000.

Municípios	Percentual da renda apropriada pelos 10 % mais ricos da população	Percentual da renda apropriada pelos 40 % mais pobres da população
Estado da Bahia	56,05	5,92
Lençóis	52,58	6,10

Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal

Segundo estudo realizado, a Bahia tem 52,76% de intensidade de indigência que representa a distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos

indigentes. E que 53,63% é a intensidade de pobreza, que significa a distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres. A intensidade de indigência e a de pobreza são definidas como os indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 37,75 e R\$ 75,50, respectivamente.

Em Lençóis 36,62% equivale ao percentual de pobres, valor inferior ao registrado para a Bahia (55,32%) embora a intensidade da pobreza municipal seja superior à estadual, situação que se repete para intensidade e percentual de indigência (Tabela 6).

Tabela 6 - Percentual de Indigência e Pobreza, 2000.

Municípios	Intensidade da indigência (%)	Percentual de indigentes (%)	Intensidade da pobreza (%)	Percentual de pobres (%)
Estado da Bahia	52,76	31,13	53,63	55,32
Lençóis	58,08	61,72	57,36	36,62

Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal

Segundo estudos do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é possível verificar a qualidade de vida das populações a partir de informações relacionadas ao acesso a serviços básicos e de telecomunicações, bem como das condições de moradia.

De acordo com o documento intitulado Atlas do Desenvolvimento Humano para o Brasil, em 2000, cerca de 42,84% das pessoas em Lençóis vivem em domicílio com banheiro e água encanada, enquanto a média estadual é de 56%. Considerando os serviços de coleta de lixo, mais de 70% das pessoas que vivem em domicílios urbanos contam com esse serviço. Essa informação não considera frequência da coleta ou destinação final dada ao lixo coletado nos domicílios. Ainda assim, é importante ressaltar que o município não dispõe de aterro sanitário. Outro dado importante é o

percentual de domicílios com energia elétrica. O município de Lençóis registra mais de 76,81%% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, inferior à média estadual. O estudo não indica se as residências utilizam os serviços de energia de forma legal ou ilegal.

Já no levantamento percentual de pessoas que vivem em domicílio com telefone, as taxas se reduzem bastante, indicando um percentual de 11,37% enquanto 21,86% refletem a média estadual. Quanto à condição de moradia revela uma situação favorável no município, indicando que 73,42% das pessoas, residem em domicílio / terrenos próprios e quitados, valor próximo à média estadual de 76,05% (Tabela 7).

Tabela 7 - Município segundo serviços e infra-estrutura, 2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	% de pessoas que vivem em domicílios com telefone	% de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados
Estado da Bahia	56,01	85,21	80,97	21,86	76,05
Lençóis	42,84	72,52	76,81	11,37	73,42

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

As condições de vida da população se agravam quando o tema é saúde. Analisando a saúde a partir da oferta de serviço médico, temos que para cada um mil habitantes, deve-se dispor de um médico, condição não verificada em Lençóis ou na Bahia (Tabela 8).

Tabela 8 - Saúde, segundo quantidade de médicos residentes por mil habitantes, 2000.

Município	Número de médicos residentes por mil habitantes
Estado da Bahia	0,64
Lençóis	0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

3.3. O CONJUNTO DA ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL

Esse conjunto é composto por dois Subsistemas: o da Superestrutura e o da Infra-estrutura (Figura 35).



Figura 35 - Conjunto da Organização Estrutural. Beni, 2002.

3.3.1 – Subsistema da Superestrutura

Beni (2002. p.99), refere-se à complexa organização tanto pública quanto privada que permite harmonizar a produção e a venda de diferentes serviços do Sistor. Compreende a política oficial de Turismo e sua ordenação jurídico-administrativa que se manifesta no conjunto de medidas de organização e de promoção dos órgãos e instituições oficiais, e estratégias governamentais que interferem no setor.

Neste vetor de operação do sistema, integram-se as ações de organização, planejamento estratégico, gestão e operação da atividade do Turismo. Beni (*op. cit.* p. 276), afirma que é a partir desse componente que se processa a administração do Sistor, a qual se ocupa das decisões que, em matéria de desenvolvimento turístico, são orientadas e determinadas por toda a estrutura institucional oficial pública do setor. “Pode-se conceituar esse operador do Sistor como o processo destinado a determinar os objetivos gerais de desenvolvimento do turismo, suas políticas e as estratégias que

nortearão os aspectos relativos a investimentos, uso e ordenamento dos recursos utilizáveis para este fim”.

Em Lençóis, esse subsistema reúne as diversas instâncias de governança, compreendendo o setor público municipal que inclui o poder executivo representado pela Prefeitura Municipal e as Secretarias de Educação; de Saúde; de Administração; de Turismo, Cultura, e Meio Ambiente (incluindo um Posto de Informação Turística em parceria com o Governo do Estado); de Bem Estar Social; de Finanças; e Terminal Rodoviário. O poder legislativo é representado pela Câmara de Vereadores com nove representantes incluindo o presidente da casa.

O setor público estadual faz-se presente através da Companhia de Ação Regional – CAR órgão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; do Centro de Recursos Ambientais – CRA – ligado à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Delegacia de Proteção ao Turista – Deltur da Secretaria de Segurança Pública; a Coordenadoria de Educação, e a Casa de Cultura Afrânio Peixoto ligada à Secretaria da Cultura e Turismo. Conselho Tutelar de Amparo à Infância e Juventude. O Poder Judiciário é representado pelo Tribunal de Justiça da Bahia - Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros e ainda pelo Ministério Público.

O Banco do Brasil, o Bradesco e a Caixa Econômica Federal compõem o quadro das Instituições Financeiras em Lençóis. Entre os veículos de comunicação encontram-se a Rádio Comunitária e o jornal Avante Lençóis. A administração do Terminal Aéreo, Aeroporto da Chapada Diamantina Coronel Horácio de Matos, é de responsabilidade da Sinart, Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico.

No Terceiro Setor destacam-se as Organizações Não Governamentais, ONGs, Associação Grãos de Luz e Griô, Creche Mãe Fifa, Avante Lençóis, Fundação Cultural Steve Horman, Fundação Chapada Diamantina, Instituto Barro Branco, IBBIO,

e ainda a Brigada Voluntária de Combate a Incêndios Florestais de Lençóis – entidade de utilidade pública - Sociedade Philarmônica Lyra Popular de Lençóis, ACLV - Associação dos Condutores Visitantes de Lençóis, Sociedade União dos Mineiros e a Associação Cooperativa de Artesanato Lençóis, atualmente inativa.

Por ser uma cidade tombada como patrimônio nacional, Lençóis abriga uma sede regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, representando o Setor Público Federal que também se faz presente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, Governo Federal, está investindo R\$ 4 milhões para recuperar o Patrimônio Histórico de Lençóis. Os imóveis de uso público, tombados pelo IPHAN, são os principais contemplados através do programa que conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, além do próprio Governo Federal. Do levantamento feito por uma equipe técnica sobre os imóveis a serem restaurados, quatro projetos foram concluídos e aguardam liberação para serem executados, são eles: Teatro de Arena, nova sede da Prefeitura, Igreja de Nosso Senhor dos Passos, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Avenida Senhor dos Passos, em processo de licitação. Três obras já foram concluídas: o Mercado Municipal – adaptado para espaço cultural -, a Ponte sobre Rio Lençóis e a antiga sede da Prefeitura Municipal que abrigará o Museu da Cidade. Atualmente a cidade conta com quatro obras em recuperação: a Biblioteca Urbano Duarte, o Arquivo Público, a Casa de Cultura Afrânio Peixoto – que contará com um auditório - e a sede do Iphan. Todas as obras são fiscalizadas por uma comitiva em que participam um membro do Iphan, do Governo do Estado e do Programa Monumenta.

Segundo Gabriel Gonsalves, diretor de Conservação e Restauração e responsável pelo Programa Monumenta na Bahia, as obras são executadas nos conjuntos de

monumentos nacionais tombados pelo Iphan e situados dentro dos perímetros urbanos. Por isso, objetivam ampliar o retorno econômico e social do investimento para que o imóvel seja permanentemente conservado.

O Programa tem por meta recuperar as edificações da cidade e incentivar a população a dar seguimento ao processo de recuperação do seu patrimônio. Na seqüência, o Programa também pretende qualificar profissionais locais com capacidade para trabalhar nos monumentos e, com isso, resgatar o conhecimento de sua herança cultural.

3.3.2 Subsistema da Infra-estrutura

Neste subsistema, o que se analisa em maior detalhe, segundo Beni (2002) “é a infra-estrutura de acesso com seus componentes viário e de transportes e a infra-estrutura urbana, ou seja, aquela que reúne as condições básicas de habitabilidade e apoio aos equipamentos e serviços turísticos”. Faz-se necessário não só distinguir a infra-estrutura geral da específica como também investigar se o investimento foi provocado pelo processo de ocupação turístico-recreativa do território. A característica fundamental da infra-estrutura geral é que o investimento serve ao setor de Turismo incidentalmente, ao mesmo tempo em que a todos os demais setores: indústria, comércio, agricultura, áreas residenciais e outros.

A infra-estrutura geral de acesso a Lençóis consiste na rede viária e de transportes, no sistema de telecomunicações, de distribuição de energia, de água, de captação de esgotos e outros, sem os quais nenhuma classe de consumidor disporia dos serviços públicos básicos. [...] Quanto à infra-estrutura específica, pode ser dividida em duas classes distintas, que às vezes se sobrepõem: a primeira está relacionada com a

situação do investimento e a segunda, com o Turismo como forma particular de atividade econômica. Para as duas o critério é o mesmo, ou seja, a demanda. (Beni, 126 e 127).

As infra-estruturas, de acordo com Rodrigues (2001) são importantes elementos do espaço do turismo. Além da infra-estrutura de acesso, representada pela rede de transportes e de comunicações, costuma-se, nos trabalhos de diagnósticos turísticos, inventariar a infra-estrutura urbana, tais como rede de água, de energia, de abastecimento, de saneamento básico, de coleta de lixo e de esgoto. Os serviços de apoio ao turismo, nomeadamente segurança, comunicação e saúde, também podem ser classificados como pertencentes à infra-estrutura. Este elemento que parece simples é bastante complexo, pois o seu volume e conteúdo devem estar dimensionados de acordo com a demanda, pelo menos com a demanda atual do núcleo turístico. Mas, basta uma campanha publicitária contemplar determinado lugar para que a demanda se avolume desmesuradamente, rompendo o equilíbrio entre oferta e demanda, às vezes cuidadosamente estudado pelos planejadores – prova cabal de que a razão instrumental nem sempre funciona.

Quanto ao acesso, a infra-estrutura geral de Lençóis é composta por rede viária – BR-242, BR-116, BA- 850, cujo estado de conservação varia a depender da vontade política dos governantes. Exemplo disso é o péssimo estado de conservação da BR-242 (considerada uma das principais rodovias federais que faz a ligação Leste – Oeste, ou seja, da primeira à atual capital do País (Figuras 36, 37). A falta de conservação dessa rodovia nos últimos anos foi responsável pela retração do fluxo turístico rodoviário, notadamente daquele proveniente de Brasília, Goiânia, Palmas e ainda de Salvador. Em consequência das dificuldades de tráfego causadas pela precariedade da rodovia, um outro fator de risco agregou-se ao primeiro: a falta de

segurança. Nos últimos anos aumentou o número de assaltos em ônibus de linha, caminhões e veículos particulares ao longo da BR-242.



Figuras 36 e 37 - BR-242. Fotos: Lílian Andrade, 2003.

O transporte rodoviário para a cidade de Lençóis é feito pela empresa inter-regional Real Expresso que detém o monopólio da linha com 03 horários diários: 7hs, 13h30 e 23h30. A infra-estrutura rodoviária se completa com uma precária estação de transbordo de passageiros na sede do município. O equipamento possui um guichê para venda de passagens, um sanitário público misto e uma lanchonete que só funciona nos horários de saída dos ônibus.

Inaugurado em julho de 1998, o Aeroporto da Chapada Diamantina Coronel Horácio de Matos, possui a segunda maior pista de pouso do Estado e toda a estrutura para escalas diárias de vôos nacionais. São 2.080 metros de comprimento com 30 metros de largura, e mais 120 metros de pista para manobras, capaz de receber aviões do tipo Boeing-737, 400 e 700 e Airbus A-310 e A-320, com até 170 passageiros.

O aeroporto é administrado pela Sinart, que mantém convênio com a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia, Agerba, para a manutenção e operação da estação de rádio. Desde a sua inauguração diversas companhias de aviação regional operaram

temporariamente vôos a partir de São Paulo e Brasília, porém nenhuma se consolidou definitivamente. A empresa Linhas Aéreas Pantanal foi a empresa que manteve um vôo semanal por mais tempo, seis anos. No último ano a Ocean Air manteve um vôo de segunda a sexta-feira fazendo a rota Salvador – Lençóis-Barreiras-Brasília (ida e volta), suspenso em março deste ano. Atualmente a mesma empresa mantém um vôo aos sábados, Salvador-Lençóis-Salvador. Durante a alta estação de julho uma grande operadora de turismo nacional, a CVC, faz vôo de fretamento semanal direto de São Paulo.

Desde a sua inauguração, o movimento de aeronaves e de passageiros no aeroporto de Lençóis sofre oscilações em função da falta de regularidade de vôos ainda que nos períodos de alta estação. De acordo com a Sinarte, o número de vôos (pousos e decolagens) em janeiro e dezembro foi de 1.670 em 99; 2.432 em 2000; 2.366 em 01; e 1.938 em 02. No mesmo período, o movimento de passageiros variou de um total de 3.820 passageiros em 99; para 9.052 em 2000; 7.459 em 01; e 7.667 em 02.

O sistema de telecomunicações funciona com telefonia fixa em todo o município (operado pela empresa Telemar) e todas as operadoras móveis - Oi, Vivo, Tim, Claro – na sede do município, sendo que a Vivo também funciona no distrito de Otaviano Alves. A distribuição de energia elétrica é de responsabilidade da Coelba. Em 2001 os consumidores de energia elétrica somavam 4.091 (SEI, 2001), distribuídos em 1.632 comerciais, 1.562 residenciais, 157 da zona rural e 740 outros.

O sistema de distribuição de água é operado pela Empresa Baiana de Água e Saneamento, Embasa, que utiliza o manancial do rio Serrano (barragem de nível) com vazão de 60m³/h (108m³/h); há redução na oferta de água tratada nos períodos secos e a rede atinge praticamente 100% das edificações. Há dificuldades de atendimento nas áreas mais altas e na maioria das casas sem reservação. No distrito de Otaviano Alves,

Tanquinho, o sistema é operado pela Embasa e foi recentemente ampliado, com captação direta num poço na margem do rio Santo Antônio; a rede atende praticamente 100% dos domicílios e foram identificados problemas na captação durante enchentes. No distrito de Afrânio Peixoto, Estiva, o Sistema é operado pela Prefeitura Municipal de Lençóis. A captação é feita por gravidade, na serra, sem tratamento. No povoado Quilombola de Remanso as residências utilizam água de cisternas. No computo total, 42,84% dos domicílios do município têm banheiro e água encanada (IBGE, 2002).

O sistema de esgotamento sanitário na sede municipal foi recentemente implantado pela Embasa e a população prevista para atendimento é de 12.573 habitantes. É constituído de antigas galerias (no centro da cidade), rede coletoras, interceptores na margem direita do rio Lençóis e na margem esquerda do rio Lava-pés, Estação Elevatória – EE, e Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, a 4 km do centro da cidade - dois módulos em paralelo: lagoa facultativa, lagoa de polimento e leitos de secagem lodo. O corpo receptor é o rio São José. Em Tanquinho não existe sistema de esgotamento sanitário e os efluentes dos banheiros são encaminhados para fossas sépticas e os da cozinha são lançados a céu aberto. Na maioria das edificações de Estiva e Remanso acontece a mesma situação, porém algumas casas não possuem sanitários.

O Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Lençóis é responsável pelos serviços de coleta de lixo no município. Na última década a cobertura cresceu de 28,1% em 1991 para 55,8% em 2000 no município e 37,6% para 80,3% na sede (IBGE, 2000). Atualmente dispõe de um caminhão caçamba. Na sede do município a coleta é realizada de segunda a sábado; existem 26 cestas de lixo para acondicionamento espalhadas pela cidade; a varrição é realizada diariamente no centro da cidade, sendo irregular nas outras áreas.

A infra-estrutura específica está relacionada com o Turismo como forma particular de atividade econômica e será tratada como Oferta Técnica, no Conjunto das Ações Operacionais.

3.3.3 As ações do planejamento público - o PRODETUR

Para atender a uma demanda crescente, o poder público e, mais especificamente, o Governo do Estado criou o Programa de Desenvolvimento do Turismo, Prodetur, um programa multisetorial de ação do governo - financiado pelo BID, com a contrapartida do Governo Federal e Estadual - que definiu Zonas Turísticas Prioritárias e para elas propôs implantar infra-estrutura, proteger o meio ambiente, capacitar mão-de-obra e promover seus produtos turísticos no mercado nacional e internacional. Em sua primeira fase, o Prodetur investiu em Lençóis US\$ 7,47 milhões na construção do Aeroporto Horácio de Matos, e no diagnóstico, zoneamento e plano de manejo das Áreas de Proteção Ambiental Marimbus - Iraquara e Serra do Barbado (no Circuito do Ouro – único investimento fora de Lençóis), com publicação da síntese do plano de manejo da primeira.

Todos os investimentos realizados nessa categoria são da esfera pública e foram motivados pelo viés do turismo, com destaque para a construção do Aeroporto de Lençóis no total de US\$ 7.469 milhões, com recursos do Prodetur I; além desse, também já foram investidos US\$1.191 milhão na ampliação do sistema de energia elétrica; US\$ 263 mil na recuperação do hospital municipal; no saneamento básico foram investidos US\$ 461 mil na rede de abastecimento de água e US\$ 940 mil em esgotamento sanitário ainda em execução.

De acordo com a avaliação crítica do PDITS da Chapada Diamantina, realizada pela Fundação Getúlio Vargas, em relação aos investimentos específicos do

Prodetur/NE I na área objeto de estudo é necessário salientar que grande parte das intervenções propostas, quando de sua elaboração, não foram de fato implementadas. Neste sentido, haviam sido previstos investimentos na ordem de US\$ 53,5 milhões, entretanto, apenas US\$ 7,538 milhões foram efetivamente investidos. Entre os projetos propostos para o setor de transportes, foi realizado 100% da construção do Aeroporto Horácio de Mattos, em Lençóis, que foi inaugurado no 2º semestre de 1998, com um investimento total de US\$ 7.469 milhões. Em relação aos projetos na área de meio ambiente, foram realizados os Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Marimbus Iraquara e da Área de Proteção Ambiental da Serra do Barbado, com investimento total de US\$ 69.635,88.

Apesar de poucas intervenções terem sido de fato implementadas no Pólo Turístico Chapada Diamantina no âmbito do Prodetur/NE I, outros investimentos públicos do Governo do Estado da Bahia foram realizados na área objeto de estudo a partir do ano de 1991. Do total de investimentos previstos para o período entre os anos de 1991 e 2005 (US\$ 170.619.000,00), 55,2% correspondem a obras já concluídas, 43,7% a obras em fase de elaboração de projetos e 1,2% encontram-se atualmente em execução (Tabela 9). Desta forma, foram alocados recursos públicos, desde o ano de 1991, em projetos no setor de transportes, obras de energia elétrica, saneamento, entre outras áreas. Todavia, destaca-se que os projetos nas áreas de preservação ambiental, recuperação urbanística e do patrimônio histórico receberam um percentual reduzido de recursos (cerca de 1,1% dos projetos concluídos), o que reforça a importância de novos investimentos nestas áreas.

Quanto aos indicadores demonstrativos de resultados do desenvolvimento do turismo referentes aos investimentos realizados pelo Prodetur/NE I, entende-se que foram diminutos devido à sua abrangência e significância – relacionados unicamente ao

Aeroporto de Lençóis. (Prodetur/NE II PDITS Chapada Diamantina 1. Resumo Executivo – Tabela 9)

Tabela 9 - Investimentos Públicos em Lençóis. 2004.

Setor	Gestor	Nome do Projeto	Situação	Período	Data Conclusão	Valor (US\$ Mil)		
Transportes	Derba	Melhoria da Rodovia Tanquinho de Lençóis a Andaraí	em Projeto	2003	2007	12	2005	2.900
		Rodovia Lençóis – Andaraí (Tanquinho – Via Lagoa Encantada)	em Projeto	2003	2007	12	2005	2.900
		Terminal Rodoviário de Lençóis	em Projeto	2003	2007	12	2005	140
							5.940	5.940
Recuperação do Patrimônio Histórico	Ipac	Pintura Fachadas do Centro Histórico	Concluído	1995	1998	10	1997	150
		Fachadas de Lençóis	Concluído	1995	1998	6	1998	250
		Recuperação do Mercado Municipal de Lençóis	Concluído	1995	1998	7	1995	8
		Recuperação Casa Av. 7 de Setembro, Lençóis	Concluído	1995	1998	12	1996	95
		Mercado de Lençóis – Monumenta	Concluído	2003	2007	11	2003	160
							663	663
Recuperação Urbanística	S.C.T.	Plano de Referência Urbanística Ambiental	Concluído	1995	1998	4	1997	94
	Conder	Recuperação Urbanística da sede	em Projeto	2003	2007	12	2005	400
		Urbanização de Tanquinho	em Projeto	2008	2020	12	2005	100
							500	500
Energia Elétrica	Coelba	Se- Lençóis-El 34,5 Kv	Concluído	1991	1994	4	1991	195
		Troca Trafo- Se- Lençóis	Concluído	1991	1994	3	1992	207
		Ampliação Sistema de Energia	Concluído	1991	1994	1	1994	318
		Ses Lençóis – Ampliação	Concluído	1995	1998	11	1998	420
		Ampliação Sistema Energia	Concluído	1995	1998	11	1997	43
		Ampliação Sistema Energia	Concluído		1998	12	1996	8
							1191	1191
Energia Elétrica	Seinfra - Supec	Iluminação de Monumentos .Históricos	em Projeto	2003	2007	12	2006	430
		Iluminação Especial de Lençóis	em Projeto	2003	2007	12	2006	100
							530	530
	Secretaria da Saúde	Recuperação Hospital Municipal de Lençóis	Concluído	1995	1998	5	1998	263
	SCT - Bahiatur	Sinalização Turística da Chapada Diamantina	em Projeto			12	2005	1.130
Outros	SCT	Implantação de Centro Turístico - Ambiental do Mucugezinho	em Projeto	2008	2020	12	2008	382
		Implantação de Centro de Informação Turístico – Ambiental	em Projeto	2003	2007	12	2005	80
							1.592	1592

Preservação Ambiental	Semarh	Implantação da APA Marimbus - Iraquara	em Projeto	2003	2007	12	2005	500	500
Limpeza Urbana	Conder	Elaboração e Implantação de Plano Diretor de Limpeza Urbana e Aterro Sanitário	em Projeto	2003	2007	12	2005	75	75
Saneamento	Embasa	Sistema de Esgotamento Sanitário – Sede	em Projeto	2003	2007	12	2005	1.800	1800
		Sistema de Abastecimento de Água	Concluído em	2003	2007	12	2003	461	
		Sistema de Esgotamento Sanitário	Execução	2003	2007	12	2005	940	
								1401	1401
Sistema Aeroportuário	Derba	Aeroporto da Chapada Diamantina (Construção)	Concluído	1995	1998	7	1998	7.469	7469
Total									22.018

Fonte SCT-Suinvest

3.4. O CONJUNTO DAS AÇÕES OPERACIONAIS

Analisa-se no Conjunto das Ações Operacionais (Figura 39) os subsistemas do Mercado, da Oferta, da Demanda e da Distribuição e suas interações em função do consumidor, da compra e venda do produto.



Figura 38 - Conjunto das Ações Operacionais. Beni, 2002

3.4.1 Subsistema de Mercado

Do ponto de vista geográfico o mercado será maior ou menor se forem numerosas ou escassas as pessoas que demandam os bens envolvidos no processo de

comercialização. Beni (2002), afirma que o mercado não se situa em um espaço físico determinado. Esse sentido de localização física pertence ao conceito popular. A área que ele abrange varia para cada bem ou serviço existindo, assim, mercados mundiais para certas mercadorias que são vendidas em larga escala; e mercados regionais para produtos vendidos em pequenas transações. Para Beni (2002), os mercados de Turismo se caracterizam pela capacidade de influenciar na demanda, usando práticas enganadoras como diferenciação do produto, marcas e propaganda; por restrições ao ingresso de competidores; pela existência generalizada de incerteza e conhecimento imperfeito sobre preços e lucros e pela ausência de competição de preços, e em que há possibilidade de produção de substitutos.

Para cada produto turístico é possível identificar um tipo de mercado, real e potencial. Necessitando aqui o cruzamento de informações sobre o perfil da oferta e da demanda. Os produtos não são homogêneos e intercambiáveis, mas diferenciados. Cada empresa vende um produto que de certo modo se traduz como único e diferenciado dos demais.

Como essa forma de mercado se aplica aos compradores e, seguindo os resultados de pesquisas da Bahiaturisa (2002), sobre mercados emissores de turistas para Lençóis, para análise da força mercado, foi adotado o termo Mercado - Cliente, levando em conta os mercados emissores de turistas para Lençóis. As informações apresentadas constam da Pesquisa de Demanda Turística de Lençóis, realizada pela Bahiaturisa.

Em 2002 (Tabela 10), São Paulo representou o principal mercado emissor nacional de turistas para Lençóis com participação de 41,1% do fluxo global, enquanto a França destacou-se entre os estrangeiros com participação de 2,5%. Oito mercados emissores nacionais foram responsáveis por mais de 80% do fluxo de turistas que

visitaram o destino, enquanto outros oito emissores internacionais somaram 12,5% de participação e atingiram juntos, 92,8% do total de turista para Lençóis.

Tabela 10 - Quem são os clientes/mercados emissores para Chapada Diamantina?

Destino	Lençóis			
Ano 2002	Fluxo Global	78.030	Turistas	
	Nacional	%	Internacional	%
	São Paulo	41,1	França	2,5
	Bahia	18,3	Suíça	2,0
	Rio de Janeiro	9,4	Holanda	2,0
	Minas Gerais	5,0	EUA	2,0
	Goiás	2,5	Portugal	1,0
	Pernambuco	1,5	Itália	1,0
	Rio Grande Sul	1,5	Áustria	1,0
	Distrito Federal	1,0	Argentina	1,0
		80,3		12,5

Fonte: Bahiatursa. Elaboração: Lílian Andrade

De acordo com os dados disponíveis na Tabela 11, o destino Lençóis, obteve nos últimos 5 anos, em média, US\$10,17 milhões em receita turística.

Tabela 11 - Qual a receita turística para Lençóis nos últimos 5 anos?

Receita Turística					
Ano	1999	2000	2001	2002	2003
US\$ milhões	10,63	10,71	10,55	11,46	13,01

Fonte: Bahiatursa. Elaboração: Lílian Andrade

A Fipe – USP, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2001) e a OMT – Organização Mundial de Turismo (1999), realizaram estudos que possibilitaram uma interpretação quanto ao tamanho de cada mercado emissor a partir da propensão de viajar e do número de viagens de longa distância, respectivamente.

No âmbito nacional, o mercado paulista destaca-se dos demais por apresentar um universo potencial de 6,28 milhões de pessoas, cujo montante potencial de receita é superior a US\$ 1,5 bilhão. Já no internacional, os Estados Unidos representam o maior potencial de turistas e receitas com 34,2 milhões de turistas

dispostos a realizar viagens de longa distância e gastar cerca de US\$ 16 bilhões. De acordo com os dados da Tabela 12, se toda a receita disponível fosse dividida igualmente para os 6,28 milhões de turistas potenciais, os paulistas teriam disponível US\$240,00 por viagem e os americanos US\$468,00, por exemplo.

Tabela 12 - Qual o tamanho de cada mercado emissor (fluxo e receita)?

Nacional 2001	Universo Potencial de Turistas (milhões)	Universo Potencial de Receita (milhões US\$)	Internacional 1999	Universo Potencial de Turistas LD (milhões)	Universo Potencial de Receita (milhões US\$)
São Paulo	6,28	1.571,57	França	7,30	2.083,64
Bahia	1,59	209,20	Suíça	1,50	1.160,72
Rio de Janeiro	2,67	653,88	EUA	34,20	16.185,15
Minas Gerais	1,60	372,05	Portugal	0,20	100,65
Goiás	0,36	60,13	Itália	3,60	1.388,02
Pernambuco	0,78	137,08	Argentina	5,70	3.326,06
Rio Grande do Sul	0,89	448,12	Alemanha	8,47	4.903,11
Distrito Federal	0,62	139,28		60,97	29.147,35
	14,79	3.591,30			

Fonte: Fipe/USP, 2001. Elaboração: Lílían Andrade

Fonte: OMT, 1999.

. A Tabela 13, a seguir apresenta o motivo de viagem, fator econômico que determinou o investimento / viagem. O principal motivo de viagem dos turistas que visitaram Lençóis em 2002, foi passeio (85%), seguido de visita a parentes e amigos (4,5%). A motivação da viagem, fator psicológico, que reflete o interesse direto e atratividade, não são ainda encontrados na forma de estatística.

Tabela 13 - Quais os motivos de viagem e seus respectivos percentuais?

Lençóis	MOTIVOS	2002
1	Passeio	85,0%
2	Visita a amigos/parentes	4,5%
3	Negócios	1,5%
4	Congressos/convenções	1,0%
5	Saúde	0,5%
6	Religião	0,0%
7	Outros	0,0%

Fonte: Bahiatursa, 2002. Elaboração: Lílían Andrade

3.4.2 Subsistema da Demanda

Demanda é a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam e podem comprar a um dado preço, em um dado tempo. A demanda é determinada pelo preço do bem ou serviço sob análise, valor de outros bens ou serviços substitutivos ou complementares, nível e distribuição de renda, número e idade dos consumidores, preferências, fatores de moda e outros. Para analisar a Demanda para Lençóis, foram levados em conta os mercados emissores de turistas para Lençóis. As informações apresentadas constam da Pesquisa de Demanda Turística de Lençóis, realizada pela Bahiatura em 2002.

Os procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa englobaram a coleta de dados, com a aplicação de questionário estruturado aos turistas que atendessem às pré-condições definidas como necessárias à inclusão na amostra. O modelo amostral escolhido pela Bahiatura foi o probabilístico aleatório simples, por se afigurar como o mais apropriado para a representação da realidade estudada. A denominação “Turismo Receptivo”, segundo a OMT, é aquele gerado por visitantes que se deslocam para fora da sua residência permanente, pelos motivos os mais diversos, permanecendo por mais de 24 horas e menos de 01 ano no local visitado, sem que seja exercida qualquer atividade remunerada. Visando ainda assegurar uma fiel reprodução da situação investigada, a coleta de dados se deu na Rodoviária de Lençóis, na saída da cidade e no Aeroporto da Chapada Diamantina Coronel Horácio de Matos, totalizando 202 questionários.

O resultado condensado apresenta o perfil do turista nacional em visita a Lençóis. De acordo com esse estudo, os mineiros se destacam com maior renda média (US\$2.107), apesar dos gaúchos registrarem o Gasto Médio Diário Individual, GMDI,

mais alto (US\$100,70); já a liderança quanto à permanência média é dos goianos (9 dias) em relação aos demais estados (Tabela 14).

Tabela 14 – Perfil do turista nacional

Estados	Sexo (em %)		Idade Média	Renda Média (em US\$1,00)	GMDI US\$ (em US\$1,00)	Permanência Média (em dias)
	Feminino	Masculino				
SP	57,8	42,2	35	1.568,00	39,10	6,0
BA	48,6	51,4	28	761,00	13,00	4,5
RJ	52,6	47,4	34	1.146,00	35,90	6,6
MG	50,0	50,0	42	2.107,00	33,80	5,6
GO	60,0	40,0	21	450,00	17,40	9,6
PE	33,3	66,7	24	1.619,00	21,20	7,3
RS	-	-	39	946,00	100,70	5,0
DF	-	-	43	1.429,00	29,60	5,5

Fonte: Bahiatursa, 2002. Elaboração: Lílian Andrade.

Considerando as características da viagem (Tabela 15), a pesquisa forneceu informações como a preferência por ônibus de linha, exceto para o mercado paulista e mineiro, para os quais prevalece a opção avião. Vale ressaltar que paulistas e mineiros em sua maioria utilizou o avião como meio de transporte e o hotel como meio de hospedagem. A soma dos percentuais de cada característica é de 100%, devendo ser somado a cada mercado o item referente a “outros”. Paulistas, mineiros e brasilienses foram os que mais utilizaram os serviços de agências de viagem. As belezas naturais são o principal fator de motivação para todos os mercados apresentados, sendo que São Paulo divide a preferência com ecoturismo (37,1%).

Tabela 15 – Características da viagem

UF	Transporte (em %)			Hospedagem (em %)			Forma de Organização Viagem (em %)		Motivação do Passeio (em %)			
	Bus linha	Automóvel	Avião	Hotel	Pousada	Camping	C/ Agencia	S/ Agencia	Beleza Natural	Ecoturismo	Tur. Rural	História
SP	21,7	8,4	59,0	49,4	34,9	-	62,7	37,3	61,4	37,1	-	-
BA	73,0	27,0	-	5,4	59,5	5,4	-	100	82,1	17,9	-	-
RJ	63,2	5,3	26,3	21,1	68,4	-	26,3	73,7	88,2	5,9	-	-
MG	10,0	20,0	30,0	80,0	20,0	-	50,0	50,0	70,0	30,0	-	-
GO	40,0	60,0	-	-	40,0	-	-	100,0	75,0	25,0	-	-
PE	100	-	-	-	100	-	-	100	-	100	-	-
RG	66,7	-	33,3	33,3	33,3	-	33,3	66,7	100	-	-	-
DF	-	-	-	-	100	-	50,0	50,0	50,0	50,0	-	-

Fonte: Bahiatursa, 2002. Elaboração: Lílian Andrade.

Analisando o perfil do turista estrangeiro que visita Lençóis, os alemães destacam-se como os de maior renda média (US\$ 2.500), apesar dos argentinos registrarem o GMDI mais alto (US\$ 85,20) e os americanos representarem a maior taxa de permanência média (18,8 dias) em relação aos demais países (Tabela 16).

Tabela 16 – Perfil do turista estrangeiro

Países	Sexo (em %)		Idade Média	Renda Média (em US\$1,00)	GMDI US\$ (em US\$1,00)	Permanência Média (em dias)
	Feminino	Masculino				
Portugal	100,0	-	37	536	29,90	3,0
Itália	100,0	-	37	1.996	22,50	3,5
França	40,0	60,0	39	1.429	19,20	5,6
EUA	50,0	50,0	26	-	12,50	18,8
Argentina	-	100,0	26	-	85,20	3,0
Alemanha	50,0	50,0	37	2.500	25,50	-

Fonte: Bahiatursa, 2002. Elaboração: Lílian Andrade.

Considerando a Tabela 17, a opção “ônibus linha” é o meio de transporte mais utilizado para chegar ao destino Lençóis. A preferência por meio de hospedagem, bem como a forma de organização da viagem, estão divididas homogeneamente. Enquanto “beleza natural” é a principal motivação entre os mercados internacionais, exceto Itália que escolhe o ecoturismo.

Tabela 17 – Características da viagem

País	Transporte (em %)			Hospedagem (em %)			Forma de Org. Viagem (em %)		Motivação do Passeio (em %)			
	Bus linha	Auto móvel	Avião	Hotel	Pousada	Camping	C/ agencia	S/ Agencia	Beleza Natural	Ecoturismo	Tur. Rural	História
Portugal	100	-	-	50	50	-	50	50	100	-	-	-
Itália	100	-	-	50	-	-	50	50	-	100	-	-
França	80	-	20	-	80	20	-	100	100	-	-	-
EUA	75	-	25	25	25	25	-	100	75	25	-	-
Argentina	100	-	-	-	100	-	-	100	100	-	-	-
Alemanha	50	-	-	50	-	50	50	50	100	-	-	-

Fonte: Bahiatursa, 2002. Elaboração: Lílian Andrade.

3.4.3 Subsistema de Distribuição

O processo de distribuição, no Sistor, é o conjunto de medidas tomadas com o objetivo de levar o produto ou serviço do produtor ao consumidor. Esse subsistema

compreende desde a escolha dos canais, seleção de intermediários, seleção da oferta; programação de visitas, prospecção e entrega da oferta aos intermediários, venda, estimulação das vendas, relatório das vendas, análise e controle de vendas. Beni (2002), informa que na comercialização do produto turístico, a definição do processo de distribuição constitui a estratégia de marketing.

Em se tratando do destino Lençóis, no contexto da zona turística Chapada Diamantina, a distribuição é feita de duas formas: a primeira, institucional, é promovida pelo Governo do Estado através da Bahiatursa (empresa de economia mista responsável pelo marketing turístico institucional) no mercado nacional e internacional. Cabe destacar que as ações de promoção institucional contemplam todas as zonas turísticas do Estado, não havendo qualquer ação específica para a Chapada Diamantina, muito menos para Lençóis.

São os seguintes os canais de distribuição no mercado nacional e internacional (Bahiatursa, 2000): Empresas aéreas; Operadores e Agentes de Viagens; empresariado turístico local e brasileiro; Imprensa; Consumidor final; Autoridades Aeronáuticas; Representações Diplomáticas; Empresas promotoras de eventos; empresas e operadores de cruzeiros marítimos; *convention bureau* (responsável pela captação de congresso e eventos); *incentive houses* (empresas realizadoras de viagens de incentivo). Com todos esses canais a Bahiatursa participa e / ou promove eventos em parceria além de desenvolver ações para veiculação de mídia publicitária conjunta.

A segunda forma de distribuição é feita isoladamente por alguns empreendimentos turísticos de Lençóis. Em se tratando de veiculação na mídia, apenas um hotel (de rede), o Portal de Lençóis, investe em propaganda cerca de R\$30 mil por mês, em *out-doors* em Salvador, caderno de turismo do Jornal A Tarde e na Rádio Metrópole. O proprietário da rede hoteleira Portal, Marcos Pedreira, informa que são

pelo menos quatro campanhas publicitárias durante o ano que faz somente para promover o destino Lençóis e o próprio empreendimento, num investimento anual, total, de cerca de R\$360 mil. Ele lembra que já realizou campanha onde seu empreendimento fez até o papel do governo, anunciando a melhoria das estradas. “No final, todos se beneficiam com as nossas campanhas, mas quem está pagando a conta sozinho, somos nós”.

Nos últimos anos, com o advento da rede internacional de comunicação, algumas pousadas e agências de turismo receptivo investiram em *sites* na internet, onde promovem não só seus empreendimentos como o destino Lençóis, Chapada Diamantina. Há também alguns empresários estrangeiros, ingleses principalmente, que se relacionam com guias turísticos internacionais a exemplo do *Lonely Planet*, responsável por grande parte do fluxo de turistas europeus (mochileiros).

3.4.4 Subsistema da Oferta

De acordo com Beni, (2002, p. 146) Oferta é a quantidade de um bem ou serviço que chega ao mercado por um dado preço em um dado período de tempo. O conceito de oferta em Turismo é mais amplo que a simples produção de bens e serviços, pois abrange instalações e equipamentos. Os insumos básicos dessa produção denominam-se recursos e atrativos turísticos. O processo de turismo corresponde exatamente à estrutura de produção da atividade turística onde, no Sistor, os fatores de produção são combinados para resultar em uma unidade do produto turístico, que se expressa no mercado como bens e serviços vendidos através de demanda diversificada. No subsistema da Oferta pode-se considerar o que se denomina Oferta Diferencial e Oferta Técnica.

Entende-se como Oferta Diferencial o conjunto de recursos e atrativos; todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos para conhecê-los sendo esses naturais, histórico-culturais e artificiais. São considerados Atrativos Naturais aqueles localizados no espaço físico-geográfico, identificados como paisagem onde não houve a intervenção do homem, ainda que ele possa modificá-la a qualquer momento. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Pólo Turístico Chapada Diamantina, realizado no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil PRODETUR/NE II, cuja primeira fase ocorreu entre os anos de 1994 e 2000, foram identificados os seguintes atrativos naturais no município de Lençóis (Quadro 5).

Atrativos Naturais	Acessibilidade	Infra-Estrutura	Escala	Condições Preservação	Rigor	Categoria
*Cachoeira Capivara	Fraco	Fraco	Nacional	Bom	Difícil	Ecoturístico
*Cachoeira do Mosquito	Fraco	Fraco	Nacional	Bom	Difícil	Ecoturístico
*Cachoeira Palmital	Fraco	Fraco	Local	Bom	Difícil	Ecoturístico
*Cachoeira Primavera	Excelente	Excelente	Internacional	Bom	Médio	Ecoturístico
*Cachoeira do Sossego	Fraco	Fraco	Internacional	Bom	Difícil	Ecoturístico
*Cachoeirinha	Excelente	Excelente	Internacional	Bom	Fácil	Massa
*Gruta do Lapão	Fraco	Inexiste	Internacional	Bom	Médio	Ecoturístico
*Marimbus	Excelente	Ruim	Internacional	Bom	Médio	Ecoturístico
*Poço do Diabo	Bom	Fraco	Internacional	Bom	Médio	Massa
*Poço do Halley	Excelente	Ruim	Internacional	Regular	Fácil	Massa
*Poço do Pato	Bom	Fraco	Internacional	Bom	Fácil	Massa
**Poço Verde	Regular	Inexiste	Internacional	Bom	Difícil	Ecoturístico
*Praia do Zaidã	Regular	Ruim	Regional	Regular	Fácil	Ecoturístico
*Rio Caldeirão	Fraco	Inexiste	Nacional	Bom	Médio	Ecoturístico
*Rio Lapão	Fraco	Inexiste	Nacional	Bom	Difícil	Ecoturístico
*Rio Mandassaia	Fraco	Inexiste	Nacional	Bom	Difícil	Ecoturístico
*Rio Ribeirão	Regular	Ruim	Internacional	Bom	Médio	Ecoturístico
*Rio Roncador	Fraco	Inexiste	Nacional	Bom	Médio	Ecoturístico
*Rio Santo Antonio da Licurioba	Fraco	Inexiste	Nacional	Bom	Médio	Ecoturístico
*Rio Toalhas	Fraco	Inexiste	Nacional	Bom	Difícil	Ecoturístico
*Salão de Areia	Excelente	Ruim	Internacional	Bom	Fácil	Massa
*Trilha Cachoeira da Fumaça por baixo	Regular	Inexiste	Internacional	Ruim	Difícil	Massa
Trilha Lençóis – Capão	Regular	Inexiste	Internacional	Regular	Médio	Ecoturístico

Quadro 5 - Oferta diferencial: atrativos naturais. (atrativo: * efetivo, ** potencial, fonte PDITS)

Do quadro apresentado acima, os atrativos em negrito destacam-se como os que representam de maior atratividade para o destino. Os dois últimos (trilhas) foram acrescentados pela autora.

Os Atrativos Histórico-Culturais correspondem às manifestações sustentadas por elementos materiais que se apresentam sob a forma de bens imóveis e móveis, monumentos, manifestações e usos tradicionais e populares; realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados; Neste quadro considera-se a principal oferta o Centro Histórico de Lençóis tombado pelo IPHAN em 1973 (Figura 39);

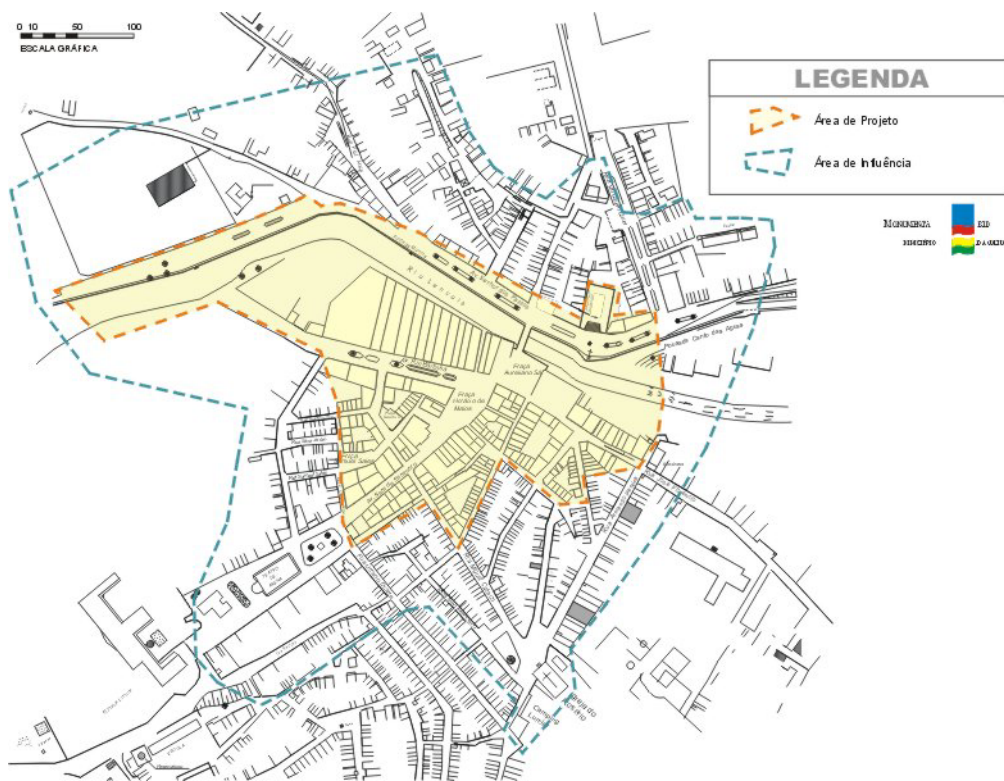


Figura 39 - Centro histórico de Lençóis. Fonte IPHAN, 2002.

O conjunto do casario colonial com suas janelas ogivais, influência da arquitetura francesa à época, compõe o centro histórico de Lençóis com destaque para o prédio construído pela família Sá para residência, doado à prefeitura por um dos seus descendentes e atualmente restaurado para abrigar o museu da cidade; a casa onde funcionou o quartel general do coronel Horácio de Matos (Figuras 40, 41, 42); o prédio do vice-consulado francês (na verdade não há qualquer registro que comprove a

existência de um vice-consulado francês, o que na verdade existiu no local foi um entreposto comercial para negociações com a Europa); A Casa de Cultura Afrânio Peixoto, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Figuras 43, 44, 45), a igreja do Senhor dos Passos, o Mercado Municipal e a ponte (Figuras 46, 47, 48).



Figura 40 - Centro Histórico.



Figura 41 - Residência da família Sá.



Figura 42 - Quartel general do Cel. Horácio de Matos.



Figura 43 - Vice-consulado francês; Figura 44 - Casa de Cultura Afrânio Peixoto; Figura 45 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário.

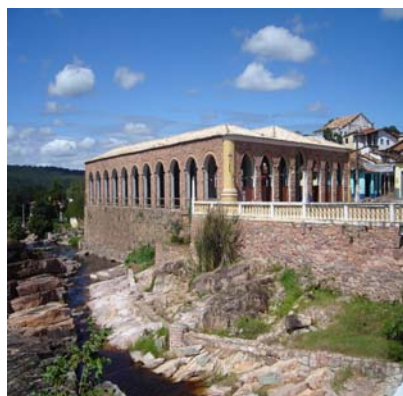


Figura 46 - Mercado Municipal; Figura 47 - Igreja Senhor dos Passos; Figura 48 - Ponte sobre o rio Lençóis. Fotos: Lillian Andrade 2004.

Vale aqui resgatar, de forma resumida, a saga do Coronel Horácio de Matos por representar um dos mais valiosos ingredientes da história e da cultura da região. A história do coronel mais famoso da Chapada Diamantina começou quando ele herdou do tio, Clementino Matos, o poder e rixas que guiariam suas atitudes até o fim da vida. O início de sua carreira foi pacífico: Horácio fez uma peregrinação pelas cidades e fazendas com a intenção de propor trégua às desavenças políticas. Entretanto, comunicado do assassinato de seu irmão Vítor por jagunços rivais, Horácio mobiliza suas influências para que os assassinos, abrigados no município de Campestre sob proteção do chefe local Manuel Fabrício, fossem julgados de acordo com a lei. Com a demora de meses para a resolução do caso, Horácio decide cercar a fazenda e vence o rival pela insistência (ele foge para um município vizinho e não retorna mais).

A vitória seguinte foi contra o coronel Militão Rodrigues Coelho, que vinha conquistando novas terras na região. Os grupos lutaram por cinco meses, resultando em 400 mortos e mais poder regional para Horácio. A influência política em Lençóis foi obtida de forma bem menos violenta: Aureliano Sá, um pacifista, optou por retirar a família das disputas e ceder o comando ao coronel Horácio de Matos. O aumento de seu poder e das regiões sob seu domínio lhe renderam os títulos de Delegado Regional da Zona Centro-Oeste e Senador Estadual. Em 1926, a pedido do Governo Federal, foi o responsável pela organização do Batalhão Patriótico das Lavras Diamantina, um exército de jagunços e militares que combateu a Coluna Prestes durante sua tumultuada passagem pela Bahia. A Coluna foi expulsa do estado e perseguida até a Bolívia, quando se dispersou e foi derrotada com ajuda do exército oficial.

Após a vitória, Horácio volta à Chapada, é recebido como herói nas terras que comandava. Com a Chapada mergulhada numa crise econômica e social que as batalhas haviam ajudado a acentuar, Horácio de Matos é nomeado Intendente de

Lençóis. Constrói estradas, escolas, calçamentos, rede elétrica e, para facilitar a circulação de dinheiro na região, chega a emitir papéis coloridos que viraram moeda corrente. Logo após a revolução de 30, contra a qual chegou a mobilizar seus homens a pedido do governo em crise, Horácio de Matos é preso e levado a Salvador. Não houve resistência, até porque todas as armas dos jagunços haviam sido apreendidas por ordem oficial e a região já estava tomada por soldados.

Aos 87 anos, o mestre de obra Olívio César Guerreiro, ainda lembra com emoção do dia em que levaram Horácio de Matos preso. “Quando ele foi preso desarmaram toda a cidade, o governo prometeu entregar em volta das armas, arma agrícola pra lavoura, então ele tinha muita confiança então cedeu, e começou a fazer cartas e bilhetes pra todo comando que ele tinha por fora, (porque ele governava essa região todinha), que o governo ia distribuir ferramentas agrícolas e aí que se deu o desarmamento; quando viram que ele não tinha nem mais um revólver, convidaram ele pra uma casa particular e lá veio um sargento de Salvador e fizeram uma reunião, quando abriram a reunião disseram que o fim daquela reunião era dar voz de prisão a ele . Ele levantou, tomou aquele choque e disse “ não é assim que se prende homem”..., quer dizer, enrolaram, envolveram ele pra no fim dar voz de prisão. Aí ele pediu pra despedir da família, aí falaram que não podia. Aí chegou um chefão também que era o Otaviano Alves (que é dono desse comércio aí) então pediu que estipulasse uma fiança e ele deu uma fiança de 400 mil réis. Quando ele entrou em casa parecia que estava saindo um caixão...”

Com uma pressão das forças conservadoras, o coronel acaba conseguindo a liberdade condicional, mas é proibido de sair da capital. Irado com o fato, o tenente Hamilton segue para o Palácio do Rio Branco, disposto a matar o responsável pela liberdade do coronel, e acaba assassinado por um guarda. O clima de rivalidade política

resulta na morte de Horácio de Matos, dois dias depois, enquanto passeava com sua filha mais velha, Horacina, no Largo Dois de Julho, em Salvador.

Também fazem parte dos atrativos históricos e culturais o calendário de festas religiosas e populares de Lençóis onde destacam-se a Festa de Senhor dos Passos (Figura 49), padroeiro dos garimpeiros, realizada durante o mês de janeiro; as festas juninas, com destaque para o São João, 24 de junho; o Auto de Natal e o Reveillon em dezembro.

As manifestações populares de maior representatividade no município são: a Marujada; o Reisado; o Jarê (Figuras 50, 51, 52); e a Phylarmônica Lyra Popular que se apresentam na



**Figura 49 - Festa do Senhor dos Passos.
Coleção Mestre Osvaldo, 1906.**



Figura 50 – Marujada.

Fotos: LÍlian Andrade, 2004.



Figura 51 – Reisado.



Figura 52 - Jarê.

Completam a oferta diferencial os saberes e fazeres ligados à cultura popular, especialmente a culinária típica e o artesanato. A culinária típica é aqui representada pelos “cortados”, com destaque para o de mamão verde, o de palma (cactácea utilizada para alimentar o gado, rica em ferro) que acompanham carne de sol e galinha de parida (galinha de ensopado cozida servida com pirão de milho); o godó de banana (prato a base de banana verde cozida com carne seca); e a salada de batata da serra (espécie endêmica). O artesanato mais característico é feito utilizando a pedra como matéria prima para porta-retratos e objetos de decoração; há também uma forte tendência de produção de artesanato a partir de materiais reciclados (Figura 53, 54).



Figuras 53 e 54 - Artesanato com material reciclado. Fotos: Lilian Andrade, 2004.

Os Atrativos Artificiais são as atividades de lazer, recreação e entretenimento, musicais, sociais e ao ar livre; eventos programados; divertimentos noturnos; artes e *hobbies*. Foram identificados os seguintes eventos programados: Festival Internacional de Amostra de Vídeos Ecológicos da Chapada Diamantina, Festival de Inverno (em sua sétima versão em 2005) e Cavalgadas.

A Oferta Técnica se refere a equipamentos e serviços turísticos representados pelo conjunto de edificações, de instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Compreendem os meios de hospedagem,

serviços de alimentação, de entretenimento, de agenciamento, de informação, sistemas de animação, guias, centros de informações turísticas, entre outros.

A Pousada de Lençóis foi o primeiro equipamento da infra-estrutura hoteleira construído e inaugurado em Lençóis em 20.02.79, pela Emtur – Empreendimentos Turísticos da Bahia S. A. Nessa época, a cidade não dispunha de telefone, abastecimento e a mão-de-obra disponível era dos garimpeiros e seus filhos. Em 1982, a pousada foi colocada à venda pelo Governo do Estado que, no ano seguinte, construiu a ponte sobre o rio São José e a BA- 850 rodovia ligando a cidade à BR-242. Ambas as ações contribuíram para aumentar a ocupação da pousada com o movimento vindo de Brasília para Salvador e assim Lençóis tornou-se parada obrigatória para os viajantes que atravessavam o estado, provenientes do Oeste em direção a Salvador. A ocupação chegava a 102, 103% e muitas vezes o proprietário da pousada repassava seus hóspedes para casas de famílias lençoenses.

A falta de acomodações para turistas fez com que famílias disponibilizassem quartos em suas residências para hospedagem. (Mestre Osvaldo, Sr. Ernesto, Roy Funch e Vanderlei – gerente do hotel). Atualmente, nos picos da alta estação turística, muitos proprietários saem de suas residências para alugar seus imóveis.

Fazem parte dos equipamentos e serviços turísticos receptivos os meios de hospedagem com 57 equipamentos cadastrados na prefeitura (Tabela 18), dois *campings*, além de equipamentos extra-hoteleiros, com ênfase nas casas de aluguel, bastante procuradas especialmente nos picos da alta estação: junho, julho e dezembro. O setor de alimentação conta com 37 bares e restaurantes; e ainda os serviços complementares de recreação e entretenimento com 02 boates, 01 clube social; Serviço de informação e proteção: um posto de Informação Turística com folder receptivo e um Guia de Produtos e Serviços; Guias locais: aproximadamente 200 com níveis diversos

de qualificação; Transporte autônomo – 10 táxis; 17 Agências de Viagens e Operadoras de turismo receptivo; 18 lojas e atelier de artesanato; 05 lojas de material fotográfico; 03 serviços de informática e Internet, 01 aluguel de veículos.

Tabela 18 - Evolução da oferta de leitos no município de Lençóis.

ANO	MH	UH's	L
1970	2		
1993	23	289	885
1996	28	320	978
1999	32	496	1366
2002	39	558	1679
2004	57	735	1933

MH - meio de hospedagem; UH - unidade habitacional; L - leitos
 Fonte: Bahiatursa, 2004. Elaboração: Lílian Andrade

São consideradas instalações de lazer e recreação: Áreas para práticas desportivas com 01 campo de futebol; Parques e áreas verdes: PARNA Chapada Diamantina, Parque da Muritiba; APA Marimbus – Iraquara. O serviço de Transportes é oferecido por uma única empresa, a Real Expresso, que detém o monopólio da linha regular para Lençóis em 03 horários: 7hs, 12h30 e 23h30. Nos feriados prolongados e picos da alta estação, a empresa coloca ônibus extras em horários alternados.

4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO TURISMO EM LENÇÓIS

Neste capítulo pretende-se, inicialmente, identificar os agentes responsáveis pela implantação do turismo na região da Chapada Diamantina e, em seguida, caracterizar o espaço produzido pelo turismo no município de Lençóis, considerando-se os principais agentes responsáveis pela produção deste espaço. Nas Figuras 55 e 56 observa-se o mesmo espaço: a praça Horácio de Matos, em dois momentos do processo histórico do município, o primeiro, em 1906, enquanto espaço produzido e resultante da atividade garimpeira e, o segundo, a mesma praça reconfigurada pela produção resultante do turismo.

Coleção Mestre Osvaldo



Figura 55 - Praça Horácio de Matos em dia de feira, 1906.

Foto: Lilian Andrade



Figura 56 - Praça Horácio de Matos, 2004.

4.1 OS PRODUTORES DO ESPAÇO TURÍSTICO

Impondo-se e superpondo-se ao espaço garimpeiro, a atividade turística em Lençóis foi indutora de novos parâmetros produtivos de toda ordem – sócio-econômica, ambiental e cultural; e induzida a partir de uma decisão tomada pelo Governo do Estado, a de interiorizar o turismo na Bahia e de eleger Lençóis como destino âncora para a Chapada Diamantina. Identifica-se assim, o poder público estadual como o principal responsável pela produção do espaço do turismo em Lençóis.

4.1.1 O poder público

Partindo do conceito de política pública como “um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias e (ou) ações deliberadas no âmbito do poder público, em virtude do objetivo de alcançar e (ou) dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território” (Cruz, 2000). A evolução das políticas públicas no Brasil e no estado da Bahia pode ser avaliada através de marcos históricos que nortearam a atividade (Quadro 6).

Marcos Históricos	AÇÕES / CONTEÚDO	ESCALA	PRODUÇÃO DO ESPAÇO
GOVERNO FEDERAL			
1924 – criação da Soc. Bras. de Turismo	Despertar nos brasileiros o interesse pelo país	Federal, Estadual	Incentivou a produção de mapas e estatísticas
Decreto-lei 3616 de 23.03.32	Instituiu a temporada de turismo no Distrito Federal – RJ	Local	Não contribuiu para o processo de implantação do sistema turístico baiano
Lei 25 de 30.11.37	Proteção aos monumentos de interesse histórico e artístico nacionais	Federal	Salvaguardou o patrimônio histórico, artístico e arquitetônico nacional.
Decreto-Lei 406 de 04.05.38	Regulamentação das agências de viagens e turismo	Federal	Políticas desconexas e restritivas a aspectos parciais da atividade
Decreto-lei 55 de 18.11.66	Criação de órgãos oficiais de turismo – CNTur e EMBRATUR – PNT	Federal e Estadual	Desenvolvimento do produto sol e praia
Decreto	Tombamento da cidade de Lençóis como Patrimônio Histórico Nacional - Iphan	Federal	Proteção e conservação ao patrimônio arquitetônico da cidade e ao patrimônio natural do seu entorno;
Decreto 91.655 de 17.09.85	Criação do PARNA Chapada Diamantina	Federal	Preservação de ecossistemas, incentivo a programas de ecoturismo, educação ambiental e pesquisa científica.
Decreto-lei 8181 de 28.03.91	Reestruturação da Política Nacional do Turismo PLANTUR	Federal / Estadual / Municipal	sol e praia, ecoturismo, lazer, cultura e aventura PRODETUR e PNMT
GOVERNO ESTADUAL			
1930	Primeiro órgão municipal de turismo Seção de Turismo da Diretoria do Arquivo e Divulgação (DAD)	Local	Turismo incipiente e amador Apoio a eventos do calendário de festas populares Receptivo para navios Informações sobre a cidade
Decreto 10.12.37	Implantação da Estância Hidromineral de Itaparica	Local	Criação do destino/produto estância hidromineral
Decreto-lei	Transforma a DAD em	Local	Primeiros congressos

641 de 08.04.1947	Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística (DADE)		
1951	Criação da Taxa Municipal de Turismo	Local	
Lei 398 de 30/06/53	Isenção de impostos a estabelecimentos de hospedagem	Local	implantação de hotéis
Lei 410 10/09/53	Conselho de Turismo da Cidade do Salvador Diretoria Municipal de Turismo	Local	Plano Diretor de Turismo de Salvador Mapa turístico; curso de tradição e história; Cursos para motoristas de taxi
1964	Departamento Municipal de Turismo Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador – SUTURSA	Local	Rede hoteleira limitada. A fragilidade do setor Desorganização e baixo desempenho econômico Dificuldades de acesso rodoviário Carência de mão-de-obra especializada Ações e legislação limitadas a Salvador Rede hoteleira limitada ao Hotel da Bahia, Meridional e Pálace;
1968	Hotéis de Turismo do Estado da Bahia, S. A. – BAHIATURSA – Vinculada a Secretaria de Assuntos Municipais	Estadual	Construir, ampliar e estimular a construção e adaptação de hotéis pousadas; Grande Hotel de Itaparica –reforma; Grande Hotel de Cipó - ampliação Grande Hotel de Juazeiro - construção
1970	Conclusão do Plano de Turismo do Recôncavo	Estadual	Parceria de Investimentos cum a Embratur
1976	Empreendimentos Turísticos da Bahia, S. A. – EMTUR – Subsidiária da Bahiatursa	Estadual	Construir e administrar hotéis, pousadas e outros equipamentos;
1977	Centro de Convenções da Bahia, S. A.- CONBAHIA	Estadual	Construir, comercializar e administrar o Centro de Convenções;
1979	Bahiatursa – ações de marketing	Estadual	Estratégia de Comunicação Bahia – Terra da Felicidade Captação de Vôos Internacionais Promoções Internacionais: Cone Sul e Europa Semana da Bahia no Estoril, Portugal;
1981	Programa “Caminhos da Bahia”	Estadual / Nacional	Litoral Sul: Porto Seguro, Ilhéus e Valença; Recôncavo: Cachoeira e Itaparica; São Francisco: Ibotirama, Juazeiro e Paulo Afonso; Chapada Diamantina: Jacobina e Lençóis; Estâncias Hidrominerais: Caldas do Jorro e Águas de Cipó; Apoio a produções de TV e Merchandising televisivo: Novelas O Bem Amado, Água Viva, Pedra sobre Pedra;
1982	1ª Semana da Bahia em Nova York	Estadual / Internacional	Espaço virtual de promoção
1985-1986	A Bahia foi citada em mais de 10% dos 54 mil anúncios	Estadual / Nacional	Espaço virtual da Bahia na mídia

	publicados no País		
1989	Redesenho do Sistema Estadual de Turismo	Estadual	Extinção da Emtur e Conbahia A Bahiatursa absorve as funções da Emtur e Conbahia
1991	PRODETUR – Bahia	Estadual	Retomada do crescimento do turismo da Bahia Campanha “O Orgulho de ser Baiano” Início do PRODETUR - Bahia
1993 Decreto 2.216 de 14.06.93	Criação da APA Marimbus Iraquara	Estadual	Proteção ao patrimônio natural e seus atrativos turísticos
1995	Criação da Secretaria da Cultura e Turismo	Estadual	Interdisciplinaridade entre cultura e turismo – o espaço do homem
1991-2005	PRODETUR Ampliar a enfara estrutura pública e criar mecanismos para proteção ao Meio Ambiente Marketing Turístico - Atrair Investimentos Privados Capacitar RH para geração de emprego e renda	Estadual	Criação dos pólos turísticos: Pólo do Descobrimento: Costa do Descobrimento e Costa das Baleias Pólo Litoral Sul: Costa do Dendê e Costa do Cacau; Pólo Salvador e Entorno: Costa dos Coqueiros e Baía de Todos os Santos; Pólo Chapada Diamantina: Circuito da Chapada Norte, Circuito do Diamante e Circuito do Ouro; pólos novos: Pólo Lagos do São Francisco e Pólo Caminhos do Oeste
2002	www.bahia.com.br	Global	Espaço virtual do produto Bahia
	Cluster de Entretenimento da Bahia	Regional	Crescimento da receita a taxas superiores às taxas de crescimento do fluxo; Necessidade de investimentos privados na melhoria e ampliação dos atrativos e serviços turísticos; Atração de turistas de maior potencial de gasto.
GOVERNO MUNICIPAL			
1962	Criação do Conselho Municipal de Turismo de Lençóis	Local	
1986	Criação do Parque Municipal de Lençóis	Local	
Fontes: QUEIROZ, Lúcia. BOMSUCCESSO, Frederico. Bahiatursa. Elaboração: Lílian Andrade			

Quadro 6 - Políticas Públicas para o Turismo

A Regulamentação das agências de viagens e de turismo, em 1938; a criação de dois órgãos oficiais de turismo em 1966: o Conselho Nacional de Turismo e a Embratur, Empresa Brasileira de Turismo; o lançamento do primeiro Plano Nacional do Turismo, em 1969; a reestruturação da Política Nacional do Turismo e o lançamento do Plano Nacional de Turismo que tinha, entre suas metas, a execução do programa “pólos

turísticos” podem ser destacados entre as ações resultantes da aplicação de políticas públicas para o turismo no Brasil.

Nesse contexto, foram desenvolvidos os produtos: sol e praia, ecoturismo, lazer, cultura e aventura. Dois programas se destacaram dentro desse Plano: o Prodetur/NE, voltado para a melhoria da qualidade de vida da população residente nas áreas de sua atuação e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, PNMT. O Prodetur/NE objetivava, especificamente, o aumento das receitas provenientes das atividades turísticas e a capacitação gerencial para estados e municípios. Enquanto que o PNMT objetivava tornar o município auto-suficiente no que tange aos procedimentos de desenvolvimento de um planejamento e a implantação de uma política municipal de Turismo.

O lançamento do Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas - para o período 2003-2007, vem colocar o turismo como uma das prioridades do Governo, propondo o modelo de gestão participativa com papel fundamental no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades através da inclusão social.

4.1.1.1 As ações de planejamento e gestão

Observando esses marcos das políticas públicas para o Turismo no Brasil, é possível acompanhar a sua evolução dentro do cenário da administração pública, a partir da própria posição econômica que veio a assumir no *ranking* das atividades mais lucrativas do mundo. De uma posição inexpressiva e amadora do início do século passado, para a primeira posição na balança comercial de exportação no início deste século, o Turismo passa a ser reconhecido como atividade econômica geradora de

trabalho e renda e, do ponto de vista geográfico, uma atividade capaz de produzir o (re) ordenamento do território a partir da ocupação do espaço de modo planejado.

A ênfase no Turismo como vetor de desenvolvimento regional representa, nesse contexto, um novo momento de planejamento governamental, calcado, sobretudo, na chamada potencialidade natural para a atividade. Esses agentes do (re) ordenamento de territórios para uso turístico são os poderes públicos estaduais, respaldados pelos poderes públicos federal e municipais.

A política nacional de turismo, idealizada pelo governo militar, culminou com o Plano Nacional de Turismo lançado em 69, que não se concretizou; sugeria o modelo de pólos de desenvolvimento turístico e previa a formação de zonas turísticas prioritárias.

A interface entre as políticas públicas para o turismo e a questão ambiental começou a ganhar consistência com a criação das Unidades de Conservação. O Decreto 91.655 de 17.09.85 criou o Parque Nacional da Chapada Diamantina visando a preservação de ecossistemas, incentivo a programas de ecoturismo, educação ambiental e pesquisa científica.

No decorrer dos anos 90, o Governo Federal assumiu e incentivou o desenvolvimento do turismo, através do apoio estratégico aos governos estaduais e municipais, fomentando parcerias com o setor privado. A Política Nacional do Turismo contemplou 23 programas e subprogramas que abrangiam diversas áreas de atuação com destaque para: o Prodetur/NE e o PNMT, criado em 1994 com o objetivo central de “fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios” (Embratur, 1999). Na Bahia, 122 municípios foram integrados ao programa, entre eles, Lençóis.

Os dois programas foram utilizados como base em estratégias de desenvolvimento, dando lastro ao arranjo institucional do turismo na Bahia, no qual se

destacam, de um lado, o Governo do Estado como agente mais forte e com maior capacidade de antecipação e, do outro, os municípios inseridos nas zonas turísticas delimitadas através do Prodetur-BA, estabelecendo um vínculo maior com a política estadual.

Em 1930 foi criado o primeiro órgão municipal de turismo, a Seção de Turismo da Diretoria do Arquivo e Divulgação, de escala local, com ações de apoio a eventos do calendário de festas populares de Salvador, informações sobre a cidade e receptivo a navios de passageiros, ainda que de forma incipiente e amadora.

Em 1951 é Criada a Taxa Municipal de Turismo; em 1953 é instituído o Conselho de Turismo da Cidade do Salvador e a Diretoria Municipal de Turismo; em 1954 surge o primeiro Plano Municipal de Turismo e em 1964, o Departamento Municipal de Turismo - Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador – Sutursa. Esse período foi caracterizado pela fragilidade do setor, pela desorganização e baixo desempenho econômico, pelas dificuldades de acesso rodoviário e carência de mão-de-obra especializada. As ações e legislação eram limitadas a Salvador cuja rede hoteleira dispunha apenas dos hotéis da Bahia, Meridional e Pálace.

A Bahiatura, Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A., foi criada em 1968, por decreto estadual. Vinculada à Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos de Salvador, inicialmente, era um órgão descentralizado para explorar a indústria e o comércio hoteleiro de fomento ao turismo com a finalidade de construir, ampliar, estimular a construção e adaptação de hotéis e pousadas. Os objetivos imediatos foram o de reformar o Grande Hotel de Itaparica, ampliar o Grande Hotel de Cipó e construir o Grande Hotel de Juazeiro. Em 1970 é concluído o Plano de Turismo do Recôncavo e a Bahiatura faz parceria de investimentos com a Embratur.

Em 71, a Bahiatura passou a ser vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia, e em 73, foi totalmente reestruturada, transformando-se em sociedade de economia mista e alterando a razão social de Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A. para Empresa de Turismo da Bahia S.A. A partir daí, o Governo do Estado traçou uma política de turismo pretendendo, através dessa atividade, impulsionar o desenvolvimento econômico e social da Bahia.

O turismo passou a ser tratado como atividade econômica, geradora de emprego e renda. Esse foi considerado o primeiro grande momento da empresa, marcado por uma reforma institucional: além de se dedicar à construção e à administração de hotéis, a Bahiatura tornou-se uma empresa de ponta, passando a agente promotora de venda da Bahia, como produto turístico e, por definição política, o alvo foi o mercado nacional.

Em 1976 o Sistema Estadual de Turismo foi ampliado com a criação da Emtur, Empreendimentos Turísticos da Bahia, S. A., empresa subsidiária da Bahiatura com a finalidade de construir e administrar hotéis, pousadas e outros equipamentos. Em 1977, mais uma empresa, a Conbahia, Centro de Convenções da Bahia S. A. é criada para construir, comercializar e administrar o Centro de Convenções.

A partir de 1979, acontece a afirmação do turismo baiano que começou a ser projetado no mercado internacional - o Cone Sul e Europa – através de promoções internacionais, com destaque para a Semana da Bahia no Estoril, Portugal, e a conquista dos primeiros vôos internacionais diretos para Salvador.

A Bahiatura se projetou no mercado nacional através da estratégia de comunicação, com a campanha “Bahia – Terra da Felicidade”, passando a liderar uma série de ações no turismo brasileiro. Até 86, o trabalho voltou-se também para o mercado externo; novamente por decisão política, o turismo manteve-se como

prioridade do Governo, avançando para o Cone Sul e Europa e, mais tarde, Estados Unidos, sem, contudo perder o foco no mercado interno que sempre foi o principal mercado para a Bahia.

Em 1981, quando a estratégia adotada produziu resultados objetivos, o governo decidiu promover o programa de interiorização do turismo – Caminhos da Bahia – com ações de marketing, aperfeiçoamento de mão-de-obra, construção de hotéis e balneários em destinos turísticos selecionados, no interior do estado, com um zoneamento turístico assim determinado: Litoral Sul: Porto Seguro, Ilhéus e Valença; Recôncavo: Cachoeira e Itaparica; São Francisco: Ibotirama, Juazeiro e Paulo Afonso; Chapada Diamantina: Jacobina e Lençóis; Estâncias Hidrominerais: Caldas do Jorro e Águas de Cipó.

Em 1982 a Bahiaturisa promoveu a Primeira Semana da Bahia em Nova York visando a inserção do destino Bahia no mercado americano. Entre 1985 e 1986 a Bahia foi citada em mais de 10% dos 54 mil anúncios publicados no País, uma constatação da produção do espaço virtual do turismo que chega com a globalização. Entre as décadas de 70 e 80 são tombados pelo Iphan o Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador, e as cidades de Cachoeira, Lençóis, Porto Seguro e Rio de Contas. O distrito de Igatu foi tombado em 2000.

Em 1989, a política estadual para o turismo sofre descontinuidade administrativa, uma vez que a administração pública passa para outro grupo político, que promove um redesenho do Sistema Estadual de Turismo extinguindo a Emtur e a Conbahia, cujas funções são absorvidas pela Bahiaturisa.

Em 91, acontece a retomada da administração pública pelo grupo político anterior. Nesse ano, há uma mudança radical na política estadual e é lançada a campanha “Orgulho de ser Baiano” com grande repercussão nacional. As pesquisas

indicavam que a Bahia passara de segundo para o oitavo lugar no ranking nacional. Decidiu-se avançar nas políticas de turismo do ponto de vista estratégico. O Governo inicia a recuperação do Pelourinho - tombado pelo Iphan como Patrimônio Histórico Nacional e pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade - com vultosos investimentos públicos e captação de investimentos privados; elaboração e início da execução da Estratégia Turística para 1991-2005. Assim nasceu o Prodetur/Bahia – Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, de natureza multisetorial quanto à sua execução que definiu Zonas Turísticas Prioritárias e para elas propôs implantar infra-estrutura, proteger o meio ambiente, capacitar mão-de-obra e promover seus produtos turísticos no mercado nacional e internacional.

Inicialmente, o Prodetur contava com suporte financeiro do Tesouro Estadual. Posteriormente, a fonte de recursos foi ampliada com a inclusão do Banco Mundial - Bird, Kreditanstalt Für Wiederaufbau-KFW, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Fundo Geral de Turismo e, em especial, o Programa de Financiamento ao Turismo do Nordeste, coordenado pelo Banco do Nordeste, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que acabou adotando, inclusive, a sigla BID - Prodetur.

Vale ressaltar que, em termos de proteção ao patrimônio natural e seus atrativos turísticos, a política pública estadual avançou no sentido de promover mecanismos para proteção de áreas de interesse turístico, visando a regulamentação para o uso e ocupação do solo, a exemplo da criação da APA Marimbus Iraquara, na Chapada Diamantina - Circuito do Diamante.

Em 1995 o Governo do Estado cria a Secretaria da Cultura e Turismo agregando diversos organismos e instituições como a Fundação Cultural do Estado da

Bahia, Fundação Pedro Calmon – Memorial dos Governadores, Ipac – Instituto do Patrimônio Histórico, APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia e Bahiatursa.

Baseado em estudos técnicos e pesquisas, o governo dividiu o estado em sete áreas de planejamento turístico para fins de investimentos, promoção e educação, no conjunto de municípios hoje agrupados na Costa dos Coqueiros, na Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina. Essas áreas tornaram-se objeto de intervenção a partir de critérios básicos de seleção, a exemplo da qualidade dos atrativos turísticos, proximidade de pólo turístico já consagrado, disponibilidade de grandes espaços desocupados e possibilidade de implantação de equipamentos sem agressão ao meio ambiente.

Para cada uma dessas regiões foi eleito um destino âncora, como é a Praia do Forte para a Costa dos Coqueiros; Salvador para a Baía de Todos os Santos; Morro de São Paulo para a Costa do Dendê; Ilhéus para a Costa do Cacau; Porto Seguro para a Costa do Descobrimento; o Parque Nacional Marinho de Abrolhos para a Costa das Baleias; e Lençóis para a Chapada Diamantina.

Esse processo de planejamento, levando em conta as suas características de dinamicidade, pôde, a cada etapa, sofrer ajustes e, em circunstâncias especiais, agregar outras novas zonas turísticas: Caminhos do Oeste, Lagos do São Francisco, Vale do Jiquiriça e Caminhos do Sertão, e novos produtos à atual oferta, como a implantação do complexo Sauipe na Costa dos Coqueiros. Em 2002, a Bahiatursa lançou no mercado nacional e internacional uma nova ferramenta de marketing turístico, o www.bahia.com.br, um espaço virtual que oferece informações turísticas de atrativos e serviços e promove o relacionamento direto entre empresa e consumidor.

A exemplo do que se verifica em relação a qualquer bem ou serviço existente no mercado, a gestão do turismo pressupõe inicialmente a existência do

produto disponibilizado no mercado, preços competitivos, estrutura de distribuição adequada e uma intensa política promocional voltada para esse mesmo produto.

A dinâmica das políticas públicas para o Turismo pode ser constatada de pelo menos três formas:

Pelo fluxo global: Em 2002, a Bahia foi visitada por 4,4 milhões de turistas, dos quais mais de 514 mil foram estrangeiros. Desse total, Lençóis recebeu 88 mil turistas, correspondendo a 2% do fluxo total (Fonte SCT/Bahiatura).

Pelos investimentos: Para cada US\$1 investido pelo governo, o setor privado está investindo US\$2,60. Esta proporção não se aplica a Lençóis, onde até o momento aconteceu o inverso, isto é: os investimentos públicos projetados para o período 1991-2020 e já concluídos, totalizam US\$ 17 milhões, contra US\$ 8,9 milhões da iniciativa privada, ou seja, o setor público investiu o dobro da iniciativa privada.

Pela Receita gerada: Em 2002, a Bahia alcançou uma receita de US\$916 milhões gerada pelo turismo. Em Lençóis, segundo a SCT/Bahiatura, a receita alcançada foi de US\$11 milhões, o que representa 1,2% do total do estado.

O secretário Paulo Gaudenzi afirma que o governo fez em Lençóis o que nenhum governo fez em outro lugar: fez aeroporto, colocou esgoto, água, construiu o primeiro hotel, realizou cursos, que é até uma coisa que se perde muito, devido a rotatividade das pessoas. O que falta em Lençóis é a capacidade do empreendedorismo, continua Gaudenzi. “Não tenho nada contra quem vem de fora, mas, os da terra nunca aproveitam o que o governo investe, então precisa vir gente de fora pra fazer; ou por que os locais não estão vendo bem a oportunidade, ou por que não têm dinheiro pra investir. Mesmo sendo uma região de ecoturismo, de turismo diferenciado, o que falta a Lençóis para o destino ter um *start* forte, é um hotel grande e de cadeia; o Portal é um hotel grande? É. Agora falta um pouco mais de espírito de investidor, eles investiram

muito no hotel, mas não têm um investimento forte, nem ele nem nenhum, naquilo que seria a venda do seu produto. Segundo o Secretário, a razão da necessidade de um hotel de cadeia em Lençóis é “porque esses hotéis normalmente têm uma política comercial agressiva, eles sabem negociar e vão atrás dos negócios. Eles sabem qual é o papel deles, e essa turma de Lençóis está mostrando que não sabe. Quando começou o turismo em Salvador, foi assim também, achavam que era papel do governo colocar hóspede dentro do quarto, não era nem na porta do hotel, e não é assim”. Por que os empresários se queixam achando que o governo tinha que botar o hóspede dentro do hotel, isso é uma visão deturpada, depois um destino como esse, não é a mesma coisa de um destino sol e praia.

O produto de ecoturismo, continua Gaudenzi, nunca vai ser um produto de massa, de grande quantidade, tanto é que hoje ele é um produto regional, a maior parte das pessoas são da própria região, depois um pouco mais do estado e vai crescendo em forma de circunferência. O que precisa é que as pessoas se conscientizem. O turismo de sol e praia é uma coisa que vem de muitas décadas no mundo, e o ecoturismo e o turismo ecológico, de aventura são segmentos que vêm de muito pouco tempo pra cá e não tem a clientela que tem o turismo de sol e praia.

Hoje o grande problema da Chapada Diamantina é a falta de organização e investimento empresarial, porque o governo até papel de empresário fez quando construiu um hotel e vendeu, porque esse não é o seu papel, e sim o papel de alavancador, afirma Gaudenzi. No fundo, o que falta é empreendedorismo mesmo, porque muitos dos empreendedores que para lá foram, não levaram recurso algum, foram aventurar, chegaram a Lençóis viraram guias, transportadores local. Isso se chama amadorismo, gente que foi pra lá curtir a natureza, o zen, e ficou. Então tem que ser feita uma análise sócio-econômica do local. Agora a crítica, mas fácil de fazer é ao

governo, mas se você analisar os documentos vê que o governo investiu em aeroporto, entre outros e a resposta do empresariado? Ou você acha que o governo deve fazer a comercialização? Não é esse o papel do governo.

Hoje, temos vários destinos parecidos, concorrentes da Chapada Diamantina, afirma Gaudenzi, e o único que se destaca do ponto de vista de fluxo é Bonito e Rio Quente. Existem outros destinos interessantes como a Chapada dos Veadeiros, Sete Cidades, Serra da Capivara, Jalapão, mas tem uma outra coisa muito diferente que é a distância dos pólos emissores. Bonito tem duas coisas que eu acho importante: primeiro é a proximidade com o mercado de São Paulo, quanto mais próximo do mercado consumidor, melhor; e depois teve um fantástico aprimoramento do trabalho conjunto dos seus empresários. Trabalho esse que nós lutamos muito para que os empresários de Lençóis conhecessem, inclusive marcamos algumas reuniões lá em Bonito e foi um grupo bastante pequeno de empresários de Lençóis para ver como é que eles trabalham em cooperativa, como eles vendiam em conjunto os atrativos naturais que eram visitados, como eles investiam, o resultado do que era feito, do que era arrecadado, tinha uma parte que era pra promoção. Outra coisa importante é que lá as coisas são feitas pra ter resultado econômico. Na Chapada a vida inteira todo mundo quer que se passeie de graça, viaje de graça, que visite de graça as coisas.

No âmbito da administração municipal, a gestão pública em Lençóis se destacou em pelo menos dois momentos, direcionados à implantação do turismo na região: a criação do Conselho Municipal de Turismo, ainda na década de 60, e a criação do Parque Municipal de Lençóis na década de 80.

Secretário municipal de turismo por 10 anos, Heraldo Barbosa, em entrevista concedida em julho de 2005, lembra que o garimpo de serra, aquele manual, acabou em 1960, e depois, quando vieram as dragas. já existia o turismo. “Houve um

choque muito grande porque o turismo, como atividade auto-sustentável, chocava com aquela mentalidade extrativista do garimpo de draga, altamente impactante, que estava implantado na Chapada. O turismo veio negar toda a cultura do diamante que era extrativista: negava tirar pedra, árvores, devastar mata, caçar, e os dragueiros não entendiam isso, então havia um confronto muito grande criando problemas e até hoje nós nos ressentimos disso, desse confronto da mentalidade extrativista com a auto-sustentabilidade do turismo. Hoje temos muitos filhos de garimpeiros que são “guias” e que estão se dando bem, estão vivendo muito melhor hoje do que na época do garimpo. Seo Anísio, Seo Cícero são exemplos de antigos garimpeiros que hoje têm casa alugada e são guias”.

Na época em que o garimpo tinha se exaurido, entre 1960 e 65, a cidade ficou sem nenhuma perspectiva econômica de vida, nada, os jovens não tinham o que fazer. Como não havia estrada ligando Lençóis a Salvador, era muito difícil sair pra estudar. Nessa época, os jovens lençoenses com o auxílio de um programa chamado Corpo da Paz criaram um grupo de trabalho o Movimento de Criatividade Comunitária, MCC, que incluía várias classes sociais, de várias faixas de idade, com cerca de 126 pessoas. Começamos a trabalhar a idéia de tombar a cidade pelo patrimônio histórico uma vez que a cidade já apresentava a vocação de ter turismo no futuro e com a idéia de construção da BR-242, isso ia facilitar sobremaneira o advento do turismo, lembra Heraldo. Houve uma campanha muito forte pelos jornais e nós conseguimos tombar a cidade, contribuindo para dar uma visibilidade em nível nacional. Aí o governo já tinha a idéia de interiorização do turismo veio pra cá e montou a Pousada de Lençóis, informa o ex-secretário de Turismo.

À época, a Prefeitura de Lençóis adotou técnicas de dinâmica social e conseguiu mobilizar grande parte da comunidade para mostrar que o horizonte

municipal era o turismo. Não só trabalhamos para inserir o turismo em Lençóis, mas também para suprir outras necessidades sociais da época, a exemplo do sistema sanitário, lembra o ex-secretário; fizemos curso de parteira porque aqui não tinha médico, reconstruímos o posto de puericultura, construímos um sanitário no colégio, recuperamos a caixa d'água construída por Horácio de Matos. Tínhamos o Conselho Municipal de Turismo do qual fui presidente muitos anos. Criamos um receptivo turístico que funcionava na Biblioteca Urbano Duarte, onde as pessoas que trabalhavam lá eram voluntárias. Fizemos um *folder* mimeografado contando a história da cidade que distribuíamos no receptivo; exibíamos um filminho em slides para os visitantes que depois passaram a ser chamados de turistas; era uma montagem de slides que abrangia os aspectos arquitetônicos, culturais, paisagísticos, e que serviu para convencer o Iphan a tombar a cidade com a vocação de ser preservada para o futuro.

Esse futuro que estou vendo hoje acontecer, declara Heraldo Barbosa, pra mim é altamente gratificante saber que a gente trabalhou há 30 anos atrás; eu fico comparando entre o hoje e 30 anos atrás, como era tão difícil e como é tão fácil hoje. Eu vejo pessoas que chegaram há 2, 3 anos atrás se queixar que estão faltando muitas coisas; eu como estava aqui há 30 anos atrás fico avaliando “meu deus, essa pessoa não seria capaz de perceber o que era isso aqui antes do advento do turismo”; hoje nós temos mais de mil pessoas da cidade trabalhando diretamente no turismo apesar da informalidade do mercado, talvez 70%. A Associação dos Empresários de Turismo da Chapada Diamantina, Asset, informa que chega a 90% o número de pessoas que trabalham diretamente com turismo em Lençóis.

Heraldo foi o quarto ou quinto secretário, no total de 10 anos à frente da secretaria municipal de turismo de Lençóis, entre 1993 e 2004, com um curto período intermediário em Iraquara. “Quando comecei o equipamento instalado era pequeno e o

fluxo também era pequeno, então ninguém ganhava nada. Hoje em dia já tem gente ganhando, têm alguns que estão sem ganhar por conta da permissão da prefeitura de se criar vários equipamentos sem a devida licença e isso cria um problema de concorrência grande, termina alguém ficando sem ganhar. Analisando o período, ele acredita que o crescimento é positivo, o equipamento instalado melhorou muito, o perfil melhorou, o gasto médio diário do turista também melhorou. Quando eu entrei pra prefeitura o GMDI era de US\$15,00 e o turista ficava aqui 2 a 3 dias, hoje a permanência média está em torno de 6 dias e o GMDI está em torno de US\$40 a 50; o perfil do turista também melhorou sobremaneira em função da melhoria do equipamento instalado. Antigamente os turistas vinham de ônibus, havia épocas de se contar 20 a 30 ônibus na praça. Não se vê mais isso; hoje se constata muitos veículos 4x4 com placas de outros estados, além dos que vêm de avião, ou seja o perfil melhorou de modo geral.

Pelo fato do turismo ser um distribuidor de renda, a população local se beneficiou muito, hoje a gente vê as pessoas mais bem vestidas, mesmo as pessoas mais pobres. A concentração de renda do diamante era muito grande, na verdade o dinheiro ficava na mão de poucos compradores de diamantes, talvez um ou dois na cidade; era um grande monopólio, e as pessoas trabalhavam realmente por uma contrapartida bem baixa que era a comida, mas não tinha assistência previdenciária, hoje você tem previdência, seguro saúde; hoje a ACVL oferece descontos para tratamento dentário para os associados; a economia do diamante era concentradora, eram poucos ganhando muito; a do turismo é inversa, são muitos ganhando, nem que seja um pouco; agora nós temos o problema da informalidade que é uma questão de falta de uma política fiscal que ainda não se tem. E aí o informal fica difícil de controlar para melhor a própria atividade, controlar melhor o fluxo, os equipamentos, fazer mais eventos, fazer mais promoção. Eu acho que sem a formalização da economia não se consegue dinheiro pra

promover. O ex-secretário mensura as dimensões do turismo em Lençóis através da arrecadação oriunda do ISS que foi em torno de R\$150 mil em 2004.

4.1.2 O poder privado

Para analisar a produção do espaço do turismo em Lençóis foram pesquisados dois dos segmentos que mais se destacam na cadeia produtiva do turismo por oferecerem produtos e serviços que são consumidos diretamente pelo turista e por serem alvo do Ministério do Turismo quanto ao cadastramento e fiscalização: as agências de turismo receptivo e a hotelaria.

4.1.2.1 As Agências de Turismo Receptivo

Para conhecer o perfil das 18 agências de turismo receptivo existentes em Lençóis, foi aplicado um questionário (Anexo I) em 2004, em 11 delas o que corresponde a um percentual de 61,11% da amostra quantitativa. A primeira preocupação dessa pesquisa foi dimensionar a mão de obra absorvida pelo segmento. Constatou-se que as agências de turismo receptivo oferecem trabalho para um total de 32 pessoas (Figura 57). Para as 11 agências pesquisadas há uma média de 2,9

funcionários por empresa, sendo que o trabalhador da comunidade local não preenche a maioria das vagas existentes, concorrendo com pessoas que vem de outras localidades, o que pode

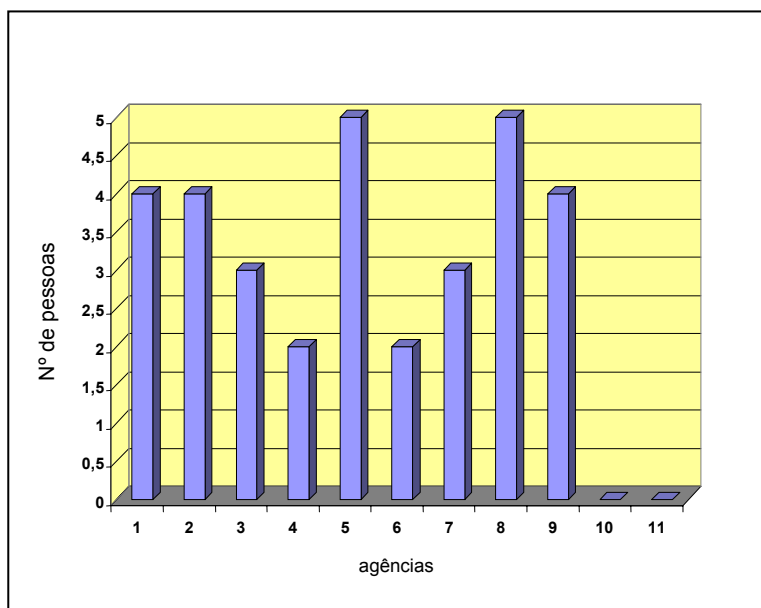


Figura 57 - Número de pessoas trabalhando em agências.
Elaboração: Lílian Andrade.

ser analisado na Figura 58, que apresenta o universo de pessoas naturais de Lençóis e região de entorno que ocupam posições de trabalho nessas agências.

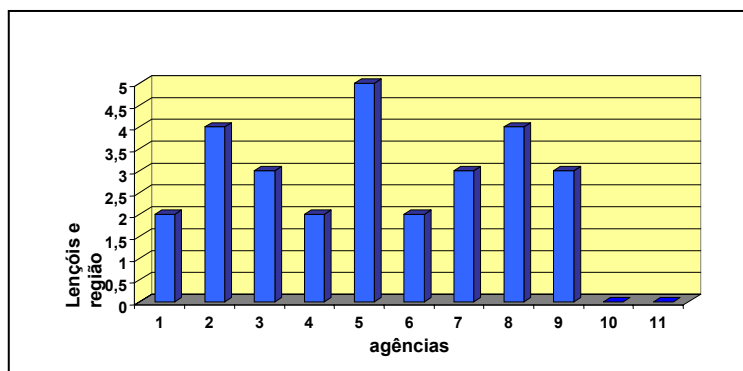


Figura 58 - Origem dos funcionários. Elaboração: Lílian Andrade.

Comparando as Figuras 57 e 58 - número e origem de funcionários - observa-se que a absorção de mão-de-obra local não é sempre proporcional ao número de funcionários naturais da região; isto quer dizer que muitas das vagas no mercado turístico local são ocupadas por “pessoas de fora”, isto é, de outras regiões.

A pesquisa também revela dados do perfil sócio-econômico dos trabalhadores que atuam em agências de turismo receptivo no município de Lençóis

indicando que a maioria deles está na faixa etária entre 20 e 30 anos (Figura 59), sendo que a média de idade gira em torno de 25,4

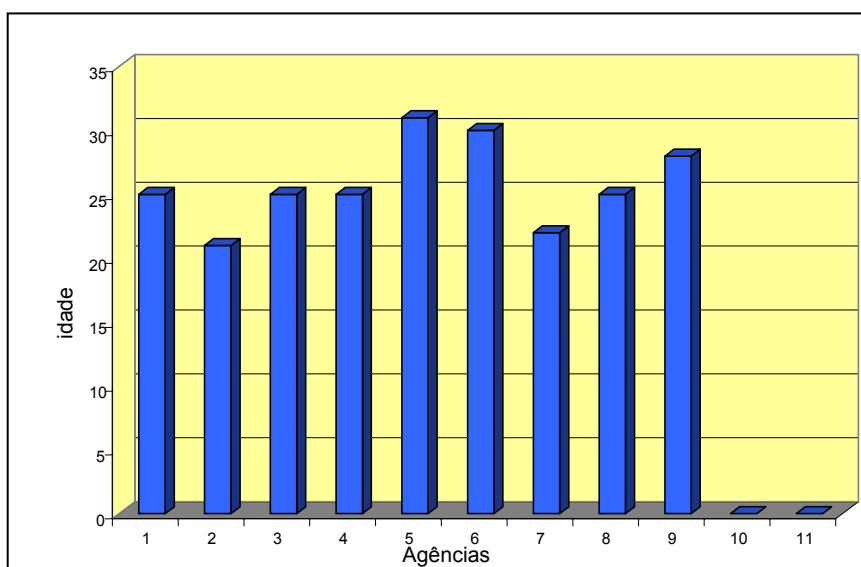


Figura 59 - Média de idade. Elaboração: Lílian Andrade.

anos; 8,75% possuem nível de escolaridade correspondente ao 2º grau (Figura 60).

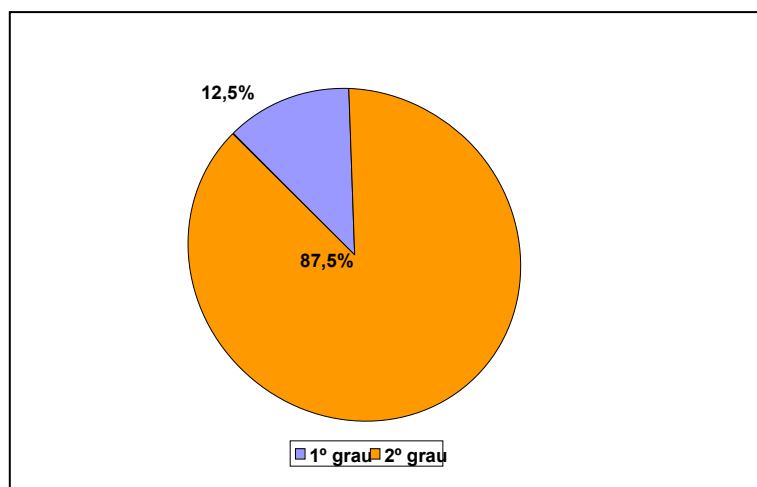


Figura 60 - Grau de escolaridade dos funcionários.
Elaboração: Lílian Andrade.

A Figura 61 apresenta a relação de trabalho praticada pelas agências de turismo receptivo do município, onde é possível constatar que em sua grande maioria o trabalho é exercido de maneira informal e o regime de prestação de serviço temporário supera as outras formas de relação trabalhista.

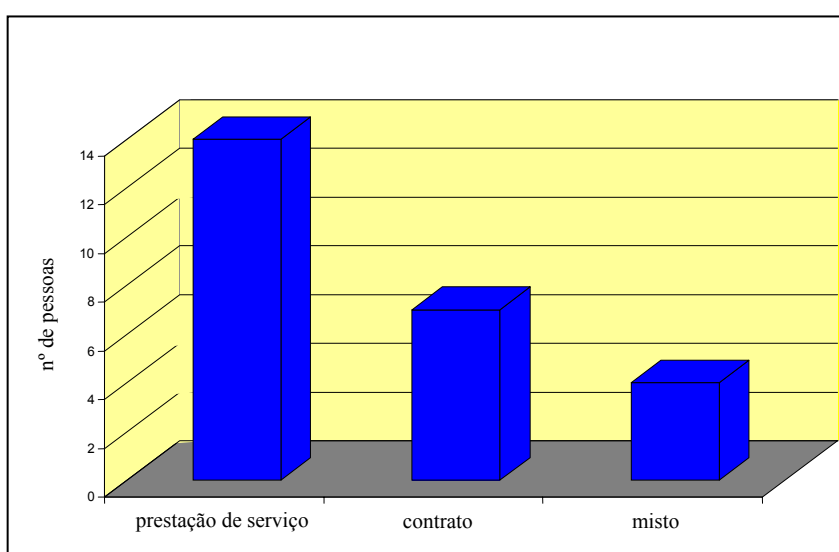


Figura 61 - Relação de trabalho. Elaboração: Lílian Andrade.

Do universo pesquisado, apenas 1,18% dos trabalhadores têm carteira assinada (Figura 62) o que significa dizer que não há garantias de amparo ao trabalhador na área de saúde, seguro e assistência social, assim como aposentadoria. Em sua maioria, a mão-de-obra é absorvida na forma de prestação de serviço.

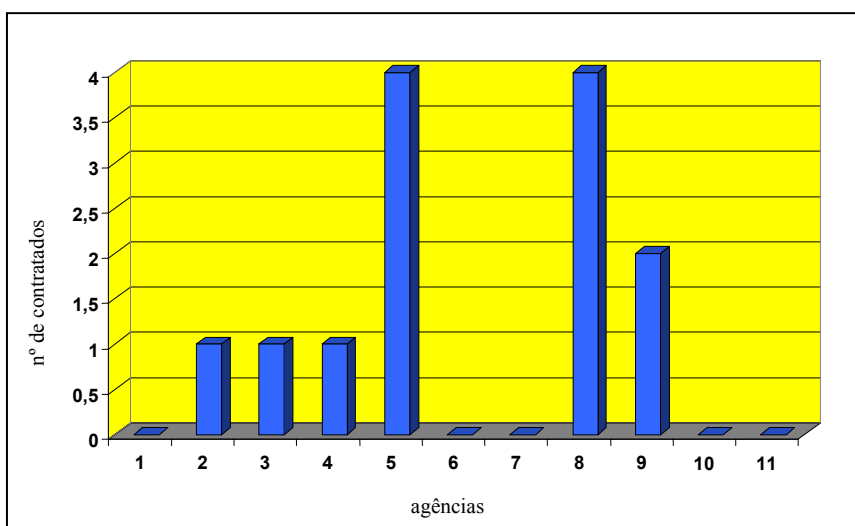


Figura 62 – Trabalhadores com carteira assinada. Elaboração: Lílian Andrade.

A remuneração dos trabalhadores varia entre as faixas de R\$300 (salário mínimo à época da pesquisa) e R\$600, sendo que a média salarial está em torno de R\$375 (Figura 63).

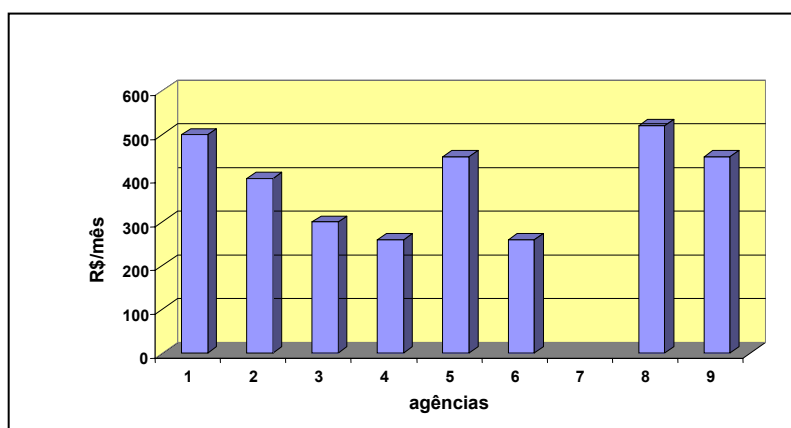


Figura: 63 – Remuneração dos trabalhadores. Elaboração: Lílian Andrade.

Quanto ao perfil da agência de receptivo turístico em Lençóis, a Figura 64 demonstra que, do universo pesquisado, apenas duas funcionam há 12 anos em Lençóis, duas têm mais de oito anos e o restante funciona há menos de quatro anos, ou seja: o crescimento do número de agências na cidade de Lençóis ocorreu a partir de 2000.

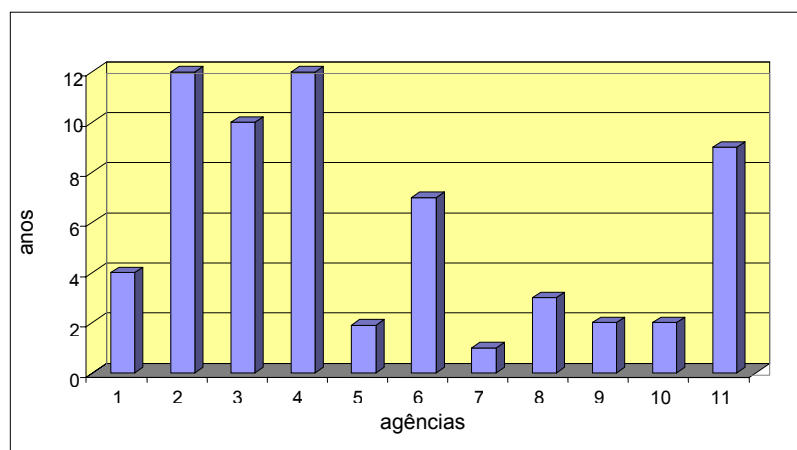


Figura 64: Tempo de funcionamento em Lençóis. Elaboração: Lílian Andrade.

Ao analisar o perfil das empresas de receptivo turístico verifica-se que, quanto ao posicionamento das agências com relação à legalidade e formalidade do setor (Figura 65), a informalidade ainda é bastante representativa uma vez que, após receber o alvará para funcionamento da Prefeitura, as empresas não seguem os procedimentos legais para exercer a atividade, como exige o Decreto 6.505 do Ministério do Turismo, com relação à obrigatoriedade do cadastramento. Além disso, a maioria não recolhe o imposto municipal, ISS - Imposto Sobre Serviço. Do universo de 11 empresas pesquisadas, 72,72% têm registro no MTur, 36,36% recolhem ISS, sendo que este percentual também corresponde ao total de empresas pesquisadas que estão regularizadas junto ao MTur e à prefeitura de Lençóis.

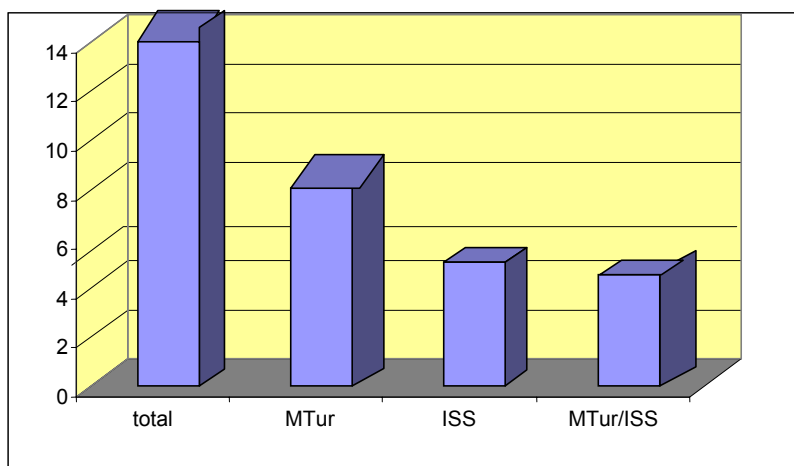


Figura 65 – Formalidade do setor. Elaboração: Lílian Andrade

Uma informação bastante relevante é a concentração de proprietários de operadoras de receptivo turístico originários da região sudeste do país, representando 42%, enquanto 33% são empresários da Bahia, 17% são de Pernambuco e 8% são empresários europeus como demonstra a Figura 66.

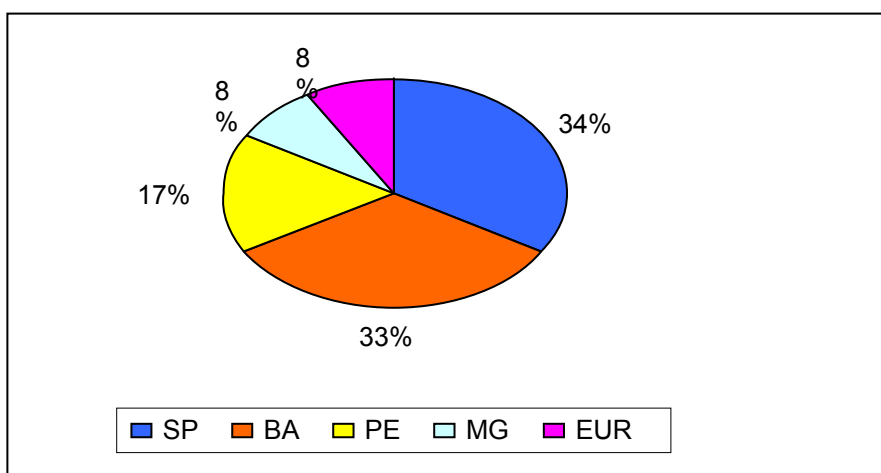


Figura 66 – Origem dos proprietários de operadoras de receptivo. Elaboração: Lílian Andrade.

Outra informação relevante apresentada pela pesquisa refere-se a comercialização dos serviços, onde é possível perceber que as operadoras do receptivo turístico que possuem sede ou filiais em outras localidades, representam apenas 18% do universo analisado. Isto ratifica a colocação já feita na pág. 124, Subsistema da Distribuição, quanto a não utilização dos canais de distribuição, pelas empresas, para venda de seus produtos no mercado emissor. Em outras palavras, a maioria das empresas de turismo receptivo de Lençóis operam localmente, sem vislumbrar a possibilidade de promover a venda de seus produtos nos mercados potenciais e (ou) efetivos de fluxo turístico, limitando-se a oferecer seus serviços e produtos ao turista que, efetivamente, já se encontra em Lençóis (Figura 67).

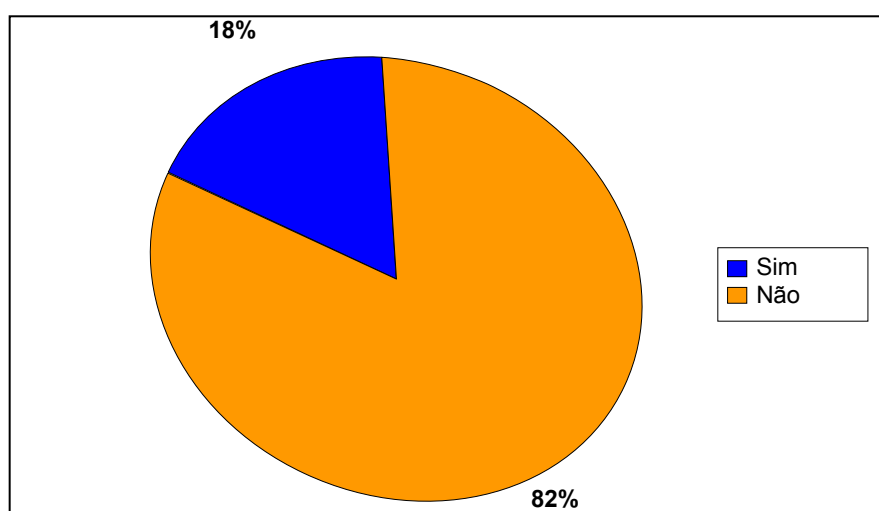


Figura 67 – Empresas com matriz ou filial em outra praça. Elaboração: Lílian Andrade.

Apesar da maioria das operadoras do receptivo turístico não possuírem matriz ou filial em outras praças, o que corresponde a 82% do universo pesquisado, as 18% restantes comercializam seus serviços e produtos, a exemplo de roteiros e serviços de guia, nos mercados de São Paulo (capital e interior), Rio de Janeiro e outros municípios da Bahia (Figura 68).

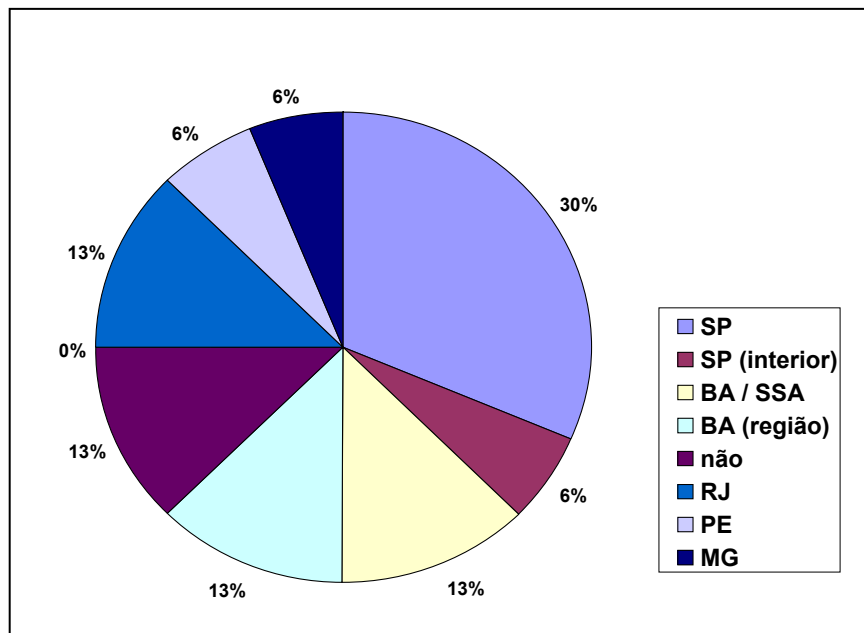


Figura 68 - Vendas em outras praças. Elaboração: LÍlian Andrade.

Quanto à questão dos produtos que a empresa comercializa, foi verificado que 50% das vendas recaem sobre serviços, especialmente transporte e guiamento, enquanto 43% das vendas são de roteiros completos (Figura 69) incluindo ingressos a atrativos turísticos e até lanche.

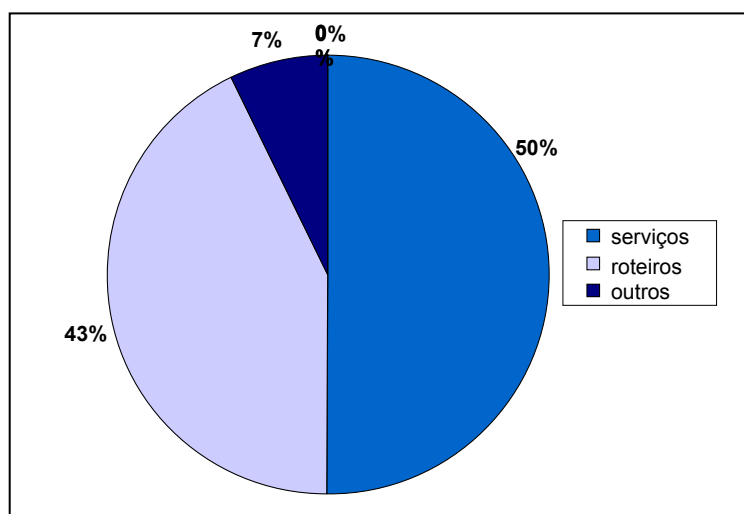


Figura 69 - Produtos que a empresa vende. Elaboração: LÍlian Andrade.

De acordo com a Figura 70 as operadoras de receptivo turístico de Lençóis consomem diversos produtos da região, com destaque para os gêneros alimentícios, que são oferecidos aos turistas na forma de “lanche de trilha” durante as caminhadas em trilhas. O consumo de hospedagem pelas agências está diretamente relacionado à venda de pacotes fechados nos mercados emissores onde a oferta inclui hospedagem. Outro elemento apontado como consumo pelas agências refere-se ao ambiente natural porém, é interessante observar que somente 13% do universo pesquisado têm consciência desse consumo.

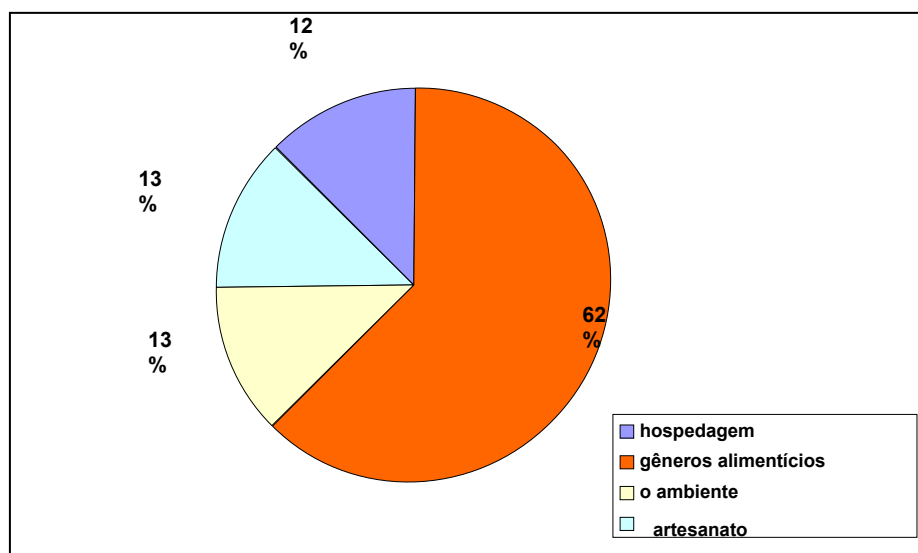


Figura 70 – Produtos da região que as agências consomem. Elaboração: LÍlian Andrade.

Na Figura 71, constata-se que 70% da mão-de-obra terceirizada referem-se à contratação de guias e motoristas que exercem atividade autônoma, sem vínculo empregatício, possibilitando a execução do serviço para mais de um contratante.

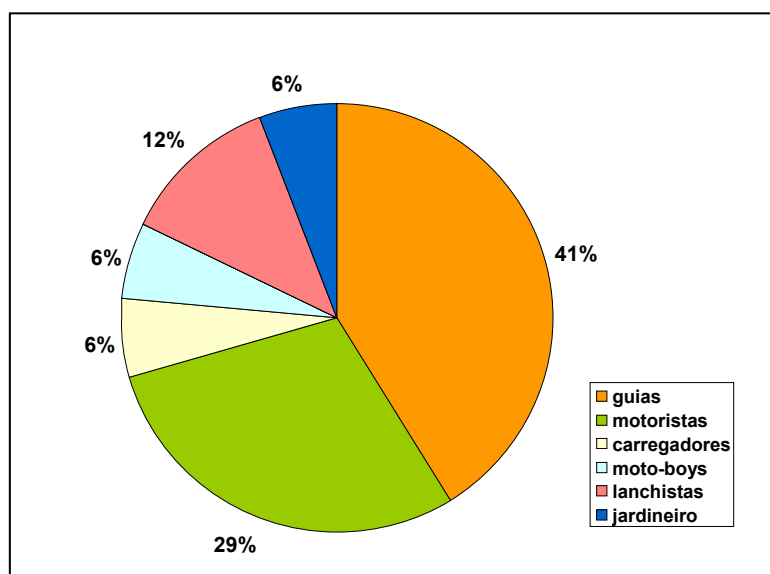


Figura 71 - Mão de obra terceirizada. Elaboração: Lílian Andrade.

Quanto aos serviços terceirizados pelas agências, o maior percentual recai sobre o item transporte, uma vez que muitas dessas empresas não possuem veículo próprio. 58% da terceirização correspondem ao transporte terrestre, geralmente veículos com tração 4x4 para realizar passeios em trilhas do tipo *off-road* (fora de estrada). Barcos, restaurantes, passeios e lavanderia correspondem aos outros serviços terceirizados pelas agências de turismo receptivo.

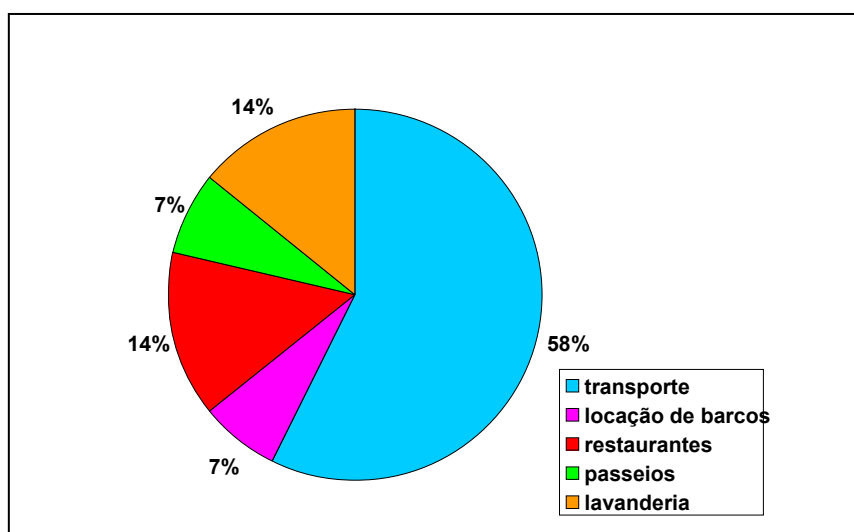


Figura 72 - Serviços terceirizados na região. Foto: Lílian Andrade.

Por conta da contratação de poucos funcionários nas operadoras do receptivo turístico em determinadas ocasiões, tais como Carnaval e Semana Santa, é necessária a contratação de mão de obra terceirizada, destacando-se motoristas e guias, bem como a terceirização de serviços de transporte e restaurantes.

4.1.2.2 O setor hoteleiro

Está situado no conjunto de edificações, de instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Com um total de 54 estabelecimentos de hospedagem cadastrados e com alvará de funcionamento junto à Prefeitura, o setor hoteleiro é dos mais significativos dentro da cadeia produtiva do Turismo e representa o segmento que mais oferece oportunidades de trabalho ao mercado de Lençóis. Foram aplicados questionários em 16 estabelecimentos, representando uma amostragem de 29,52% do setor. Esse percentual foi considerado suficiente para o entendimento do perfil da mão de obra e das empresas do setor, uma vez que, pesquisados os três maiores hotéis de Lençóis- cerca de um quarto da oferta de leitos do município - as respostas tenderam a uma repetição.

Seguindo os mesmos procedimentos da pesquisa realizada com as agências de turismo receptivo, a primeira questão refere-se ao dimensionamento da mão-de-obra absorvida pelo segmento. A Secretaria de Turismo de Lençóis estima que a rede hoteleira absorva, em 2004, cerca de 240 pessoas para trabalho fixo no setor. Para os 16 equipamentos pesquisados há uma média de 2 funcionários por empresa, com exceção dos três principais equipamentos da cidade que sozinhos respondem por 139 postos de trabalho. Do total da mão-de-obra pesquisada (Figura 73), 83% são naturais de Lençóis que se somam a mais 16% da região. O 1% restante e que corresponde à mão de obra

proveniente de outras regiões, representa também os melhores postos de trabalhos a exemplo de gerentes e chefes de cozinha.

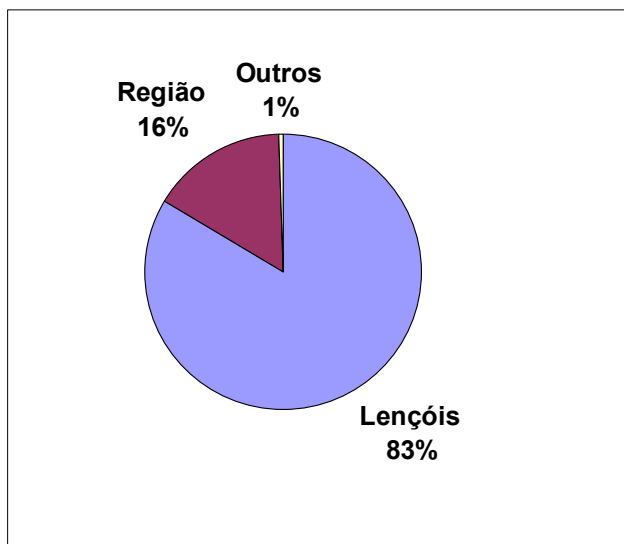


Figura 73 - Origem da mão-de-obra. Elaboração: Lílian Andrade.

Com relação às empresas hoteleiras de Lençóis percebe-se que esta atividade consegue englobar um maior número de funcionários do próprio município do que as operadoras de receptivo. Entretanto o nível de escolaridade dessa mão-de-obra utilizada se equipara a dos funcionários das agências, como se verifica na Figura 74.

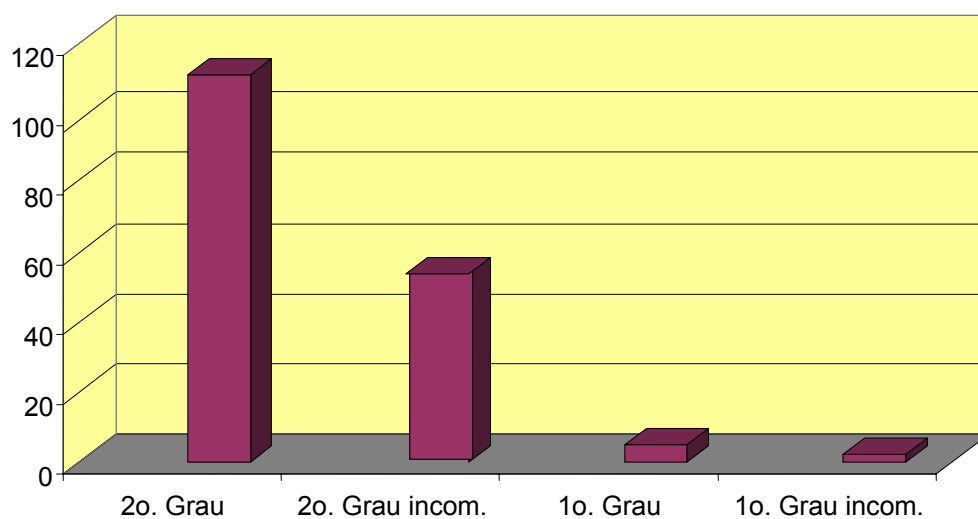


Figura 74 – Escolaridade. Elaboração: Lílian Andrade.

Na Figura 75, destaca-se a grande quantidade de funcionários contratados com carteira assinada na atividade hoteleira, com 84% enquanto 16% da mão-de-obra do setor não desfruta dos benefícios e estabilidade contratual.

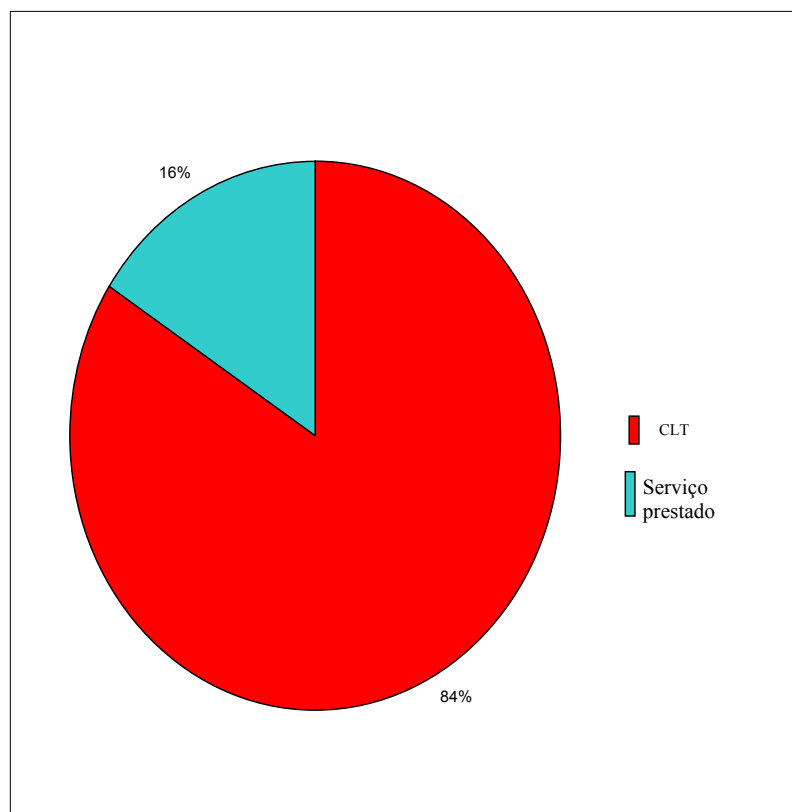


Figura 75 – Regime de Trabalho. Elaboração: Lílian Andrade.

No espaço de tempo de quase 30 anos, desde o primeiro equipamento, em 1979, até 2005, o número de hotéis que se instalaram no local cresceu em proporções modestas se comparados a outros destinos semelhantes (Figura 76).

Desses, cerca de 50% dos estabelecimentos estão em funcionamento há 10 anos, em média.

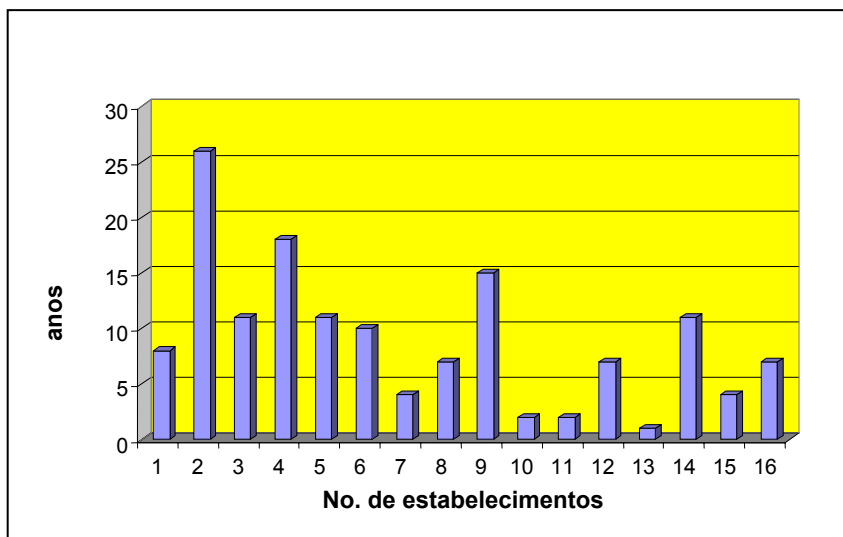


Figura 76 - Tempo de funcionamento em Lençóis.

Elaboração: Lílian Andrade.

Na Figura 77 constata-se que 60% dos estabelecimentos não efetuaram registro junto ao Ministério do Turismo.

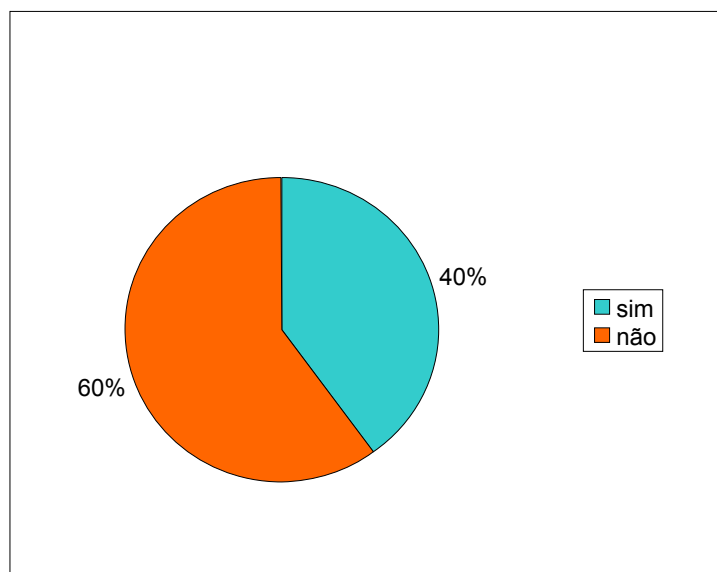


Figura 77 – Registro no Mtur. Elaboração: Lílian Andrade.

Da mesma forma que as operadoras de receptivo de Lençóis, durante os períodos de alta estação, os hotéis utilizam contratos de prestação de serviços para terceirizar mão-de-obra, uma vez que é preciso atender um grande número de hóspedes e realizar possíveis manutenções no hotel e em suas unidades habitacionais, bem como oferecer uma gama de serviços para atender seus clientes. No entanto, percebe-se na Figura 78 que a grande maioria dos estabelecimentos não terceiriza serviços.

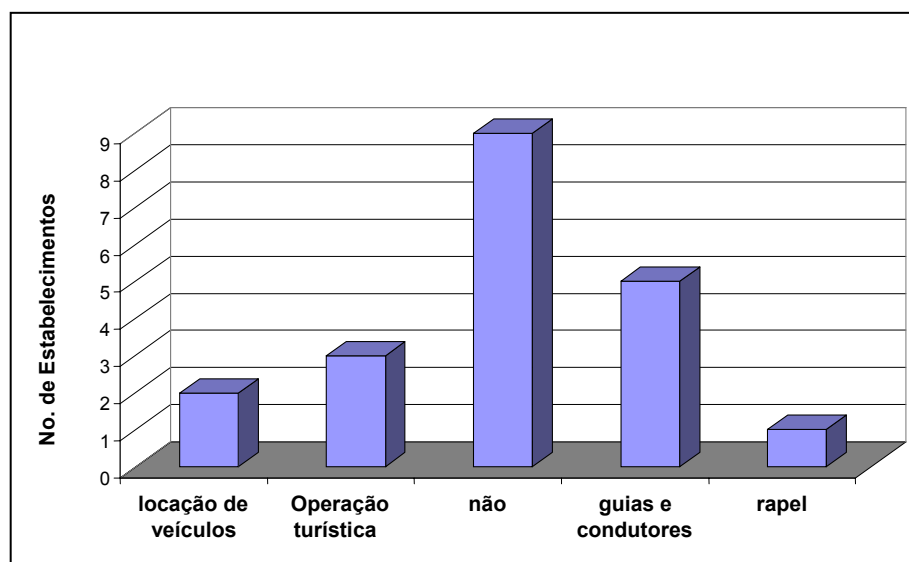


Figura 78 - Serviços terceirizados. Elaboração: Lílian Andrade.

Através da Figura 79 identifica-se a origem dos proprietários dos hotéis no município de Lençóis; verifica-se que os mesmos vieram dos mais diversos destinos nacionais e internacionais, mas a quantidade de empresas hoteleiras pertencentes a pessoas que fazem parte da comunidade em questão é bastante significativa, isso devido a muitos moradores que, a partir do surgimento da atividade turística em Lençóis, transformaram suas casas em pequenas pousadas e, desta forma, muitos atualmente são hoteleiros.

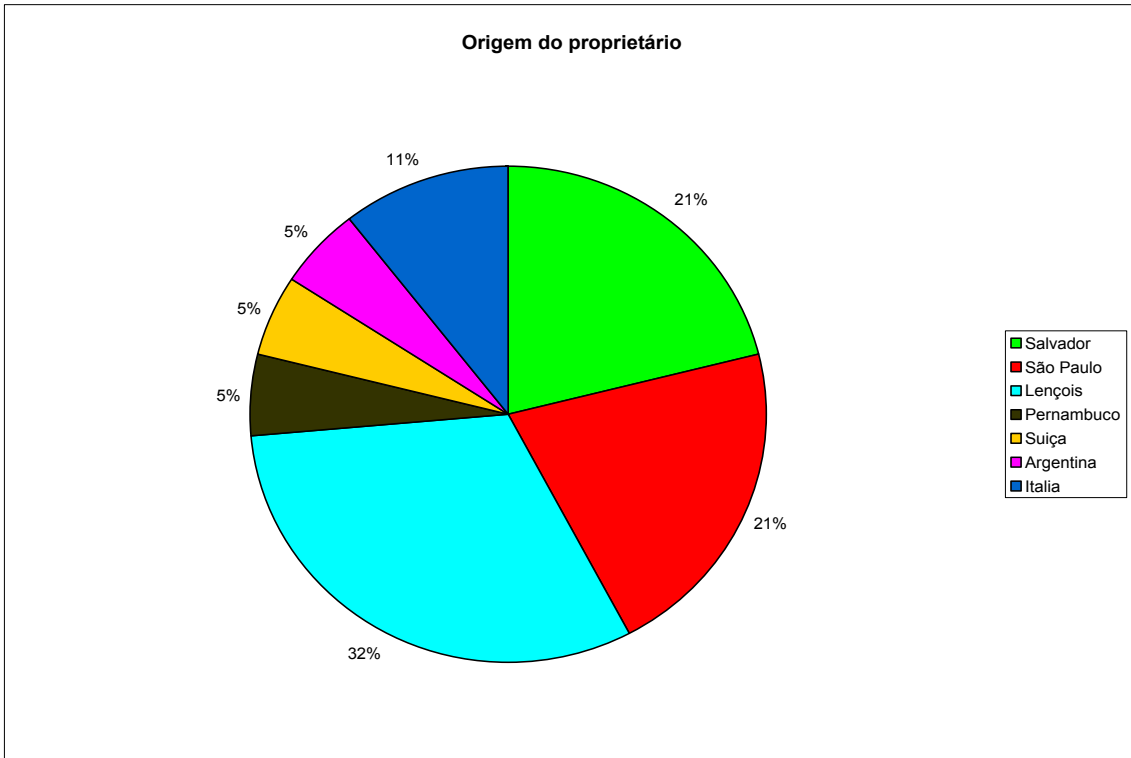


Figura 79 - Origem do proprietário. Elaboração: Lílían Andrade

Lençóis conta apenas com uma filial de uma rede hoteleira regional, o Portal de Lençóis, com matriz em Salvador e outra filial em Valença, o Portal Rio Una. Os demais hotéis pesquisados não possuem matriz ou filial fora de Lençóis.

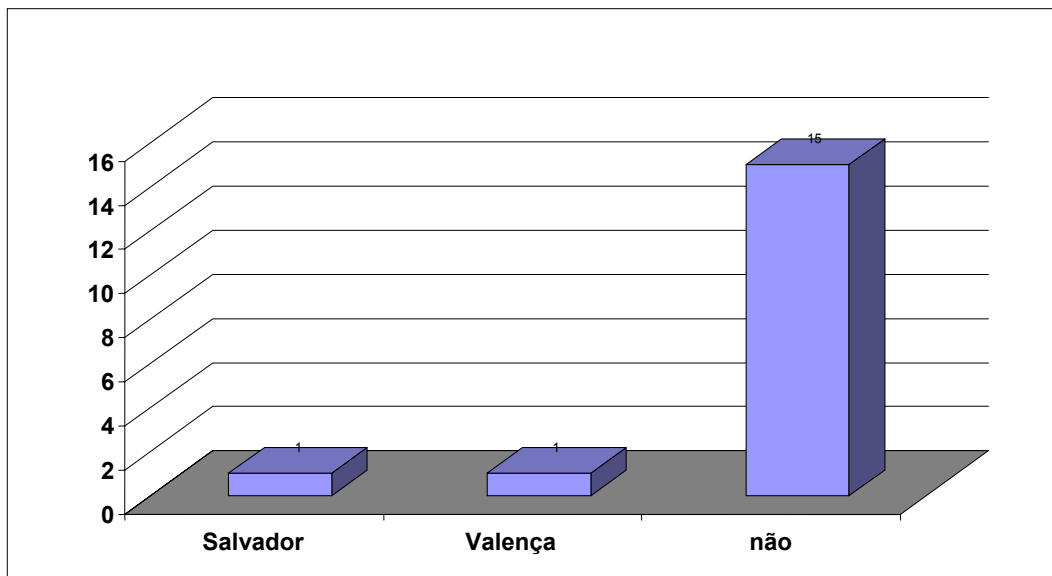


Figura 80 - Matriz ou filial em outra praça. Elaboração: Lílían Andrade.

Ainda assim 63% da oferta são comercializadas em mercados como Salvador, São Paulo, Aracaju, Recife e ainda através da Internet (Figura 81).

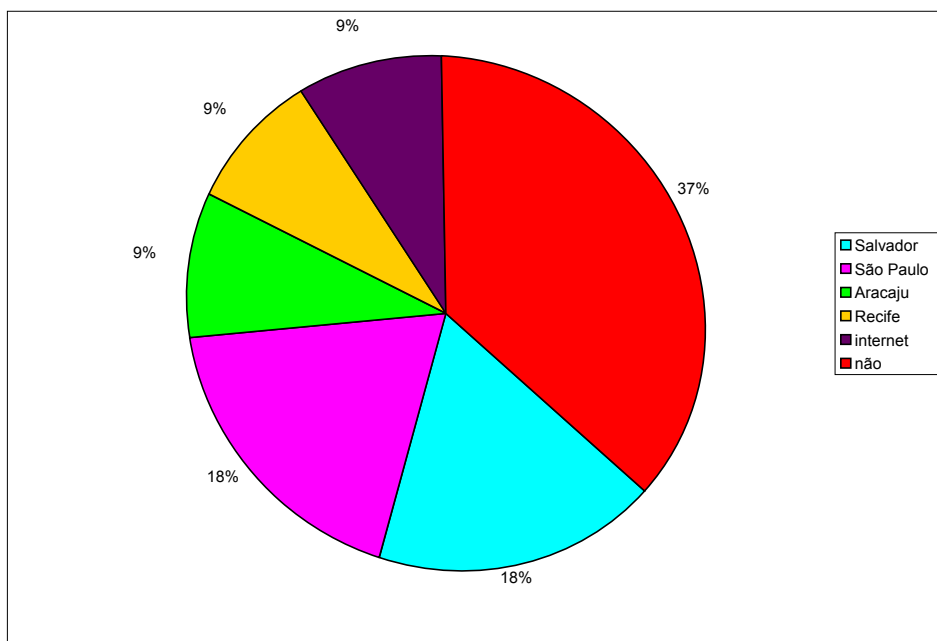


Figura 81 - Venda em outros mercados. Elaboração: Lílian Andrade.

Dentre os produtos à venda para os clientes, nos empreendimentos hoteleiros da cidade de Lençóis, o maior destaque é a hospedagem, ou seja, a UH, seguida da alimentação e do aluguel de espaços como auditórios e salas para eventos, serviço bastante procurado por diversas empresas (Figura 82).

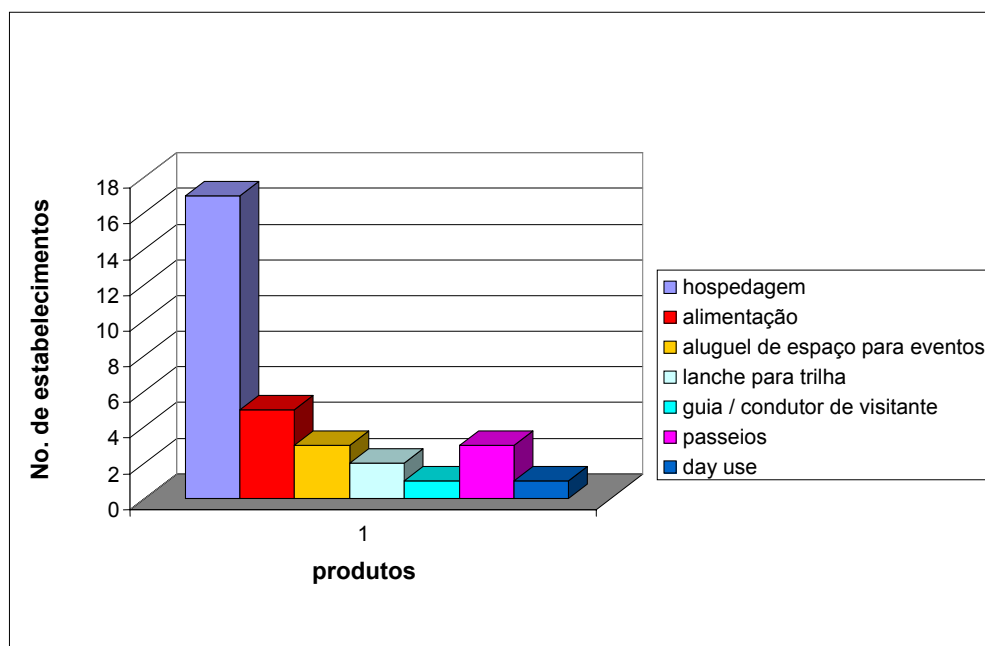


Figura 82 - Produtos que a empresa vende. Elaboração: Lílian Andrade.

Entre os produtos regionais oferecidos aos equipamentos hoteleiros de Lençóis, os mais consumidos são os gêneros alimentícios, em função do próprio ramo da atividade. Os estabelecimentos de pequeno porte consomem no comércio local tudo o que necessitam além dos gêneros alimentícios, produtos genéricos como material de limpeza até mobiliário e utensílios (Figura 83).

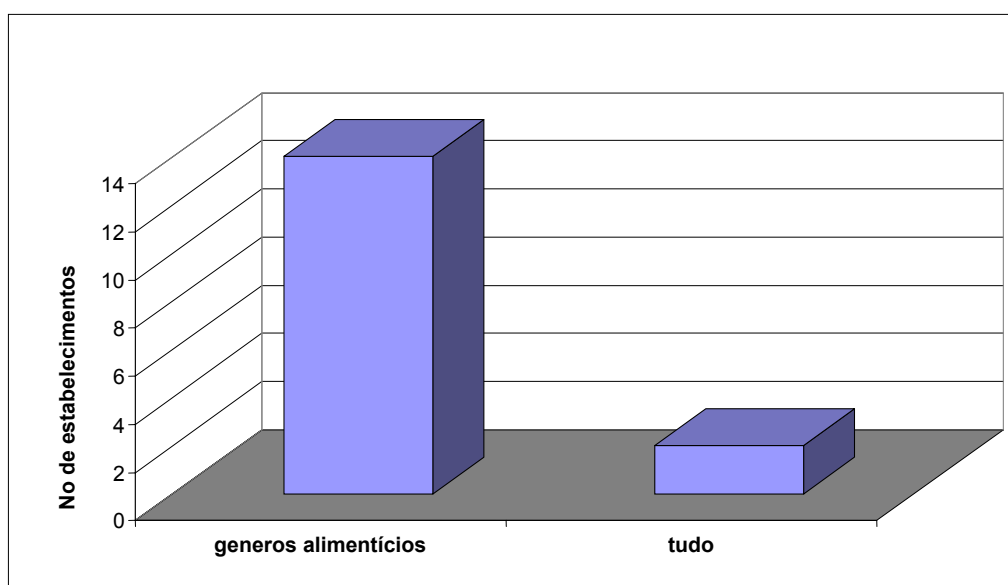


Figura 83 - Produtos que a empresa consome. Elaboração: Lílian Andrade

4.1.3 A sociedade organizada

As instituições civis, associações e organizações não governamentais representam a sociedade organizada de Lençóis onde se destacam a Associação Grãos de Luz e Griô, uma ONG que trabalha com crianças carentes e idosos, na área de educação e resgate cultural; a Creche Mãe Fifa, que atua na periferia atendendo menores carentes e viabilizando oportunidade de renda para suas mães através da produção artesanal; a Associação Avante Lençóis, formadora de opinião e conscientização política que atua através de dois veículos de comunicação, uma estação de rádio e um jornal mensal; a Fundação Cultural Steve Horman, de apoio e realização de projetos

culturais; Fundação Chapada Diamantina; Instituto Barro Branco; Grupo Ambientalista de Lençóis; Brigada Voluntária de Combate a Incêndios Florestais de Lençóis – entidade de utilidade pública; Sociedade Philarmônica Lyra Popular de Lençóis; Associação dos Condutores Visitantes de Lençóis, ACLV; Sociedade União dos Mineiros e a Associação Cooperativa de Artesanato Lençóis, atualmente inativa.

Entre essas instituições foram escolhidas duas para identificar o perfil de atuação no espaço turístico. Foram identificadas a Brigada Voluntária de Combate a Incêndio Florestal de Lençóis, BVL, e a ACVL. A BVL conta com 36 membros cadastrados e 40 voluntários. Pessoa jurídica de utilidade pública, criada através da lei municipal n.558/01, com a finalidade principal de organizar a ação de associados e voluntários para o combate ao fogo, para salvamento, resgate e primeiros socorros. A BVL também atua na condução de visitantes durante os passeios nas trilhas de Lençóis. O perfil traçado do brigadista a partir de entrevista com o presidente da entidade, Erasmo Bagio, informa que o brigadista tem, em média, primeiro grau, idade entre 18 e 53 anos, 90% são naturais de Lençóis e, além de atuar no combate a incêndios, eles exercem a função de pedreiros, sendo também filhos e netos de garimpeiros. Cerca de 10 brigadistas são associados da ACVL. Para ser cadastrado, é preciso ter curso de formação de brigadista e já ter participado de cinco incêndios e, para permanecer, é preciso seguir o Código de Ética.

A ACVL foi criada em 1995. Tem atualmente 152 associados, com idade média de 27 anos, 80% são procedentes de Lençóis, e ainda de São Paulo, Salvador, Iraquara, Utinga, Estados Unidos, Áustria, França e Argentina. A Atividade principal dos associados é conduzir os turistas em visita a Lençóis, muito embora a maioria também busque a sobrevivência desempenhando outras atividades como pedreiros, carpinteiros, entre outras, especialmente nos períodos de baixa estação quando o fluxo

turístico diminui e há pouca procura para o serviço. Para fazer parte da ACVL o candidato precisa atestar residência em Lençóis por pelo menos três anos; ser apresentado a associação por um membro ou agência de turismo à qual já tenha prestado serviço; Assim como a BVL, os membros da ACVL também seguem um código de ética. A organização da entidade chega ao nível de oferecer assistência médica e odontológica. Dentro do quadro de associados, há profissionais com qualificação em outros idiomas, principalmente o inglês, espanhol, francês e alemão.

4.2 AS VELHAS E NOVAS FORMAS X AS VELHAS E NOVAS FUNÇÕES



Figura 84 - Um trecho da cidade de Lençóis vista do alto.



Figura 85 - Praça Otaviano Alves, 2004.

*Aquela rua tortuosa, estreita
e esburacada,
por muito tempo foi dos garimpeiros
refúgio e morada.*

*Havia ali também os lambanceiros
que não iam garimpar,
mas simplesmente a boa fé
dos incautos explorar.*

*Eram comuns ali brigas, arruaças,
discussões, gritarias e sapateados,
tudo numa algazarra infernal.
Vênus vivia solta,
nua e desenvolta,
como se estivesse
em permanente bacanal.*

*Chamaram-na por isso
de Rua da Baderna
e os moradores que ali viviam
de baderneiros.*

*Mas um dia, veio o progresso.
Casas bonitas foram surgindo,
barracos, casebres foram sumindo
e os moradores também saindo
para outros refúgios de garimpeiros.*

(Pinto, s.d. p.7)

“Sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial” [...] A afirmação de Santos (1992, pág. 49) se aplica perfeitamente ao espaço produzido pelo turismo em Lençóis considerando-se que este se apropriou de antigas formas dando-lhes novas funções.

O ciclo do garimpo produziu em Lençóis formas de tamanha imponência, que valeu à cidade o tombamento como Patrimônio Histórico Nacional e o título de Cidade Monumento. Assim como a abundância produziu formas arquitetônicas generosas, inspiradas na corte européia que no final do século XIX exercia forte influência no efervescente núcleo urbano do interior da Bahia, o esgotamento desse ciclo provocou a desconfiguração desse território a partir da decadência econômica da sociedade garimpeira. Por quase meio século, a cidade assistiu inerte o êxodo da sua população em busca de novas oportunidades fora do território, e a degradação de suas formas arquitetônicas.

Paralelo ao arruinamento urbano, a ascensão do garimpo mecanizado, na década de 60, veio contribuir para a degradação ambiental. Matas foram extraídas do fundo de grotões, rios foram assoreados e tiveram seus cursos desviados enfim, a paisagem natural não escapou da ação das dragas e também acompanhou o processo de desconfiguração do território.

Com a iniciativa do Governo do Estado de reaquecer a economia da Chapada Diamantina tendo como vetor de desenvolvimento o Turismo, e mais especificamente, o ecoturismo, a partir da década de 70 nova reconfiguração é proposta ao território. A cidade de Lençóis, por motivos já especificados anteriormente, é identificada para tornar-se destino âncora para a atividade turística na região e passa a receber uma atenção especial das gestões públicas em termos de projetos e recursos. Com o início das intervenções públicas na região, a iniciativa privada começa a investir em equipamentos, notadamente a instalação de pequenos

estabelecimentos de hospedagem e alimentação e, em seguida, serviços diversos. A Figura 86 representa a síntese da totalidade da mutação de que fala Santos. O espaço da PHARMÁCIA, do início do século XX, ganha nova função com o advento do turismo, transformada em uma loja de cosméticos no final do mesmo século. É interessante observar a superposição de funções em uma mesma forma, dentro de um processo cuja dinâmica da estrutura sócio-econômica permite, em certas circunstâncias, a preservação de antigos valores patrimoniais, neste caso, uma referência à língua portuguesa arcaica.



Figura 86 – A síntese da mutação em uma imagem.

Foto: Lilian Andrade

Como já foi dito anteriormente, o advento do Turismo, como atividade econômica, promoveu a recuperação e a valorização do patrimônio arquitetônico urbano, muito embora, em alguns casos, a própria ação do turismo também seja responsável pela descaracterização desse patrimônio. Um exemplo claro é o primeiro equipamento hoteleiro, de categoria turística, instalado na cidade em 1979 (Figuras 87 e 88). Consta no Inventário de Proteção ao Acervo Cultural da Bahia:

“Casa de Lapidação de relevante interesse arquitetônico [...] Um pequeno alpendre posterior protege a roda d’água, que acionava os rebolos de lapidação [...] A propriedade compreendia uma casa de residência e a oficina de lapidação. A casa foi convertida naquele mesmo ano (1979) em pousada, sendo eliminada toda a sua decoração neogótica; enquanto a oficina, que se encontrava em péssimo estado de conservação foi estabilizada”. (Ipac, 1997, p. 251)



Figura 87 - Residência. Foto: Steve Horman, 1970.



Figura 88 - Hotel de Lençóis. Foto: Lílian Andrade, 2004.

Na verdade, o principal acervo patrimonial em questão, a Casa de Lapidação (Figura 5 da pág. 53), foi completamente desconfigurada em sua forma e função original. A roda d’água foi incorporada ao hotel como elemento decorativo e a própria oficina, cujo descritivo do Iphan informa que era independente da casa, foi anexada ao patrimônio do estabelecimento, atualmente um hotel de médio porte. O prédio da oficina, hoje sem função, situa-se no quintal do hotel.

Um ícone representativo dessa mutação, configura-se como um dos principais símbolos arquitetônicos da cidade: a residência da família Sá (Figuras 89 e 90), doada à prefeitura na década de 70 pelo Governo do Estado, foi recentemente restaurada pelo Programa Monumenta para abrigar um museu. A obra foi concluída em 2004, porém, a morosidade das ações públicas, fez com que até os dias de hoje (junho de 2006) o museu ainda não esteja instalado, causando ansiedade e indignação na população que aguarda pelo seu espaço de memória.



Figura 89 - Casa do Coronel Sá, 1970. Foto: Steve Horman.



Figura 90 - Prefeitura, 2003. Foto: Lillian Andrade.

Outro exemplo de desconfiguração e reconfiguração urbana é a praça Horácio de Matos, observado a partir de dois processos distintos. No primeiro, um incêndio na “Magnólia”, principal casa de comércio da cidade até o início de século passado, deu lugar à sede dos Correio e Telégrafos (Figuras 91 e 92), antes do tombamento da cidade, descaracterizando a área de sua forma arquitetônica original.



Figura 91 - Praça Horácio de Matos. Coleção Mestre Osvaldo, 1906.



Figura 92 – Praça Horácio de Matos. Foto: Lillian Andrade, 2004.

Mais adiante, após o tombamento, ou seja, já sob a responsabilidade do Iphan, o Banco do Brasil constrói sua sede em terreno onde, originalmente, havia uma edificação de apenas um pavimento. As Figuras 93 e 94 demonstram a descaracterização do sítio histórico onde a nova forma sufoca um antigo ícone do ciclo do diamante: o prédio do Vice-Consulado Francês.



Figura 93 - Praça Horácio de Matos.
Coleção Mestre Osvaldo, década de 70.



Figura 94 - Praça Horácio de Matos.
Foto: Lílian Andrade, 1004.

Um último exemplo bastante representativo dessa mudança é o Mercado Municipal de Lençóis, construído no início do Século XX, na margem direita do rio Lençóis, próximo à ponte, para abrigar a feira livre da cidade. Cerca de cem anos depois, no início deste século e em função da atividade turística, o Mercado Municipal passa por uma restauração através do Programa Monumenta, ganhando uma nova função, a de espaço cultural, para insatisfação geral da população local que assistiu impotente a transferência da feira livre para a periferia da cidade.

Estes são alguns exemplos onde antigas formas adquiriram novas funções a partir da mudança na ordem econômica local. No entanto, é possível observar na totalidade do conjunto arquitetônico da cidade, que o espaço produzido pelo turismo na verdade, foi apropriado a partir de um outro espaço, o da sociedade diamantífera. Sociedade esta que inicialmente se instalou na então praça da Feira, hoje praça Horácio de Matos, a mais movimentada da cidade, onde moravam “as famílias de bem” como explica Mestre Osvaldo Senna, antigo morador considerado a “memória viva de Lençóis”. Os sobrados ali instalados eram, em sua maioria, construções mistas, onde as famílias residiam no andar superior enquanto o andar térreo era destinado ao comércio. Os garimpeiros moravam nas ruas subseqüentes, num zoneamento determinado pelo poder econômico. Ali estavam situadas as

residências da sociedade abastada e poderosa da região, da mesma forma que hoje buscam a instalação naquele espaço, os representantes do poder atual: os empresários de negócios relacionados ao turismo. Desta forma, antigas residências tornaram-se pousadas, hotéis, bares, restaurantes, ou seja, equipamentos diretamente relacionados ao consumo turístico. A consequência imediata desta mudança foi a supervalorização do espaço habitado, que se tornou espaço mercadoria, moeda de troca para a comunidade tradicional que se mudou para a periferia; acrescente-se aqui o próprio ambiente natural que tem atualmente a função de produto turístico, a ser consumido a partir de atividades direcionadas ao ecoturismo.

5. Conclusão

Retomando a hipótese que norteou esse estudo de caso - “A produção do espaço pelo turismo em Lençóis caracteriza-se por uma dinâmica desigual em face da predominância do subsistema econômico sobre o ecológico, social e cultural, estabelecendo, desse modo, uma organização espacial onde a superestrutura define a infra-estrutura e o conjunto de ações operacionais” - é possível ratificá-la a partir dos resultados obtidos.

O modelo do Sistur, criado por Beni para analisar a estrutura do turismo e escolhido neste estudo de caso como referencial teórico metodológico para explicar os fatos da pesquisa, foi de fundamental importância para identificar, analisar e interpretar o espaço produzido pelo turismo em Lençóis. Os conceitos de Milton Santos sobre as categorias espaciais reforçaram o entendimento do processo de produção do espaço do turismo, ficando claro a compreensão de que o espaço, enquanto morada do homem transformado em mercadoria, tanto é sua liberdade quanto sua prisão.

A partir da análise do espaço produzido pelo turismo em Lençóis sob a ótica do Sistur, ratifica-se a predominância do Subsistema Econômico sobre todos os outros, não só no conjunto ao qual pertence, o das Relações Ambientais, como nos dois outros: o da Organização Estrutural e o das Ações Operacionais, determinando prioridades que nem sempre são compatíveis com as necessidades da população e sim, com os interesses de uma minoria detentora do poder.

Somente assim é possível explicar por que no âmbito do Conjunto da Organização Estrutural, o Subconjunto da Superestrutura, ou seja, a instância de Governança, exercida principalmente pelo poder público estadual, estabeleceu como ação prioritária para o Prodetur I, o investimento de mais de US\$ 7 milhões na construção de um aeroporto, quando a sociedade organizada lençoense reivindicava a implantação de um terminal rodoviário e a melhoria da malha rodoviária regional. Inaugurado em 1998, o Aeroporto da Chapada

Diamantina Coronel Horácio de Matos, nunca teve um fluxo turístico expressivo como demonstra o movimento de passageiros. Para se ter a exata noção do deste movimento é necessário comparar os números do aeroporto de Lençóis com os de Porto Seguro, o segundo maior aeroporto em termos de movimentação de vôos e passageiros no estado. Enquanto o aeroporto de Porto Seguro recebeu 650 mil passageiros no período entre janeiro e outubro de 2005, o aeroporto de Lençóis recebeu 3.570 passageiros no período entre janeiro e novembro do mesmo ano (Fonte: Infraero). A diferença é gritante, ainda que não se deva comparar o fluxo turístico de um destino massivo, como é Porto Seguro, com um destino ecoturístico, como é Lençóis.

Segundo informações da Infraero, o ano de 2000 foi o de maior movimento de passageiros no aeroporto de Lençóis, com um total de 9.052 pessoas em 2.432 vôos, o que representa uma média de 3,72 passageiros por vôo. No ano de 2004 foi registrado o maior movimento de vôos para o aeroporto Lençóis desde a sua inauguração: foram 2.444 vôos para um movimento de 5.323 passageiros, resultando na média de 2,17 passageiros por vôo. O resultado é um déficit de R\$ 30 mil por ano nas contas da Sinart (empresa que administra o equipamento). Uma vez que o Aeroporto de Lençóis está fora das rotas das companhias aéreas nacionais, as linhas aéreas para aquele destino ficam a cargo de companhias regionais que, por falta de passageiros, também não têm interesse na rota. O resultado é a instabilidade na permanência de vôos regulares para o destino. A última empresa do ramo que mantinha um vôo regular de segunda a sexta-feira (até março deste ano), agora só oferece o vôo aos sábados e já ameaça eliminá-lo a partir de julho, quando entrar em operação um vôo charter direto de São Paulo que só permanecerá durante a alta estação.

As próprias pesquisas de demanda turística, realizadas pela Bahiatursa, informam que entre os anos de 98 e 2002, o ônibus de linha foi o meio de transporte mais utilizado pelos turistas com um percentual de 49,81%, seguido do automóvel com 21,65% (média anual para

o período). Ainda assim, a implantação do Terminal Rodoviário e melhoria da malha rodoviária regional, orçado em US\$ 5, 9 milhões não foi colocado como prioridade no Prodetur I, continuando no quadro de investimentos em projeto para o Prodetur II. O resultado é o comprometimento da acessibilidade para o destino Lençóis, Chapada Diamantina, item considerado fundamental para o incremento e manutenção do fluxo turístico.

Ainda no Conjunto das Relações Ambientais, um contra-senso no espaço produzido pelo turismo em Lençóis diz respeito à questão social. Segundo o último senso do IBGE (2000) 52% da população de Lençóis vivem abaixo da linha de pobreza, de onde se conclui que o Turismo ainda não é um fator de desenvolvimento local e sim, uma oportunidade de negócio principalmente para empresários que vêm de outras regiões e até mesmo de outros países, chegam na condição de turista e resolvem ficar. Segundo informações do ex-secretário de Turismo de Lençóis, Heraldo Barbosa, cerca de 1.000 pessoas atualmente ocupam postos de trabalho no mercado local o que representa 11,22% da população Este número contradiz o secretário de Turismo posterior, Jorge Matos, que afirma que 90% da população de Lençóis sobrevive do turismo. Infelizmente não há como mensurar esse mercado uma vez que ele é, em sua grande maioria, informal.

O que se observa é que esses postos de trabalho, em grande parte, estão ocupados por jovens melhor preparados, provenientes de outras regiões. Não é difícil compreender o porquê. Na medida em que a população residente ficou sem alternativa de sobrevivência com o ciclo do diamante, a população jovem deixou a região em busca de novas oportunidades. Quando o ciclo do turismo foi iniciado - e ele foi inserido de fora para dentro, sem que a população tivesse conhecimento, fosse consultada sobre o assunto e muito menos preparada – a primeira preocupação do governo foi a de instalar um equipamento de hospedagem, porém sem envolvimento da comunidade local. Tanto é que não foi feito, a princípio, qualquer trabalho de conscientização da população e inserção para a nova atividade. Mesmo as duas

pensões existentes à época de implantação do novo equipamento, e que hospedavam os técnicos que acompanhavam a obra, tomaram conhecimento do processo ou foram beneficiadas com abertura de linha de crédito para a requalificação dos equipamentos.

O resultado não poderia ser outro: despreparada e desqualificada, a comunidade autóctone ficou à margem, com o subemprego. Isto foi constatado não só no resultado dos questionários aplicados como também em visita a uma das áreas periféricas da cidade, a Vila São José. Fruto da exclusão social e da ocupação desordenada do solo no perímetro urbano de Lençóis, a “Vila São José” é uma invasão instalada na margem direita da entrada da cidade, a partir de 2001. Aí vivem 150 famílias, cerca de 400 pessoas em sua maioria mulheres e crianças provenientes da sede do município (sem teto e moradores de tocas) e dos povoados de Remanso e Tanquinho. Eles são pintores, pedreiros, lavadeiras, domésticas, guias, artesãos e ex-garimpeiros. Vão, diariamente, ao encontro de trabalho temporário. A área não dispõe de saneamento básico, nem energia elétrica que é providenciada pelos moradores de forma clandestina. É o retrato da exclusão social produzida pelo Turismo.

Também o Subsistema Ecológico, dentro do Conjunto das Relações Ambientais - representado pela prática do ecoturismo em três Unidades de Conservação - está comprometido em suas múltiplas funções. Ainda que percebida a intenção e a preocupação da gestão pública pra com o uso sustentável das áreas naturais, fica evidente as múltiplas carências dessas UCs desde o plano de manejo (ferramenta indispensável para a gestão da área) até a fiscalização, monitoramento, sinalização turística, infra-estrutura adequada para o receptivo a visitantes e a mão de obra para receber os mesmos.

Uma outra questão ambiental ainda não resolvida diz respeito ao lixo urbano. Ainda que a população tenha consciência sobre redução, reciclagem e reutilização, a administração municipal não promove a coleta seletiva e nem dispõe de aterro sanitário. O município de Lençóis, em 30 anos, não alcançou o patamar da sustentabilidade turística,

sendo questionável falar da existência efetiva de atividade ecoturística. Prova disso é a falta de um aterro sanitário, outra ação identificada como prioritária pela sociedade organizada de Lençóis, porém não incrementada pela gestão pública. No quadro de investimentos públicos referentes ao Prodetur, o item elaboração e implantação de plano diretor de limpeza urbana e construção de aterro sanitário foi orçado em US\$ 75 mil, porém até o momento não saiu do papel. O resultado é a imagem contraditória de um destino que se promove como de ecoturismo, mas que apresenta, exatamente na entrada da cidade, o lixão.

Pelo exposto, é possível constatar que, no primeiro momento, a política pública estadual para o desenvolvimento do turismo em Lençóis se caracterizou por incentivar a implantação de novos hotéis; organizar campanhas de promoção turística; e viabilizar infraestrutura para o transporte aéreo até o destino com a implantação do aeroporto. No entanto, constata-se o equívoco no planejamento uma vez que não se priorizou as necessidades da população lembrando a máxima que afirma que “uma cidade só é boa para o turista quando ela é boa para os seus moradores”.

São muitos os fatores que explicam, mas não justificam o desenvolvimento do turismo de forma desigual em Lençóis. Entre eles, a falta de participação de todos os representantes da cadeia produtiva na construção do processo de desenvolvimento do turismo.

Segundo pesquisas realizadas pela SCT e Bahiatursa, Lençóis responde, como destino consolidado, pelo desempenho mais fraco, o menor fluxo, a menor renda gerada dentre os destinos âncoras nas zonas turísticas do estado. Este é o lado da comercialização que não pode ser imputado ao governo. A falta de empreendedorismo leva à falta de comercialização de equipamentos e serviços.

Outro ponto é a questão da disputa entre a antiga e a nova atividade econômica, sendo que a nova atividade atraiu pequenos e micro empresários. Pequena parte da comunidade tradicional, a que vem do diamante, abraçou a idéia do turismo e está se

desenvolvendo; o antigo garimpeiro “virou” guia, tem uma barraca de artesanato ou pequenos negócios que foram criados dentro do espaço do turismo; mas tem outra parte da população que só acredita no garimpo, ainda espera a sua volta, e que entra em choque com essa outra população de empresários, cuja maioria veio de fora e não tem essa relação com a terra, esse sentimento de enraizamento.

A princípio, Lençóis não corre o mesmo risco da economia do garimpo, da mono atividade, até porque hoje, na região da Chapada, não apenas Lençóis e sim toda a região vem se desenvolvendo inclusive na agricultura. Em todo caso, não é bom a situação da mono atividade pois ela está sujeita a uma série de variáveis, muitas vezes exógenas e não se tem nenhum controle sobre elas.

Outros impactos negativos identificados são considerados “próprios do destino turístico”. A droga aumentou, a prostituição infantil aumentou, o aviltamento dos preços também, essas coisas são próprias de um destino turístico, a cidade cara, uma cidade que se torna inviável para o morador, mas são impactos do próprio turismo, é muito difícil minimizar esses impactos, conclui.

Outra questão ainda insolúvel é a falta de infra-estrutura dos atrativos naturais. A maioria desses atrativos se encontra em áreas públicas, unidades de conservação, e nas poucas áreas particulares – fazendas – onde os proprietários geralmente não são os investidores nos negócios do turismo, não havendo, portanto, o crescimento da conscientização conservacionista – cultural e ambiental. Nos poucos atrativos explorados por particulares cobra-se um ingresso de preço elevado se comparado à precária infra-estrutura oferecida.

Observou-se ainda que, embora receba um grande fluxo de turistas, este não se reverte numa receita elevada (82,8 mil / US\$13,01 milhões em 2003. Fonte SCT/Bahiatursa). Além disso, mesmo contando com investimentos e políticas públicas significativas, atraindo também empreendimentos privados, não se verificou uma articulação entre os agentes

envolvidos ou o desenvolvimento de um mecanismo adequado de controle do volume turístico, bem como do funcionamento das agências que operam no local e, principalmente, adoção de mecanismos eficazes para a cobrança de impostos.

Retornando às considerações apresentadas no início desse trabalho, o turismo é uma atividade que envolve múltiplas dimensões sociais, que toma a paisagem como objeto e re-significa-a. O ecoturismo, segmento dessa atividade, está impregnado pela idéia do retorno à natureza como meio de escapar dos males causados pela cultura urbana; assim, o natural recebe novos valores, ideologicamente construídos. Destaca-se que, idealmente, o ecoturismo é uma prática associada ao conhecimento, convivência, conservação e o desenvolvimento do meio ambiente (entendido de forma ampla). No entanto, como atividade econômica, o espaço turístico também é espaço consumido, produto a ser vendido por inteligentes estratégias de marketing. Desse modo, ao analisar os exemplos de políticas públicas voltadas para o ecoturismo em Lençóis, pode-se dizer que embora haja diferenças qualitativas no cumprimento das diretrizes legais, na participação do poder público, dos retornos financeiros decorrentes dessa atividade, no envolvimento dos moradores locais, na forma como o turista é atendido, dentre outros, essa é uma atividade que deve gerar lucro, onde natureza é o produto inserido na lógica dos mercados: o encontro com a natureza carece de investimentos, estrutura, organização, políticas etc. Fundamentalmente, o que se pretende dizer é que embora seja uma atividade econômica e social relevante, em termos teóricos é necessário perceber que o ecoturismo, em tese, pretenda negar os valores do mundo urbano-industrial, é uma prática inserida e que compõe a ideologia que o sustenta.

Faz-se necessário sugerir uma prognose para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável em Lençóis, alinhadas em duas frentes de ações: na primeira, voltada para os pontos fracos do município, é preciso ordenar a atividade turística internamente, cabendo à instância de governança, nas três esferas de poder, partir para o efetivo cadastramento,

fiscalização e controle das atividades empresariais, que além de gerar renda para seus proprietários, deve gerar recursos na forma de impostos para reinvestimento nas necessidades gerais da população e do município como um todo; e nas específicas, o que remete à segunda frente de ação: voltada para a promoção e comercialização do destino turístico LENÇÓIS, CHAPADA DIAMANTINA, onde a iniciativa privada precisa investir na consolidação do produto nos principais mercados emissores nacionais e internacionais. Finalmente é preciso requalificar o destino no nível da oferta de produtos e serviços, visando a captação de um público diferenciado, o verdadeiro ecoturista, que deverá aumentar não em termos quantitativos mas em termos qualitativos.

6. Referências

- BAHIATURSA. **A estratégia turística da Bahia: 1991-2005/Bahiatursa**. Salvador: Omar G., 2000.
- BAHIATURSA. **Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental Marimbus – Iraquara**. Síntese. Salvador: Pallotti. 1998.
- BAHIATURSA. **30 anos 1968-1998 / Empresa de Turismo da Bahia**. Salvador, 1998.
- BARBOSA, Yacim Melgaço. **O Despertar do Turismo. Um olhar crítico sobre os não lugares**. São Paulo: Aleph, 2001.
- BARROS II, Sílvio Magalhães e La PENHA, Denise Hamú M. de (orgs.). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Embratur, 1994.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 7^a ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BOMSUCCESSO, Frederico. **Produção e Consumo do Turismo em Salvador: uma Análise da Sustentabilidade Turística**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências. UFBA, 2004.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: ONU, 1987.
- CEBALLOS – LASCURÁIN, Hector. **Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.
- CIFUENTES, Miguel. **Determinación de capacidad de carga turística em áreas protegidas**. Turrialba: CATIE, 1992.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global: O turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papirus. 1998.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 3^a ed. – São Paulo: Contexto, 1991.
- CPRM. **Projeto Chapada Diamantina: Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA: Informações Básicas para a Gestão Territorial: Diagnóstico do Meio Físico e da Vegetação** / Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Salvador: CPRM: IBAMA. 1994.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo, Contexto. 2000.
- CUNHA, Conceição. O recurso natural como produto turístico. **Bahia, Análise e Dados**. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v 11, n.º 02, setembro 2001.
- FENNELL, David A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.
- FUNCH, Roy. **Um guia para a Chapada Diamantina**. Cruz das Almas: Gráfica e Editora Nova Civilização, 2002.
- FRANCO, M. de A. R. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**. São Paulo. Annablume. Fapesp. 2000.

- GARCEZ, Angelina. **Lençóis trajetória histórica**. Consuelo P. de Sena. Lençóis: Gráfica Gutemberg, 1992.
- GARRIDO, Inez Maria Dantas Amor. **Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, clusters e redes**. Salvador: Bigraf, 2002.
- GOODWIN, Harold J. **Pursuit of Ecotourism**. : Springer Netherlands, 1996.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.
- GOMES, Josildete. **Povoamento da Chapada Diamantina**. In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia N° 77. 1952.
- GONÇALVES, Neyde Maria Santos (org). **Os lugares do Mundo a Globalização dos Lugares**. Maria Auxiliadora da Silva, Creuza Santos Lage. Salvador: UFBA. 2000.
- GRINOVER, Lúcio. **Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade**. Universidade Livre do Meio Ambiente. Curitiba. 1993.
- HARTSHORE, Richard. **Questões sobre a natureza da Geografia**. Rio de Janeiro. IPGH, 1969.
- IPAC-BAHIA: **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia; monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina**. –2.ed. v. quatro. Salvador. 1997.
- IRWING, Marta Azevedo e AZEVEDO, Júlia. **Turismo, o desafio da sustentabilidade**. São Paulo. Futura, 2002.
- KNAFOU, Remy. **Turismo, integração do território e globalização: considerações sobre o mercosul**. in.: RODRIGUES, A. Turismo e Geografia . Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitc, 1995
- LAGE, Creuza Santos. **Refletindo sobre o projeto de pesquisa em Geografia**. Salvador: UFBA, 2002.
- LEMOES, Amália Inês G. de (org). **Turismo Impactos Socioambientais**. São Paulo. Hucitec. 1ªed. 1996.
- LÉDA, Renato Leone Miranda. **Políticas Públicas e Territorialização do Desenvolvimento Turístico na Bahia – O caso da Chapada Diamantina**. Tese de Doutorado. PPGG/UFRJ. 2003.
- LEONE, Ângela. **Turismo em Área Periférica Protegida: o caso de Lençóis e arredores, Chapada Diamantina – Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências. UFBA. 2001.
- LEUZINGER, Cláudio. **Ecoturismo em Parques Nacionais**. Brasília: W. D. Ambiental, 2002.
- LIMA, Carlos César Uchôa de, Nolasco, Marjorie Csekö. **Lençóis, uma ponte entre a geologia e o homem**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Ciências Exatas, 1997.
- LIPIETZ, Alain. **A ecologia política, solução para a crise da instância política ?** Conferência CLACSO Democracias sustentáveis ? Roteiros para a Ecologia Política latino-americana na mudança do século, Rio de Janeiro, 23 nov 2000.

- MAGALHÃES, Guilherme Wendel de (org.). **PÓLOS DE ECOTURISMO: Planejamento e Gestão**. São Paulo: Terragraph, 2001.
- MMA/IBAMA/EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Governo Federal (Ministérios da Indústria, Comércio e do Turismo; do Meio Ambiente e Amazônia Legal). 1994.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. In **Anais do Simpósio sobre A comunidade vegetal como unidade biológica, turística e econômica**. ACIESP, no. Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia. 1989.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Crítica. A Valorização do Espaço**. Wanderley Messias da Costa. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MURICY, Ivana T. **O Éden terrestre: o consumo da cidade como mito. Bahia, Análise e Dados**. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v 11, n.º 02, setembro 2001.
- OMT. **Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible**. 1999.
- Primeiro Simpósio e Exposição Internacional sobre Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável dos Países da Bacia Amazônica. Ecotur – Amazônia 2001**. Volume de Resumos. Instituto Ambiental Biosfera. Rio de Janeiro. 2001.
- PORTO, Edgard. **Desenvolvimento e Território na Bahia**. Série Estudos e Pesquisas. Salvador: SEI, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, vol.I, p. 182. 1948.
- QUEIROZ, Lúcia Aquino. **Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento**. Salvador. EGBA, 2002.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 3^a ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. (org). **Turismo Modernidade Globalização**. Hucitec. 1^a ed. 1997.
- _____. (org). **Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3^a ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- RUSCHMAN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável. A proteção do meio ambiente**. Campinas SP. Papirus, 7^a ed. 2001.
- _____. **Turismo no Brasil**. Análise e Tendências. 1^a ed. São Paulo: Manole. 2002.
- SADLER, B. “**National parks, wilderness preservation, and native peoples in northern Canadá**”; Natural Resources Journal. 1990.
- SALVATI, Sérgio Salazar. **O ecoturismo – conceitos & princípios**. www.abeh.com.br, extraído em 30/08/2004.
- SANTANA, Paola Verri. A mercadoria verde: a natureza. In DAMIANI, Ana Luísa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA, Odette Carvalho (org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo, Contexto, 1999. p. 177-189.

SANT'ANNA, Dalva Garcia. **Gestão participativa para um turismo sustentável. O caso da Costa do Descobrimento.** Maria Teresa Chenaud Sá de Oliveira, Symona Gropper Berenstein. Salvador. BA: SCT. Coleção Selo Turismo, 2001.

SANTOS, Milton. **Estudos sobre Geografia.** Salvador, Bahia: Oficina Tipografia Manu, 1953.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço & Método.** 3ª. Ed. São Paulo: Nobel. 1985 -1992.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 4ª. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Espaço e Método.** 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997. (Coleção Espaços).

_____. **Técnica, Espaço, Tempo.** Hucitec. São Paulo, 1998.

_____. **A natureza do espaço Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Edusp, 1978 - 1990 - 2002. (Coleção Milton Santos).

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10 ed. Rio de Janeiro, Record, 2003.

MELO e SILVA, Sylvio Bandeira de. **Urbanização e organização regional do estado da Bahia.** Salvador. 1976.

_____. in **Turismo e Geografia.** Org. Rodrigues, Adyr Balastrieri. 2001.

_____. e Silva, Bárbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia.** Salvador. UFBA, 2003.

SOUSA, Carmélia Anna Amaral. **Piemonte da Chapada Diamantina: Turismo e Desenvolvimento Local / Regional.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências. Salvador. BA. 1999.

SOUZA, João Cláudio. **Turismo Sustentável. Cultura – Relações Públicas – Qualidade.** Lícia Souza. Coleção Selo Turismo. Salvador: SCT Egba, 2002.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética.** vol. 5. São Paulo: Aleph, 2000.

TEIXEIRA, Cid. Silva Filho, Rubens Antonio. Vasconcellos, Helio Gamalho. **Mineração na Bahia. Ciclos Históricos e Panorama Atual.** Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, 1998.

WIGHT, P. A. “**Sustainable ecotourism: balancing economic, environmental and social goals within an ethical framework**”, Journal of Tourism Studies. 1993.

YAZIGI, Eduardo (org). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura.** Ana Fani Alessandri, Rita de Cássia Ariza da Cruz. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

Jornal da Bahia, 17 de dezembro de 1970. Primeira página, caderno 2.

Jornal A TARDE de 26 de dezembro de 1973.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO

PERFIL DO ESTABELECIMENTO

Estabelecimento

Ramo de atividade

Tem registro no MTur?

Tempo de funcionamento em lençóis

Tem matriz / filial em outra praça qual

Quais produtos a empresa vende

Esses produtos são vendidos em outros mercados

Quais

Quais produtos da região o estabelecimento consome

Terceiriza algum serviço na região?

Qual (is)?

PERFIL DA MÃO DE OBRA

Proprietário natural de:

No. de funcionários

Quantos são do município / região

Regime de trabalho:

Quantos têm carteira assinada

Média de idade

Média de remuneração

Escolaridade

Terceiriza mão de obra da região qual: